

Órgão Central
do Partido Comunista
Português

**Avante!**

Biblioteca
Proletários

de todos os países
UNI-VOS!

Semanário

Director:
António Dias Lourenço

Ano 53 - Série VII - N.º 624
12 de Dezembro de 1985
Preço: 40\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Nas autarquias

Vamos votar APU

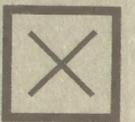


para o presente
para o futuro!

ALIANÇA POVO UNIDO

APU


POVO UNIDO



CONFERÊNCIA NACIONAL DO PARTIDO SOBRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O Comité Central do PCP decidiu convocar uma Conferência Nacional do PCP sobre as Eleições Presidenciais para o dia 4 de Janeiro de 1986.

Para a convergência de todos os democratas no apoio e no voto a um único candidato da democracia, processo de candidatura de Ângelo Veloso entregue hoje no Tribunal Constitucional.

Editorial

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 624

12 de Dezembro de 1985

1.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

No domingo amigo, camarada, cidadão — vota APU!

As eleições autárquicas de domingo revestem-se de uma importância política que não é de mais relevar na situação portuguesa actual.

Evidentemente, trata-se de uma grande batalha cívica cuja arma essencial é o voto dos cidadãos. Raramente, porém, no Portugal democrático saído do 25 de Abril, o voto dos cidadãos assumiu um tão alto significado e transcendência na área do Poder Local.

É que o que está em jogo nas eleições de domingo não é uma simples escolha de pessoas.

Sem dúvida importa muito a escolha das pessoas. Saber quem são e do que são capazes. Avaliar do seu capital de confiança ao serviço do povo, da sua capacidade para gerir com acerto os órgãos autárquicos e trabalharem com inteligência e afinco pela solução das graves carências e complexos problemas que na hora actual afligem as populações locais.

Mas os objectivos da batalha cívica de domingo, centrando-se essencialmente na área do Poder Local, transcendem-no de maneira visível no seu âmbito político.

É desejável — e em certos aspectos imperioso — que as eleições autárquicas de 15 de Dezembro confirmem a derrota eleitoral e política da direita em 6 de Outubro.

O voto dos cidadãos tem no domingo um novo estímulo e novas determinantes políticas surgidas com os resultados das eleições legislativas de há dois meses.

É à luz dos objectivos mais gerais das eleições de domingo que deve ser compreendido o desespero das forças políticas desacreditadas por quase dez anos de uma condução do Estado provadamente antipopular, antidemocrática e antinacional — o PS, o PSD e o CDS — em particular os dois primeiros, responsáveis ambos pela situação de desastre do País nos últimos dois anos e pelo agravamento dos problemas e carências das populações locais à frente do Poder Central.

Compreende-se a essa luz as suas tentativas de amputarem do Poder Local a sua componente mais genuinamente popular e democrática, configurada na Aliança Povo Unido, as suas manobras de diversão fulanizadas em torno dos candidatos da direita às presidenciais para abafarem nelas as suas responsabilidades colectivas, castigadas com dureza nas eleições de 6 de Outubro.

O pérfido golpe político envolvido numa falsa roupagem jurídica com que quiseram afastar da disputa eleitoral de domingo a APU — coligação democrática profundamente enraizada no povo e com excepcionais provas dadas no plano autárquico — falhou rotundamente.

A forma como as populações locais estão acolhendo as propostas e candidaturas da APU nos concelhos, freguesias e lugares de todo o País é uma outra indicação visível do fracasso da conspiração da direita contra o Poder Local democrático.

É significativo que nas áreas de maioria absoluta ou relativa APU a campanha das forças da direita e das suas coligações encapotadas do PS, do PSD e em alguns casos do CDS, não se apresentem ao eleitorado com o objectivo central de reforço do poder autárquico e de melhoramento das condições de existência das populações locais mas dominada pela intenção fundamental de desalojarem das suas posições actuais a Aliança Povo Unido.

A chicana político-jurídica anti-APU, agora derrotada, dos partidos que desde 1976 numa base institucional protagonizam o projecto revanchista da direita surge de maneira visível como componente necessária da persistente ofensiva da reacção contra o Poder Local democrático.

Os sucessivos governos de direita com ou sem o PS têm desde 1976 instituído no plano político uma tenaz ofensiva visando a liquidação da autonomia do Poder Local e o regresso da velha prepotência do Poder Central que o 25 de Abril liquidou.

Os partidos da direita que desde 1976 manejam o Poder, dispendo quase a seu talento das alavancas executivas do aparelho de Estado, têm, com aquele objectivo, organizado o estrangulamento financeiro sistemático das autarquias locais, reduzindo as verbas consignadas pela Lei das Finanças Locais, transferindo de maneira abusiva para as autarquias competências do Poder Central sem as necessárias compensações financeiras.

Os chefes e chefetes dos partidos que desde 1976 protagonizam a política da direita — em que se inclui o PS — tentam transformar as autarquias locais em pascigo da corrupção, do compadrio, do caciquismo, do penacho, subordinando as exigentes soluções dos problemas das po-

pulações locais às suas condenáveis ambições pessoais e de grupo.

O voto de domingo na APU é a resposta necessária às manobras da direita. Defender e alargar as posições da APU no Poder Local é uma opção que transcende a cor política do eleitor e apela à consciência do cidadão que anseia ver resolvidos os problemas básicos da sua existência diária, da sua vida própria e dos seus familiares.

Quem se der ao trabalho de ler os programas dos candidatos da APU e se debruçar sobre o seu activo exemplo de trabalho, não pode deixar de ser tocado pelas motivações objectivas que se propõem nas eleições de domingo para o Poder Local.

A vida moderna no seu desenvolvimento coloca exigências crescentes, reclama uma visão inovadora e rasgada das necessidades populacionais.

A nova geração — e seguramente ainda mais as gerações vindouras — não aceita a política de cerceamentos, de injustificáveis limitações à satisfação das necessidades elementares dos cidadãos.

O agregado populacional, do mais denso ao menos populoso, não pode hoje aceitar que, num mundo onde as forças produtivas alcançaram um impetuoso progresso, as suas condições materiais e sociais não melhorem de maneira correspondente.

Exigências urbanísticas reclamam soluções inovadoras. Os problemas da habitação, da saúde, do ensino, da cultura, dos tempos livres, dos transportes e outros, reclamam a exigente solicitude do Poder Central mas também e decisivamente a iniciativa e a participação colectivas e populares nas próprias zonas, regiões e locais onde o agregado familiar existe.

Os problemas da infância e dos idosos são a razão de ser no futuro e no presente dos que directamente produzem e dos que com o seu esforço, inteligência e trabalho participam de maneira activa no progresso económico, social e cultural do povo.

Os programas e o exemplo do trabalho, competência e honestidade da APU que no domingo vão ser submetidos ao voto dos portugueses inspiram-se e reflectem essas grandes exigências e aspirações populares do momento actual.

Resumo

4 Quarta-feira



Ilegalidade

O Ministério da Agricultura continua a recusar-se a cumprir os acordos do Supremo Tribunal Administrativo que decretam a devolução de terras às UCP's. Os trabalhadores agrícolas de Évora pedem a intervenção do Presidente e da Assembleia da República. ■ No Porto, Ângelo Veloso recorda que tanto Freitas como Soares lutaram em 1980 pela eleição de Soares Carneiro. ■ Para Mário Soares, muitos dos problemas com que se debate o País devem-se às «sucessivas intervenções» do Presidente da República... ■ Realiza-se em Lisboa o 3.º Congresso do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas. ■ A Direcção da Associação da Imprensa Diária recusa-se a negociar o contrato dos jornalistas. ■ O colóquio sobre a problemática da droga conclui que se deve reinserir o drogado na sociedade e punir o traficante. ■ Os governos grego e búlgaro discutem a desnuclearização dos Balcãs. ■ Tropas de Israel voltam a invadir o Norte do Líbano. ■ A central sindical clandestina da África do Sul apoia a formação da nova confederação dos trabalhadores sul-africanos. ■ Jaruzelski e Mitterrand encontram-se no Palácio do Eliseu, em Paris.

5 Quinta-feira

Trabalhadores da Lisnave exigem em São Bento a garantia da manutenção dos 4500 postos de trabalho e o funcionamento efectivo dos estaleiros. ■ A menos de duas semanas das eleições, a maioria PS/PSD/CDS da Câmara Municipal de Sintra autoriza a destruição de uma das mais importantes peças do património natural do concelho, a Quinta da Penha Longa. ■ Para a CGTP-IN, as medidas governamentais sobre os salários em atraso destinam-se a «estimular o patronato a aumentar ainda mais o desemprego». ■ A UGT, pelo contrário, está de acordo com os objectivos do Governo... ■ O Governo solicita à Assembleia da República autorização legislativa para liberalizar os despedimentos. ■ Enquanto o patronato gráfico se recusa a negociar, o secretário de Estado do Emprego pretende impor o contrato da UGT ao sector dos têxteis. ■ Carlos Carvalhas, candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, defende uma nova política municipal junto dos operadores de transportes. Carlos Carvalhas falava durante uma prolongada visita às instalações da Carris. ■ O Governo não recebe os representantes das Organizações Representativas dos Trabalhadores de Setúbal. ■ Duas avarias em outras tantas catenárias dificultam transporte ferroviário para Lisboa. ■ Foi há dez anos que a Indonésia invadiu a República de Timor-Leste. ■ A Inglaterra anuncia o seu abandono da UNESCO. ■ O Partido Socialista Francês ataca os direitos dos trabalhadores. ■ O ministro-adjunto dos Negócios Estrangeiros da União Soviética visita a China Popular. ■ Três pessoas morrem na

África do Sul, em consequência de uma carga policial, quando saíram da igreja. ■ Ronald Reagan autoriza a CIA a fornecer informações secretas, treino de rádio e equipamento aos contra-revolucionários que actuam na Nicarágua.

6 Sexta-feira

O ministro das Finanças não «empenha as suas barbas» em afirmar que não haverá novos aumentos em 1986. Miguel Cadilhe respondia aos deputados numa sessão de perguntas ao Governo exigida pelo PCP. ■ Em audiência com Cavaco Silva, a CGTP-IN assegura que as medidas do Governo vão aumentar o desemprego e a miséria. ■ Em Lisboa, Ângelo Veloso afirma que «a direita quer assegurar a passagem de Soares à segunda volta das presidenciais». ■ A APU exige o afastamento do director de informação da RTP-Norte. ■ O Governo recusa-se a receber os sindicatos da Função Pública. ■ Segundo um estudo elaborado por um organismo dependente do Ministério das Finanças, no primeiro semestre de 1985 acentuou-se a quebra do valor dos salários reais e do consumo privado. ■ O primeiro-secretário do Partido Comunista da Bolívia conclui visita ao nosso país a convite do PCP. ■ Para a Tass, a cooperação anglo-americana na «guerra das estrelas» contradiz o espírito da Cimeira de Genebra. ■ A Nicarágua solicita a reunião do Conselho de Segurança das Nações Unidas. ■ Os eclesiásticos sul-africanos que participaram na reunião do Conselho Mundial das Igrejas encontram-se com o ANC em Lusaka. ■ Milhares de manifestantes protestam nas Filipinas contra a absolvição dos responsáveis pelo assassinio de Benigno Aquino.

7 Sábado

Na Brandoa, Álvaro Cunhal salienta que as eleições autárquicas constituem uma grande batalha que «temos de vencer». ■ Em Montemor-o-Novo, o PRD apoia a candidatura da APU à Câmara Municipal. ■ Para Carlos Carvalhas o problema da habitação é prioritário em Lisboa. ■ Inicia-se em Lisboa o 2.º Encontro Nacional dos Estudantes de Letras. ■ Ângelo Veloso salienta, em Beja, que «os que se bateram pela eleição de Soares Carneiro batem-se hoje pela eleição de Freitas do Amaral ou Mário Soares». ■ Os Sindicatos dos Metalúrgicos do Porto e das Indústrias Eléctricas do Norte insurgem-se contra as medidas governamentais sobre salários em atraso. ■ Para Macedo Varela, candidato da APU à presidência da Câmara Municipal do Porto, a candidatura de Rosado Correia assenta em mentiras. ■ Em encontro de cientistas é salientado que o abandono da agricultura no Algarve está a desertificar a zona interior deste distrito. ■ O presidente da Nicarágua acusa os Estados Unidos de «estimular o terrorismo internacional» ao fornecerem mísseis terra-ar aos grupos contra-revolucionários que actuam contra o povo do seu país. ■ O Conselho de Segurança da ONU vota por unanimidade uma condenação das intervenções sul-africanas no Sul de Angola. ■ Sinodo dos Bispos termina a sua conferência no Vaticano. ■ Três mil e quinhentos cientistas da RFA anunciam a sua recusa de trabalhar no projecto norte-americano da «guerra das estrelas». ■ Inicia-se, nos territórios libertados da República Árabe Sahravi Democrática o sexto congresso da Frente Polisário.

8 Domingo

As organizações representativas dos trabalhadores da Siderurgia Nacional salientam que a adesão à CEE põe a empresa à beira da falência e, por isso, exigem a renegociação do tratado de adesão. ■ Na Madeira, o PCP opõe-se aos aumentos dos membros do Governo Regional. ■ Mário Soares afirma esperar que Pintasilgo «resista às grandes pressões e vá até ao fim». ■ Para Ângelo Veloso, «tanto Freitas do Amaral como Mário Soares repetem agora, com singular coincidência, uma densa cortina de bonitas palavras que significam exactamente o contrário do que parecem». ■ Na zona do Grande Porto, Álvaro Cunhal expressa a confiança em novas vitórias da APU. ■ Os estudantes de Letras concluem, no seu 2.º Encontro Nacional, que os cursos «estão desadequados às necessidades do País». ■ Em Cabo Verde, os eleitores votam para a Assembleia Nacional Popular. ■ Os dois principais sectores da oposição filipina dividem-se e decidem apresentar cada qual o seu candidato à Presidência da República.

9 Segunda-feira

O PCP pede, na Assembleia da República, um inquérito parlamentar aos «actos inconstitucionais e ilegais» praticados pelo Ministério da Agricultura contra a Reforma Agrária. ■ O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público reclamam a democratização da justiça. ■ A Inter apresenta nova queixa contra a RTP no Conselho de Comunicação Social. ■ As autarquias do distrito de Setúbal comemoram o Dia das Bibliotecas de Leitura Pública. ■ Comemora-se o Dia Nacional dos Deficientes. ■ Contra as más condições em que são obrigados a frequentar a escola, estudantes da Secundária do Cacém cumprem a cem por cento um dia de greve. ■ Termina em Luanda o 2.º Congresso do MPLA-PT. ■ Na Organização dos Estados Americanos, os Estados Unidos encontram-se isolados na promoção do boicote à Nicarágua.

10 Terça-feira

Uma delegação da Reforma Agrária entrega em Lisboa, na Alta Autoridade, provas de corrupção e negócios ilícitos, envolvendo um assessor pessoal do ministro Álvaro Barreto e um jurista dos serviços de gestão e estruturação fundiária de Évora. ■ No próximo dia 4 de Janeiro decorrerá uma Conferência Nacional do PCP sobre as Presidenciais, informou a SIP do Partido. ■ Sentem-se os primeiros reflexos da recente orientação da OPEP: baixa o preço do petróleo nas praças de Nova York e Roterdão. ■ O terror e a violência do «apartheid» continuam na África do Sul. A polícia de Joanesburgo confirma o assassinio de mais dois jovens negros. ■ Começa no Panamá a Marcha pela Paz na América Central. ■ Um jornal norte-americano salienta o valor do novo auxílio de Reagan à «Unita»: 30 milhões de dólares. ■ Em Tóquio é a indefinição quanto à «Guerra das Estrelas»: o governo, pela boca do ministro dos NE, esclarece que não decidiu ainda se participará ou não naquele programa belicista.

Votar domingo nas argolinhas da APU (pondo a cruz no quadrado que está à frente) é contribuir de maneira concreta para a vitória dos que servem o povo e para a derrota das forças retrógradas no Portugal de Abril.

Os activistas da Aliança Povo Unido podem, até amanhã à noite em termos oficiais e até ao acto eleitoral de domingo nas formas restritas das suas relações pessoais, consciencializar a massa dos cidadãos daquilo que está em jogo nas eleições de domingo.

As condições variam de concelho para concelho; de freguesia para freguesia; de agregado para agregado populacional. Fazer um derradeiro esforço para aprofundar e debater os problemas locais mais sentidos e as soluções mais correctas, concordantes com o bem-estar geral e o melhoramento das condições de existência em cada local é uma ingente tarefa dos activistas e aderentes da APU.

A Aliança Povo Unido exprime um grande projecto unitário que se funde com a massa do povo, com as suas aspirações fundamentais.

A consciência desta particularidade essencial da APU é susceptível de agregar à sua volta e dos seus grandes objectivos o voto dos cidadãos nas eleições de domingo.

Até ao depositar do voto nas urnas o Governo minoritário da direita PSD/Cavaco Silva tudo fará para engodar os eleitores na sua opção política.

Até lá são de esperar novas iniciativas demagógicas não só do Governo e do Poder Central como dos que à frente do Poder Local — nos concelhos, nas freguesias, nos agregados populacionais mais diversos — querem manter os seus privilégios antipopulares, querem poder continuar a manejar impunemente os órgãos autárquicos ao serviço de inconfessáveis objectivos.

Até ao último dia, com a mesma incansável determinação, esclarecer, consciencializar, mobilizar para a votação em massa na APU é o dever de todos os activistas e aderentes da Aliança Povo Unido.

No domingo, amigo, camarada, cidadão que queres ver progredir a tua terra: Vota APU!

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º - 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 - 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e impresso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 Venda Nova - 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 35 555

Semana

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 624

12 de Dezembro de 1985

2.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

trabalho · honestidade · competência **APU**

Cresce a influência

da
Em
auta
da A
Número
Estat
1976
1979
1982

**o trabalho de vereadores APU
em minoria**

A APU trat

ções

s interesses do povo.

lmas de Freguesia

A APU pensa no futuro

Nas autarquias surgem todos os dias novos
problemas, novas necessidades.

Assim, a APU, se por um lado vai continuar

JORNAL APU POVO UNIDO

trabalho
honestidade
competência

**JORNAL
APU** POVO UNIDO
CIDADE DE LISBOA

DEFENDER
CIDA
RAR A CIDADE

LISBOA QUER
QUEM
LHE QUER BEM
LISBOA
QUER
UMA CÂMARA
APU

LISBOA QUER
QUEM
LHE QUER BEM

LISBOA
QUER
UMA CÂMARA
APU

**AUTARQUIAS 1985
O VOTO É NA APU**

VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO — BALANÇO DO MANDATO

A APU PRESTA CONTAS
uma obra que se vê!

PONTA DELGADA
Câmara Municipal

**CANDIDATOS
CÂMARA DE
APU
OEIRAS**

APU

Oeiras

Concelho com 142 000 habitantes do distrito de
um Município de maioria AD onde a APU chegou 3.
A APU tem a responsabilidade do futuro do
concelho e a possibilidade dos Serviços Municipais de
intervenção direta no campo do saneamento
público e o futuro da act

Vota APU POVO UNIDO

V.F. XIRA

AUTARQUIAS · 1985

Votamos APU

ALIANÇA POVO UNIDO APU

POVO UNIDO



a equipa experiente honesta

candidatos da APU POVO UNIDO



trabalho · honestidade

salvar o
concelho de **Sintra**



O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

1985 · AUTARQUIAS

**POVO UNIDO
experiência**

uma obra que se vê!

**Reforçar a APU
consolidar
o Poder Local
Democrático**

CONFIANÇA EM NOVAS

Por exemplo

«Por exemplo» é uma maneira como outra qualquer de começar um texto.

Por exemplo Lamego. Aos pés do santuário, bem no fundo da escadaria monumental, ergue-se uma excrescência de cimento armado, que já ia em dois andares quando os protestos populares e a proibição do Património Cultural lhe travou o crescimento. Ficou assim, quanto mais não seja, para recordar ao visitante que um presidente de Câmara do PSD também pode errar as contas dos seus negócios.

Sobretudo quando os realiza às custas do município que chefia — o que descamba em negociata. E as negociatas, se são sempre más para a autarquia, de vez em quando aleijam o autarca que as pratica.

Só que quem acabou por ficar, mesmo, aleijado, foi o santuário. O autarca em questão saracoteou, ligeiro, o revés, considerou o assunto arrumado e tratou de se recandidatar. Ao que diz a propaganda, para garantir uma gestão honesta e desenvolvimentista.

Por exemplo Santarém. Havia por lá um extenso terreno de grande aptidão agrícola, a oito quilómetros da cidade e conhecido pela «Quinta do Gualdim». O presidente da Câmara PS assinou, sem a aprovação obrigatória dos órgãos municipais, a autorização pedida por uma misteriosa empresa para ali construir um formidável complexo habitacional que iria ter hotéis, piscinas, pista de aviação, escolas, igreja, um canódromo e até pista de fórmula um! Em pleno campo agrícola e a oito quilómetros da cidade, que é mais sossegado.

O que a quinta teve, foi uma especulação de terrenos vertiginosa ao ser vendida por preços astronómicos. O que é, neste momento, não passa de um terreno esventrado por uns esboços de arruamentos que a tal empresa por lá fez às custas da banca nacionalizada (tal como a «compra»), lesando-a em largas dezenas de milhares de contos e pirando-se sem sequer pagar ao pessoal que lá trazia. Quanto ao presidente da Câmara, deve achar que «**tudo isto é normal, em democracia**», como diz Mário Soares, já que se recandidata. Em nome da transparência, evidentemente.

Por exemplo Lisboa. Havia por lá terrenos camarários urbanizáveis no valor de centenas de milhares de contos que o presidente da Câmara, do CDS, resolveu oferecer a uma empresa de construção a troco de um viaduto a construir pela referida empresa. O mesmo senhor caucionou a destruição de um património da cidade, a praça do Saldanha, para abrir caminho a uma monstruosa especulação imobiliária. Idem para as Amoreiras. E para o Alto do Lumiar. E para, e para, e para e para...

Fez tudo isto exorbitando escandalosamente as suas competências. No entanto considera-se muito competente para se recandidatar ao cargo, desta vez apoiando-se no PSD, um «cavalo» menos cansado para o esforço que se segue — o que não tem qualquer importância, pois vem tudo da mais rija cepa democrática.

Ah! É verdade! Recandidata-se porque se considera um poço de virtudes. Sem fundo.

Por exemplo uma data deles mais, sempre destes partidos, muito felizes por não caberem nesta pouca cera para tão maus defuntos. Especulam com terrenos no Algarve, enriquecem misteriosamente no Minho, caucionam o roubo dos baldios na Beira, aparecem com desfalques em Trás-os-Montes, traficam nas Regiões Autónomas. E recandidatam-se todos (salvo casos de reforma estratégica, economicamente acautelada), porque todos são democratas de peito aberto, a honestidade em pessoa, a dedicação sem fronteiras.

Mas, **por exemplo** (e há sempre um «mas» à espera dum «por exemplo») existe uma larga faixa do território nacional (mais de um terço) onde vive muito para cima de um milhão de pessoas, que não é autarquicamente gerida pelos dignos representantes das forças políticas atrás citadas. Aí a força é outra e chama-se APU. E não querem lá ver, nem **por exemplo**, se consegue encontrar, em tão vasta área, um qualquer fenómeno da família dos atrás citados?

Talvez fosse por isso que os senhores das excrescências, dos canódromos e dos desfalques se desunharam, agora, numa aliança **contra** estes últimos. Devem achá-los maus «colegas».

Mas, também por isso, arriscam-se a apanhar um valente banho. Aliás necessário.

Por exemplo

«Estive em Leça do Balio, vi muita gente, muita confiança e entusiasmo na vitória. Depois estive em Fânzeres, o pavilhão cheio, muita alegria e a certeza de que a APU vencerá as eleições para a Junta e para a Câmara de Gondomar. Depois foi em Campanhã, também sala cheia, muita força e grande confiança. E agora aqui, ao ouvir os candidatos e ao ver o entusiasmo, creio que podemos ter confiança de que no dia 15 Avintes terá uma junta APU».

Foi com estas palavras que Álvaro Cunhal fez uma breve

síntese da sua deslocação à zona do Grande Porto. Por todo o lado, fosse no concelho de Matosinhos, Gondomar, Porto ou Vila Nova de Gaia, o entusiasmo e a confiança foram notas dominantes.

Por todo o lado a APU tem provas dadas da sua dedicação, da vontade e da competência para resolver os problemas das populações e, em todo o lado, o grande objectivo é a vitória do futuro da população. É uma votação massiva na APU. São novas vitórias da APU.

Com a APU vamos melhorar Gondomar

Contavam-se por milhares as pessoas que no domingo foram até Fânzeres participar na sessão de apresentação dos candidatos da Aliança Povo Unido à Câmara e à Assembleia Municipal de Gondomar e à Assembleia de Freguesia de Fânzeres.

O seu objectivo comum estava presente, não só no pano de fundo do palco do Pavilhão Gimnodesportivo de Fânzeres, como nos rostos e na alegria de todos quantos por lá foram fazer a Festa de quem sabe por que luta: «vamos melhorar Gondomar»!

Se o ambiente de festa foi também dado pelo ritmo acertado dos bomboos, o optimismo e a confiança estavam bem patentes no entusiasmo de todo aquele Povo Unido que enchia o pavilhão. Optimismo e confiança, segundo Sérgio Teixeira, candidato à Presidência da Câmara, justificados «pelo longo trabalho desenvolvido pelos eleitos da APU, por o PS e o PPD terem sido incapazes de resolver os problemas do concelho, pela proximidade de votos entre as diversas forças políticas (2500 votos separam a APU do PS) e porque as propostas da APU assentam na análise concreta da situação do concelho e vão ao encontro das aspirações da população».

Optimismo e confiança, ainda, pela grande diferença de actuação entre os eleitos. A este pro-

pósito lembrou que «se o PPD diz que o PS não fez obras e que se o PS diz que o PPD não trabalhou, nenhum deles diz que a APU não assumiu as suas responsabilidades».

Enquanto a gestão da maioria PS se pautou pelo não cumprimento das promessas que fizeram para enganar o povo de Gondomar, os eleitos da Aliança Povo Unido trabalharam, lutaram e dinamizaram.

Um exemplo do trabalho APU bem presente na população é o efectuado no pelouro camarário da habitação que construiu 405 fogos de habitação social, reparou 300 casas degradadas e atri-

biu 170 mil metros quadrados de terreno de apoio à autoconstrução. «Também aqui — frisou — mostrámos que a APU trabalha.»

APU é a alternativa

Como ficou também demonstrado na freguesia de São Pedro da Cova, de maioria APU e nos outros órgãos autárquicos onde a APU está em minoria. Em melhores ou piores condições, a APU trabalha.

Contraste evidente com a gestão PS na Câmara Municipal, «que dispôs de um milhão e meio de contos mas que, neste mandato de três anos, não realizou obras essenciais como o saneamento básico ou a rede eléctrica em muitas freguesias, nem o prometido hospital concelhio ou a também prometida via rápi-

da Gondomar-Porto.»

«O que é feito — perguntou — dos dinheiros públicos pelos quais a actual maioria é responsável?»

Gondomar precisa, pois, de homens e mulheres que queiram arregaçar as mangas para resolver os graves problemas do concelho, de forma que Gondomar volte a adquirir a sua verdadeira imagem; «de terra de trabalho e de progresso e não a imagem que o PS deu à Câmara: intriguismo e politiquice».

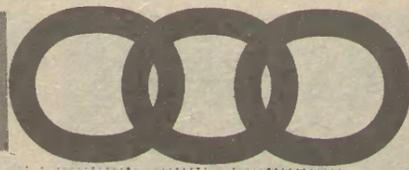
Por seu lado, Álvaro Cunhal salientou que o que está em causa este domingo é escolher «entre aqueles que querem resolver os problemas e aqueles que, não os tendo resolvido, também não os querem deixar resolver.»

É por isso que, sendo importante para a APU manter as actuais maiorias e conquistar outras, «isto ainda é mais importante para as populações». Porque os eleitos da APU trabalham e estão abertos à participação de todos. Porque são homens e mulheres que conhecem profundamente os problemas das populações, sabem e querem resolvê-los.

É pois possível e necessário que o povo de Gondomar acorde em festa, na segunda-feira. Para, juntamente com uma Câmara de maioria APU, melhorar a sua terra.



VITÓRIAS DA APU



Na Campanhã ou em Avintes vai vencer o futuro. Porque para as populações é importante a vitória da APU

Domingo vai ser dia de festa em novas freguesias APU

Domingo vai ser dia de festa em Leça do Balio, Campanhã, Fânzeres e Avintes, no distrito do Porto. Vai ser dia de festa porque o futuro tantas vezes adiado pode vencer as eleições para as assembleias destas freguesias — com a APU.

Foi no domingo passado que se realizaram as sessões de apresentação dos candidatos às Assembleias destas freguesias. Álvaro Cunhal esteve presente em todas elas, assim como estiveram presentes os candidatos à presidência das respectivas câmaras municipais, nomeadamente Macedo Varela para o Porto, Sérgio Teixeira para Gondomar, Ilda Figueiredo para Vila Nova de Gaia e Valdemar Madureira para Matosinhos.

Se a idade da maioria dos participantes nestas sessões va-

riou um pouco de local para local (em Fânzeres e Avintes a juventude apareceu em força), o seu entusiasmo era idêntico porque, embora sendo muitos os problemas destas freguesias, ainda maior é a determinação para os resolver.

Depois de falarem os diversos cabeças de lista pela APU às juntas, Álvaro Cunhal sublinharia que, depois de ouvir as suas intervenções ficava para todos bem claro que «Trabalho, Honestidade e Competência» não são três palavras de propaganda. Foram escritas já depois de a APU ter demonstrado que são a prática dos eleitos da APU que, como eleitos do povo, trabalham e cumprem o seu dever e estão sempre abertos às críticas e sugestões para melhorar o seu trabalho».

O diálogo e a efectiva participação das populações são real património da APU, indispensável para que o seu trabalho seja

uma obra se veja. É que, «por muita experiência que os autarcas tenham, se não tiverem os olhos e os ouvidos bem abertos

para ver os problemas e ouvir as populações, poucas hipóteses têm de acertar na resolução dos problemas».

E o que é certo é que a APU sabe o que faz e realiza-o com competência, porque só os eleitos da APU «têm a necessária honestidade, competência e coragem para sentir os problemas das populações».

É por tudo isto que domingo vai ser dia de Festa em Leça do Balio, Fânzeres, Campanhã e Avintes. Porque a população vai votar e vai confiar nos homens e mulheres da APU, uma vez que «o que os eleitos da APU pretendem é trabalhar. Trabalhar e cumprir. Trabalhar e resolver. Trabalhar e corresponder à confiança e à esperança neles depositada».

E como são os foguetes que anunciam a festa rija, muitos serão os que subirão, nos ares destas quatro freguesias da zona do Grande Porto!



Também em Leça do Balio a noite de domingo será uma noite de Festa

Definem-se por si próprios

Durante a sua deslocação ao Grande Porto, Álvaro Cunhal lembrou às populações o autêntico golpe de Estado montado pelo PS e pelo PSD com o apoio do CDS que foi a tentativa de impedir a Aliança Povo Unido de concorrer às eleições autárquicas.

Fazendo uma retrospectiva de todo o processo, desde a apresentação do projecto-lei segundo o qual só os partidos políticos poderiam concorrer às eleições, passando pela tentativa de impugnação em 29 comarcas do País, até ao recurso ao Tribunal Constitucional, Álvaro Cunhal sublinhou que não só é antidemocrático, como «indigno e revoltante».

Para o secretário-geral do PCP todo este processo não só «traduz a natureza antidemocrática dos que querem eliminar os seus concorrentes, como caracteriza os partidos que não hesitam em recorrer a todos os meios para impedir o carácter democrático das eleições».

Depois de saudar a independência do poder judicial que não cedeu às muitas pressões a que foi sujeito, Álvaro Cunhal sublinharia que «partidos que tomam esta iniciativa definem-se por si próprios»....

Sessão na Brandoa

Nós servimos as populações

A sessão começou de uma maneira diferente. Há já seis anos que a junta de freguesia da Brandoa é de maioria APU. De então a esta parte pode-se dizer que a Brandoa está irreconhecível. Melhor do que qualquer palavra, a imagem diz bem do trabalho realizado pelos eleitos da Aliança Povo Unido. Foi por isso a imagem que falou.

«Antes era assim, agora está assim» eram as palavras com que, de entre os aplausos da população que acorreu em bom número, o presidente da Junta da Brandoa e actual candidato à renovação do mandato, Ludgero Escorial, ia comentando as imagens que passavam diante dos nossos olhos. Como pano de

fundo, a palavra de ordem «a equipa experiente para continuar».

«Antes» o largo principal estava transformado em ferro-velho, «antes» não havia escolas secundárias nem preparatórias na freguesia, «antes» havia lixeiras, o lixo era carregado à forquilha. «Depois», o largo principal ficou bonito e agradável, «depois», construíram-se duas escolas secundárias e outras tantas preparatórias, «depois» acabaram-se as lixeiras e hoje o lixo é removido diariamente e com material adequado, asfaltaram-se ruas, promoveu-se a cultura, o recreio e o desporto, apoiaram-se as colectividades.

O «antes e depois», como se

vê, não se trata de nenhuma operação de cosmética. Neste caso significa muito mais. Significa trabalho, dedicação, conhecimento, honestidade e competência.

São estas as cinco palavras que marcam a grande diferença entre os eleitos da APU e a generalidade dos das outras forças políticas na gestão autárquica.

«É esta diferença tão grande, que é do interesse das populações confirmar as maiorias onde a APU as detém e reforçar as suas posições onde está em minoria».

Na sua intervenção, Álvaro Cunhal lembrou que «é na APU que devem votar se querem ver resolvidos os problemas», por-

que as outras forças não querem ir para os órgãos autárquicos «para resolver nem para trabalhar, mas sim para se aproveitarem das suas funções e dos seus cargos. Não trabalham nem querem que os outros trabalhem».

É esta a grande diferença entre os autarcas da APU e os das outras forças políticas. Os outros servem-se das populações, nós servimos as populações.

Um exemplo: durante a sessão um representante da AE-COD (Associação dos Eleitos Comunistas e Outros Democratas) entregou um cheque de 300 contos ao presidente da Junta para a construção das escadilhas Nuno Tristão, na Brandoa.

PCP

Álvaro Cunhal em Vila Franca e Odivelas

«Uma obra que se vê; com o povo vamos continuar!». A afirmação estava inscrita a letras brancas sobre o fundo vermelho do pano que a toda a largura cobria uma das paredes do amplo salão. Com rara precisão e oportunidade, as palavras reflectiam o ambiente e o sentir dos presentes que enchiam literalmente o espaço: uma enorme e tranquila confiança no futuro, só comparável (e possível) com a dimensão do trabalho realizado.

Foi no último sábado, perto do fim da tarde, nas instalações dos Bombeiros Voluntários de Vila Franca de Xira. Estava-se numa sessão de esclarecimento da APU (uma das muitas que a coligação levou a efeito um pouco por todo o País no âmbito de uma intensa acção de esclarecimento) e que contou com a presença do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, o qual, nesse mesmo dia, poucas horas depois, se deslocou ainda a Odivelas, concelho de Loures, onde encontraria um ambiente idêntico no seu contacto com a população.

A abrir o período de intervenções usou da palavra o camarada Daniel Branco, presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, único município do distrito de Lisboa que conta ininterruptamente desde 1974 com uma gestão comunista.

Distinguindo essa acção em três períodos (lançamento das bases centrais da gestão urbanística; consolidação dos aspectos centrais da estrutura de serviços e infra-estruturação em rede de águas, saneamento, electrificação e recolha do lixo; municipalização do saneamento e dinamização do departamento

de cultura e acção social) o orador recordou que todas estas etapas foram integralmente cumpridas, sendo possível afirmar que a cobertura da população em infra-estruturas de base atingiu os cem por cento, ao mesmo tempo que se desenvolveram extraordinariamente novas áreas de actuação.

Perante um auditório profundamente conhecedor das questões em causa Daniel Branco referiu que o «balanço do trabalho é extenso e positivo» e que os programas não só foram cumpridos como em muitos casos largamente ultrapassados.

Abordando o acto eleitoral do próximo domingo, o presidente da edilidade referiu ainda que no concelho de Vila Franca irão estar em confronto «quem defende Abril e quem está contra Abril». Explicando melhor a afirmação lembrou que a coligação PS/PSD propõe uma mudança radical no município o que, se por absurdo viesse a acontecer, até seria verdade dado que tudo mudaria e rapidamente mas para pior, isto é, seria a «destruição do trabalho realizado, um retrocesso de anos no funcionamento da Câmara e o abrir de portas aos especuladores sem escrúpulos».

A anteceder um período de debate durante o qual foram colocadas variadíssimas questões, interveio de seguida Álvaro Cunhal que passaria em revista de forma circunstanciada os aspectos centrais da actualidade política nacional.

Começando justamente pelas autarquias — «a batalha central do momento para a qual devemos virar todas as nossas atenções», de acordo com as suas palavras — o dirigente comunista desmontou um por um os quatro momentos em que as forças de direita, incluindo o PS, tentaram «de forma indigna e vergonhosa», primeiro impedir e depois denegrir a concorrência da APU no próximo acto eleitoral.

Depois de recordar a fracassa tentativa ao nível da Assembleia da República para que a APU não se apresentasse ao eleitorado com o seu símbolo, «hoje uma realidade sentida pelas populações e por estas apoiada de tal modo que outros partidos como o PS copiaram as palavras de ordem», Álvaro Cunhal deteve-se no que chamou a segunda linha de ataque e que constituiu a impugnação junto dos tribunais em 28 comarcas das listas do «Povo Unido».

Classificando esta tentativa de autêntico «golpe de estado ao nível de autarquias», alertou depois os presentes para o alcance da «indignidade e da falta de respeito pela democracia» de partidos como o PS, o PSD e o CDS.

Desenvolvendo a terceira linha de ataque à APU referiu a cam-

panha de mentiras, calúnias e injúrias levada a cabo pelos jornais de direita nos últimos dias, de que é exemplo elucidativo a manchete que naquele mesmo dia cobria a toda a largura a primeira página de um matutino. «Inventam tudo — salientou — para procurar criar desorientação no eleitorado e suscitar a dúvida».

A coligação do PS com o PSD — «uma coligação sem vergonha e sem princípios» — constitui, no entender do PCP, a quarta direcção de ataque à APU a qual, como as anteriores, encontrará no próximo dia 15 a resposta adequada.

Autárquicas primeiro

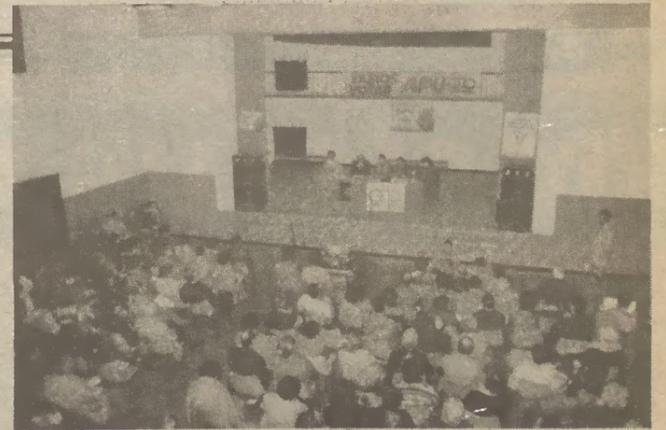
Mas para isso, considerou, é necessário «fazer esforços para obter mais votos nas próximas eleições» e para que esta campanha «seja conduzida por todos e não apenas pelos responsáveis dos partidos e pelos candidatos».

Tecendo algumas considerações sobre o actual Governo definiu-o como o mais fraco desde 1976 pelo que existem novas possibilidades de desenvolver a luta contra a sua política e de o fazer recuar ou, no caso de persistir, de o substituir.

É necessário contudo, alertou, ter atenção para não nos deixarmos enganar pela demagogia de algumas medidas como sejam o aumento das reformas. «Dão umas migalhas mas logo a seguir — numa alusão aos aumentos — tiram o pão todo».

Relativamente às presidenciais o dirigente comunista reafirmou as posições do PCP nesta matéria salientando que a questão fundamental é derrotar os candidatos da direita e fazer eleger um candidato da democracia.

Não pretendendo adiantar muito mais sobre o assunto — «em vésperas de eleições autárquicas devemos concentrar nelas as nossas atenções» — Álvaro Cunhal salientou ainda que para assegurar a vitória democrática é imperioso que convirjam os vo-



Odivelas — «Sem condições para vencer, o PRD prestaria melhor serviço à democracia se desistisse de concorrer à Câmara de Loures»



Vila Franca — «Quem defende e quem está contra Abril»

tos dos sectores políticos e sociais que elegeram o general Ramalho Eanes em 1980. «Não se trata de saber quem é melhor ou pior. O essencial é saber quem está em condições de vencer», sublinhou.

Mais tarde, em Odivelas, voltando ao tema das autárquicas, o dirigente comunista referiu-se ao papel do PRD no âmbito das próximas eleições, comparando-o com as anteriores:

«Assim como a concorrência do PRD nas eleições legislativas de 6 de Outubro representou um papel positivo na situação política, assim a sua concorrência nas eleições autárquicas, desig-

nadamente onde a APU tem a maioria, tem de considerar-se negativa.

«Não tem condições para vencer as eleições e a sua participação pode facilitar, com a divisão de votos democráticos que provoca, que as listas do PS, PSD e CDS coligados, possam num ou noutro caso ser as listas mais votadas — com as consequências óbvias.

«No concelho de Loures, onde a APU tem fortes razões para confiar na vitória, é justo dizer-se que o melhor serviço que o PRD poderia prestar à democracia seria desistir de concorrer à Câmara Municipal.»

Camaradas Falecidos

Jorge F. Almeida

Faleceu recentemente o nosso camarada Jorge Fernandes de Almeida. Fazia parte da célula dos comissionistas do Sector do Comércio da organização local de Lisboa do PCP.

Luís A. Camacho

Após prolongada doença, faleceu no passado dia 2, no Hospi-

tal de São José, em Lisboa, o militante comunista Luís Abílio Camacho, da organização local de Vale de Figueira, no concelho de Almada.

Aos familiares, amigos e companheiros dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» expressa sentidas condolências.

Terra

Reforma Agrária denuncia corrupção

Uma delegação da Reforma Agrária, constituída por representantes dos Secretariados distritais das UCP's/Cooperativas, deslocou-se na passada terça-feira a Lisboa a fim de se avistar com o Presidente da Assembleia da República a quem apresentou uma petição no sentido de ser instaurado um inquérito parlamentar à forma como têm sido instruídos os processos de reservas, medida esta que, no entender dos trabalhadores, deve ser acompanhada pela adopção de medidas legislativas adequadas que levem à suspensão das entregas de reservas

actualmente em curso até que sejam conhecidas as conclusões do referido inquérito.

Na ocasião, a representação da Reforma Agrária entregou também um conjunto de documentos relativos a sete processos de reserva os quais constituem exemplos das ilegalidades que têm sido cometidas, documentação de que constam, por outro lado, provas concretas de dois casos de corrupção de altos funcionários do Ministério da Agricultura.

Os documentos relativos aos casos de corrupção foram tam-

bém entregues na Alta Autoridade Contra a Corrupção em complemento do processo enviado no princípio do mês de Novembro. Cópias de todos estes documentos foram ainda entregues aos grupos parlamentares do PCP, MDP/CDE, PRD, PS e aos órgãos de comunicação social.

Recorde-se que os mais recentes processos de entrega de reservas — aos quais os trabalhadores se têm firmemente oposto — têm procurado atingir as unidades de produção e cooperativas que se distinguem pela sua gestão e pelos notáveis índices de produção.

Dolores Ibarruri

90 anos de vida e luta

O camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, representou o Partido Co-

munista Português na homenagem realizada em Madrid a Dolores Ibarruri, Presidente do Partido Comunista de Espanha, por

ocasião do seu 90.º aniversário.

Depois de uma recepção oferecida pelo Comité Central do PCE a todas as delegações estrangeiras e a personalidades espanholas, realizada no sábado, o camarada Joaquim Gomes esteve presente no acto político-artístico cultural que constituiu a homenagem e teve lugar no domingo, no Palácio dos Desportos de Madrid.

Saudações de Álvaro Cunhal

O Secretário-Geral do PCP enviou à camarada Dolores Ibarruri, Presidente do Partido Comunista de Espanha, a seguinte mensagem:

Estimada camarada Dolores Ibarruri:

Com sinceros votos de muita saúde e felicidade pessoal, e com a homenagem pela tua vida inteira dedicada à causa da classe operária e do comunismo, vida da qual são inseparáveis feitos gloriosos da história do Partido Comunista de Espanha, enviamos fraternais felicitações por motivo do teu aniversário. Álvaro Cunhal



Filha de mineiro, muitos anos de vida, muitos anos de luta. Na foto, Dolores, nos anos trinta, com mineiros das Astúrias

Poder Local

Juventude APU de Lisboa ao ar livre

Propostas certas em tempo incerto!

Junto ao coreto do Jardim da Estrela e dando, assim, corpo a uma das suas propostas («defesa, valorização e animação de todos os parques e coretos de Lisboa»), representantes dos 188 jovens que integram as listas da APU, concorrentes aos órgãos autárquicos do concelho da capital, convocaram a imprensa, na manhã da passada terça-feira, para informarem sobre a sua participação na campanha e as propostas específicas para a juventude contempladas no programa eleitoral da Aliança Povo Unido. Uma morrinha atrevida levou a conferência de imprensa para os bancos de jardim, no resguardo de uma árvore, proporcionando um diálogo ainda mais descontraído do que, naturalmente, se esperava de um encontro com a juventude.

Rui Salgado, Fernando Monteiro, Fernando Rodrigues e Amélia Pardal, todos candidatos à Assembleia Municipal de Lisboa, Pedro Namora (candidato à Assembleia de Freguesia de Belém) e Jorge Alves (Câmara Municipal de Lisboa), condensaram agilmente as diversas questões a abordar, começando por situar a própria campanha que a juventude está a fazer no âmbito das propostas eleitorais da APU. Assim:

«Para além da integração da juventude na actividade nor-

mal da campanha, têm-se desenvolvido contactos regulares dos candidatos da juventude APU com os estudantes e os trabalhadores-estudantes, quer em deslocações às escolas durante todos os seus períodos de funcionamento, quer em idas às fábricas e empresas, onde, naturalmente, também se contactam os jovens trabalhadores».

Mas a campanha da juventude APU tem muito mais coisas, a que a economia de espaço nos leva a realçar apenas as seguin-

tes, igualmente enunciadas pelos jovens:

Fazemos contactos directos com as populações nas Freguesias distribuindo propaganda, montando bancas, entrando nos cafés, etc. Na Rua Augusta temos um «Ponto de Encontro» diário da juventude APU com a população da cidade, onde, além da propaganda normal, se desenvolvem várias iniciativas específicas. Exemplo: «Dia da Habitação». Na próxima sexta-feira (último dia da campanha) vamos realizar um «Tribunal Juvenil» para julgar a política da Câmara e a sua brutal indiferença para com os problemas da juventude.

Comemorar, votando

Estava mesmo a jeito. Vai daí os jovens da APU caracterizaram, em duas penadas, a atitude do executivo chefiado por Abecasis e «acolitado, ao longo de todos estes anos, por PS, PSD e CDS»:

Nem vale a pena alongarmos acerca do desprezo com que a Câmara tem funcionado em relação à juventude — basta perguntar a qualquer jovem o que ele sente. Peguemos apenas num facto: a atitude do executivo de Abecasis e C.ª para com o Ano Internacional da Juventude (AIJ), que está prestes a terminar. Sempre pensámos que o AIJ poderia ser um marco importante, não só para a promoção de um grupo de iniciativas para os jovens, mas fundamentalmente para o lançamento de um conjunto de realizações que pudessem fazer ponte para o futuro. Nesse sentido a APU apresentou na Câmara Municipal, a seu devido tempo, um conjunto de propostas para a comemoração do AIJ em Lisboa, nomeadamente a promoção de um concurso literário, um ciclo de cinema, um festival de cultura juvenil no Parque Eduardo VII, a realização de jornadas desportivas inter-Freguesias, exigindo-se ainda que fosse dado apoio privilegiado a colectividades e estruturas associativas juvenis.

Para a concretização de todo este programa, a APU propunha ainda a criação de um pelouro da juventude, a par de um outro conjunto de propostas de sentido, digamos, mais duradouro, de que destacamos a criação da Casa da Cultura da cidade, a recuperação de teatros (Taborda, Belém-Clube e Ginásio-Chiado), a remodelação da zona ribeirinha e Terreiro do Paço transformando-a em espaço de lazer e, no domínio da habitação, a proposta da reserva de 10% da habitação social para os jovens casais.

A Câmara, até hoje, nem sequer discutiu o assunto. Apenas a Assembleia Municipal propôs uma comissão integrando todas as forças políticas, a qual se formou e apresentou uma proposta, mas nem esta foi discutida pelo executivo».

E em remate, quase desabafo:

Agora que 1985 está a chegar ao fim, pensamos que a única maneira que resta à juventude de comemorar o seu Ano Internacional é votar, em massa, na APU!

Propostas para cumprir

E têm razões para o fazer. Votar na APU e dar-lhe a vitória é, de facto, ter a garantia de que os problemas da juventude serão, pela primeira vez, atendidos pela Câmara Municipal de Lisboa. O programa eleitoral da Aliança Povo Unido — a única força política que pode garantir e provar que os seus programas são para se cumprir — dedica particular atenção a esta camada da população, avançando com oito objectivos concretos, enumerados, na conferência de imprensa:



- 1 - Criação de um pelouro da juventude;
- 2 - Garantir o acesso dos jovens à informação;
- 3 - Apoiar o associativismo juvenil;
- 4 - Dinamizar a participação juvenil na vida cultural e desportiva da cidade;
- 5 - Apoiar o intercâmbio juvenil;
- 6 - Incentivar a cooperação-empresa-escola-cidade;
- 7 - Promoção de medidas de apoio social aos jovens;
- 8 - Implementar uma política de dinamização cultural e de

cultura e recreio que realizem actividades de interesse para os jovens», funcionar permanentemente em relação «às associações, clubes juvenis e grupos informais de jovens» e criar «um parque de equipamento (máquinas de projectar, vídeo, etc.) para apoio às realizações culturais das colectividades, associações, etc.».

No tocante à dinamização da participação juvenil na vida cultural e desportiva da cidade, propõe-se, em primeiro lugar, a criação de «novas infra-estruturas e novos espaços

- A APU conhece profundamente as opiniões, necessidades e aspirações dos jovens de Lisboa.
- A APU considera a intervenção da Juventude na vida colectiva, indispensável ao presente e ao futuro da cidade.
- Só com a APU é possível concretizar uma gestão municipal globalmente orientada para garantir aos jovens e à população o direito à permanência e usufruto da cidade.
- Só com a APU é possível levar à prática um programa juvenil que garanta uma vida digna e mais feliz.

defesa do património cultural, de defesa do meio ambiente, de desenvolvimento e de paz na cidade de Lisboa.

É claro que todas estas medidas têm desenvolvimentos concretos, especificações qualificadas, propostas de concretização. É-nos impossível transcrevê-las todas, mas não queremos deixar de realçar as seguintes:

Quanto ao pelouro da juventude, deve ser «atribuído a um vereador a tempo inteiro, dispondo de meios humanos, técnicos e financeiros adequados, permitindo um apoio permanente às actividades juvenis, uma atenção constante aos problemas dos jovens e a implementação de um programa juvenil para Lisboa».

Em relação ao apoio ao associativismo juvenil, este deve privilegiar «as colectividades de

para a actividade cultural e desportiva, de mais bibliotecas e salas de estudo distribuídas pelas diversas zonas da cidade, abertas à noite e fins-de-semana», passando-se em seguida, a um conjunto de propostas para a construção de novos parques e jardins, de circuitos de manutenção e treino desportivo, incentivo à prática desportiva no Parque Eduardo VII com a criação de estruturas de apoio, recuperação de teatros, etc. De realçar ainda a proposta de criação de um Passe Cultural Juvenil que permita aos jovens o acesso à cultura por preços simbólicos.

Chuvicava ainda, quando terminou a Conferência de Imprensa. Um deles ainda nos atirou, à despedida: as propostas da APU são promessas certas, mesmo em tempo incerto!

Pois são.

Mulheres na APU

Ler um programa no feminino

Ler, no feminino, o programa da APU — que também assim pode ser lido, foi o tom do encontro com os jornalistas promovido no final da passada semana por representantes das 504 mulheres que integram as listas autárquicas da APU, para o concelho de Lisboa, atingindo os 32% num total de 1574 candidatas. Pretendia-se, igualmente, apontar as linhas-força de um debate a realizar dois dias depois (no passado domingo) com as mulheres do concelho, abordando a especificidade dos problemas da mulher na sociedade e as formas de intervenção emancipadora que, cada vez mais e graças à sua própria luta, elas activam no quotidiano social. Estavam presentes Helena Bastos, engenheira química, actual vereadora da APU na CML e de novo candidata, Germina Maria Ferrelira, professora e cabeça de lista à Assembleia de Freguesia da Charneca, e Ilda Pires, empregada de escritório e candidata à Câmara Municipal. Mas o programa da APU, sendo lido no feminino, foi-o para ambos os sexos.

E por que se pode ler o programa da APU no feminino? Porque — e a resposta é condensada das diversas intervenções — ao pretender devolver a cidade de Lisboa aos seus habitantes, o programa

da APU, não sendo especificamente dirigido às mulheres e sim a todos os eleitores, faz delas as primeiras contempladas pelo que tal proposta significa de melhoramento de qualidade de vida e respeito social.

De facto as mulheres continuam a ser as primeiras atingidas pela degradação socioeconómica da cidade e da sociedade portuguesa, degradação imposta não apenas por uma Câmara incompetente mas também por sucessivos governos reaccionários. São elas que, na esmagadora maioria das situações familiares, têm de fazer as compras com dinheiro que não há, que levam os filhos para escolas longínquas ou com eles têm de ficar em casa, que mais tempo lá estão, carregando com todos os encargos a ela inerentes ou enfrentando as consequências da ruína em que se encontra o parque habitacional da cidade, que, em suma, têm de dar resposta, sozinhas, aos encargos familiares e a jornadas de trabalho por inteiro e enfrentar, na primeira pessoa, as consequências da degradação socioeconómica e da qualidade de vida da cidade.

Deste modo — frisaram — a APU, ao propor-se devolver a cidade aos seus habitantes melhorando-lhes a qualidade de vida,

está, objectivamente, a contemplar, em primeiro lugar, as mulheres. APU, aliás, que se distingue da generalidade das forças políticas pelo seu profundo acompanhamento e conhecimento dos problemas da cidade e dos seus habitantes, o que contempla, naturalmente, os problemas específicos das mulheres. Recordou-se, a propósito, que o PCP foi o único partido que avançou na AR com propostas concretas em defesa dos direitos da mulher (apoiado apenas pelo MDP/CDE).

Mais de metade dos habitantes da cidade são mulheres — recordou-se — e não é por acaso que escolhemos para o nosso encontro de domingo o título «Lisboa Cidade Mulher». Desde as Descobertas, passando pela emigração e a guerra colonial, foram sempre elas que garantiram o funcionamento da sociedade no seu trabalho de reguarda.

Tomar consciência da sua importância, lutar pelo reconhecimento dos seus direitos e conseguir que homens e mulheres dêem as mãos para a construção da vida em comum e o enfrentar dos problemas, são os objectivos centrais destes encontros das mulheres da APU. Uma leitura no feminino? Sim, mas para todos.

Poder Local

Vivacidade no esclarecimento!

Se as iniciativas da Aliança Povo Unido, no campo da batalha eleitoral, decorrem da sua própria acção ao longo do mandato e nunca param os contactos com os eleitores, para auscultar as suas aspirações e para debater as soluções que os eleitos APU se propõem, elas atingem durante a campanha particular vivacidade, ao mesmo tempo que os activistas se empenham em acções de esclarecimento. As notícias chegam-nos um pouco de toda a parte do País. E aqui só demos dar uma ideia muito geral e necessariamente incompleta do intenso trabalho que culminará, no próximo sábado com o encerramento da campanha.

AVEIRO — privilegiar o contacto com as populações

No distrito de Aveiro, a campanha da APU tem privilegiado o contacto com as populações, nas realizações efectuadas em todos os concelhos do distrito. Desde os inúmeros porta-a-porta aos encontros com trabalhadores junto às empresas; às caravanas que percorrem as freguesias; às feiras e aos mercados dialogando e auscultando as preocupações nos próprios locais, os candidatos da APU têm apresentado as suas propostas de resolução dos problemas e analisado com as populações formas objectivas de pôr em prática o seu programa.

A receptividade às propostas da APU é manifestada em todos os concelhos. Foi assim que, em Espinho, o Liceu de Anta foi pequeno para os muitos apoiantes que aderiram a uma festa-convívio — a que José Viana e Dora Leal deram o seu contributo artístico — e onde a intervenção do actual presidente da Junta, Fernando Padeiro, foi vivamente aplaudida.

Assim foi também em Aveiro, na Escola Primária da Granja, pequena demais também para acolher os muitos aveirenses que participaram no jantar-convívio promovido pelos candidatos à Assembleia de Freguesia de Vera Cruz, e onde foi vibrantemente aplaudido o dr. João Domingos, cabeça de lista APU, e atentamente seguida a intervenção da deputada do PCP e membro suplente da Comissão Política do CC, Zita Seabra, que participou no convívio e frisou a importância das eleições autárquicas.

A acção dos eleitos da APU, mesmo em minoria no distrito — à excepção de algumas freguesias — está na base da boa adesão popular às listas APU, e

justifica a forma confiante como os seus candidatos encaram o acto eleitoral de 15 de Dezembro, esperando levar a voz da APU aonde até hoje se não fez ouvir e reforçar a sua presença onde o trabalho, a competência manifestada, a honestidade demonstrada pelos seus eleitos é já conhecida das populações.

GONDOMAR — medidas prioritárias

Gondomar pode de facto passar a ter a APU na presidência da Câmara. À luz dos resultados de 6 de Outubro último, apenas cerca de 2500 votos separaram a APU do PS, actual maioria na Câmara, ou seja apenas cerca de 3 por cento.

Se os números são por si só razão de esperança num novo rumo para o concelho de Gondomar, o trabalho desenvolvido pela APU no mandato que ora termina é maioria de razão.

A APU é a única alternativa às gestões do PS e do PPD, pelo trabalho realizado, pelo prestígio dos seus eleitos, pela aproximação eleitoral de todos os principais partidos no concelho.

A Câmara PS é uma gestão para esquecer já que transpôs para os órgãos autárquicos as suas lutas internas, as acusações mútuas, os conflitos permanentes. O PS transformou a Câmara em sede partidária e foco de tensões e instabilidade.

O PPD é o representante dos grandes empreiteiros.

O PRD, apesar de ter uma votação significativa em 6 de Outubro, não tem em Gondomar expressão autárquica, nem constitui por isso alternativa às más

gestões do PS e do PPD. Os seus principais candidatos não têm ligação aos problemas e realidades de Gondomar.

São dez as medidas prioritárias que a APU apresenta no seu programa para Gondomar. A primeira delas é o assegurar o abastecimento de água potável ao concelho, mantendo o tarifário em níveis acessíveis à população. Também o alargamento da rede eléctrica e o reforço da potência da existente é contemplado nesta primeira medida proposta.

Cobrir totalmente o concelho com rede pública de abastecimento de água e esgotos; dotá-lo de infra-estruturas e equipamentos sociais que faltam; prosseguir o trabalho realizado no domínio da habitação; reclamar a urgente abertura da via-rápida Gondomar-Porto, a construção da escola polivalente de Medas e da escola secundária de Rio Tinto e, ainda, a criação do Hospital Regional, são outras das medidas avançadas pela APU.

E mais — propor a elevação de Gondomar a cidade. A APU propõe-se, por outro lado, incentivar o desenvolvimento industrial e agrícola; defender o rico património natural e cultural do concelho; realizar uma política de estreita ligação e diálogo com a população; reorganizar os serviços. Finalmente, criar um gabinete técnico de apoio às freguesias, dotando-as de meios indispensáveis às suas competências.

FARO — o que é urgente

Em Faro, a APU apresentou à população um conjunto de medidas que considera urgente para a resolução dos problemas mais prementes do concelho. E urgente é quase tudo, quando se nos depara o extenso rol de medidas divulgadas na capital algarvia.

Organizar os serviços da Câmara, fomentar a habitação social, concluir rapidamente as infra-estruturas de toda a zona da Carreira de Tiro e as do loteamento da Cooperativa «Bons Camaradas», são das primeiras medidas indicadas pela APU, que se propõe também dinamizar a construção da via de acesso ao porto e actual zona industrial, desbloquear o processo de arranjo urbanístico da Pontinha e controlar a construção, sujeitando-a a planos de pormenor que

corrijam o seu desenvolvimento em zonas determinadas.

Recuperar é também palavra-chave para a APU de Faro. Recuperar as zonas já degradadas por falta de conclusão de infra-estruturas; recuperar a zona histórica da cidade; recuperar a Ermida de Santo António do Alto, o museu Antonino e Miradouro.

Limpar: limpeza e protecção da doca de Faro; resolver em todo o concelho o problema da limpeza e recolha de lixo, prevenindo ainda a construção de uma estação de tratamento; construir redes de esgotos em pequenos aglomerados suburbanos.

E construir. E apoiar. E melhorar. E remodelar. Num concelho onde falta tudo, não falta trabalho para a APU...

Obras de fachada... inacabadas

Porque está quase tudo por fazer em Faro? A esta pergunta, feita com toda a legitimidade quando deparámos — acima — com as medidas urgentes da APU, responde o próprio vereador do Povo Unido de Faro quando há dias, em sessão pública da Câmara (na qual o presidente actual, Negrão Belo, primou pela ausência), declarava:

«... No final deste mandato, só o Presidente tem quase a totalidade dos pelouros sob a sua responsabilidade, com marginalização da generalidade dos vereadores.» E acrescentou: «A Câmara, está provado, não pode ser gerida apenas pelo Presidente e seus adjuntos não eleitos.»

O vereador da APU e candidato por esta coligação à presidência da Câmara citou depois dois exemplos do que foi a gestão camarária da ex-AD e do seu presidente Negrão Belo:

«Na gestão do pelouro das obras, com a ânsia de mostrar muito trabalho, principalmente neste ano de eleições, começa todas as obras que lhe vêm à cabeça e não acaba nenhuma.»

Mais adiante, Eurico Antunes justifica a sua afirmação:

«Iniciou as obras do cemitério novo para a Conceição ainda antes de a Câmara ter aprovado o projecto, para dar uma satisfação eleitoral à população que reclama o cemitério há muitos anos.» Satirizando depois, Eurico Antunes diria: «Nem Odorico nos deu tais exemplos.»



Referindo-se ao segundo exemplo da gestão camarária dos últimos 3 anos disse:

«Retirou-me (o presidente Negrão Belo) o pelouro da habitação a pretexto de avançar mais rapidamente com tais assuntos. As obras da Carreira de Tiro não estão acabadas e o resultado do concurso para aluguer, que decorreu de 1 a 15 de Outubro não vai ser conhecido antes das eleições. Percebe-se porquê...»

(...) «Pretende-se encobrir aquilo que já toda a gente sabe. A incompetência é flagrante.»

Eurico Antunes terminou a sua declaração nesta reunião pública da CM de Faro afirmando:

«As obras de fachada, únicas de que é autor» (...) «não o salvarão de uma derrota eleitoral merecida. A população de Faro tem direito a ser respeitada pelo Presidente da Câmara.»

Comportamento ilegal da RTP

A propósito da emissão do telejornal de quinta-feira passada, durante o qual foi transmitida «um folhada reportagem de uma iniciativa eleitoral do candidato do PS à Câmara do Porto, Rosado Correia», a Aliança Povo Unido do Porto divulgou um comunicado em que denuncia o comportamento antidemocrático da RTP, contra o qual veementemente protesta, reclamando, por outro lado, «a instauração de um inquérito aos serviços da informação da RTP no Porto e o afastamento imediato do seu director, Sr. Djalme Neves».

A nota da APU-Porto lembra, a começar, que a reportagem citada se referia a um acontecimento que tivera lugar uma semana antes, e sublinha que, «não estando a RTP a proceder à cobertura nos noticiários das iniciativas promovidas por partidos e coligações (designadamente pela APU)» e «decorrendo já o período oficial da campanha eleitoral — a reportagem/entrevista do candidato PS Rosado Correia transmitida pela RTP 1 à hora de maior audiência assume o carácter de uma grave violação da Lei Eleitoral e dos princípios democráticos mais elementares».

E mais adiante refere:

Este comportamento antidemocrático e ilegal da RTP segue-se à grosseira tentativa de manipulação do debate entre os cabeças de lista à Câmara do Porto há dias transmitido, com o evidente propósito de favorecer a candidatura PS/Rosado Correia.

De outro modo não se podem interpretar não só a maneira tendenciosa como o debate foi conduzido, como o insólito facto de o programa ter sido aberto e encerrado pelo candidato PS/Rosado Correia, quando o seu partido está longe de ser a força mais votada na cidade do Porto (seja à luz dos resultados das eleições autárquicas de 82 seja, ainda menos, dos da Assembleia da República de 6 de Outubro último).

Quatro outros factos não podem deixar de ser sublinhados e denunciados.

O primeiro — que a entrevista a Rosado Correia para o Telejornal tenha sido realizada por um jornalista do seu próprio partido, o PS.

O segundo — que o director de «Informação» da RTP no Porto, sr. Djalme Neves, tenha sido chefe do gabinete de imprensa do sr. Rosado Correia e encarregado da sua promoção pessoal, quando este foi ministro do Governo de Mário Soares PS/PSD.

O terceiro — o espantoso facto do próprio sr. Djalme Neves ser também candidato do PS à Câmara do Porto, num dos lugares cimeiros da lista encabeçada pelo sr. Rosado Correia, e portanto, de estar a utilizar as emissões da RTP não só para promover a candidatura do seu partido (o que é ilegal e inaceitável), mas também para alcançar a sua própria eleição para vereador da Câmara do Porto (o que é repugnante), contra outros candidatos a quem impede acesso às antenas da emissora nacional de televisão.

E por último, o facto já conhecido de a «notícia» ter ido para o ar após pressões nesse sentido feitas por responsáveis do PS.

Por fim, a APU-Porto anuncia que além de apresentar queixa à Comissão Nacional de Eleições e ao Conselho de Comunicação Social, vai reclamar do Governo e da Assembleia da República a imediata adopção de medidas que reponham a legalidade democrática e garantam a genuinidade do processo eleitoral em curso.

Na Madeira

PCP propõe revogação dos aumentos a deputados e membros do Governo

O PCP apresentou no dia 4 de Dezembro, na Assembleia Regional da Madeira, um projecto de Decreto Legislativo Regional de «Revogação dos aumentos e reformas para membros do Governo Regional e deputados».

A revogação da Lei n.º 4/85, de 9 de Abril e do Decreto Legislativo Regional n.º 14/85/M, que a aplicou na Região e que aprovaram os escandalosos aumentos e reformas para membros do

Governo e deputados, constitui uma medida urgente para a moralização da vida política portuguesa, a defesa do prestígio das instituições democráticas e da própria dignidade do exercício de cargos políticos em Portugal.

Segundo afirma a Direcção da Organização Regional da Madeira do PCP em nota com data de 6 de Dezembro, «na nossa Região, a sua aplicação através do Decreto Legislativo Regional n.º 14/85/M, revela-se ainda mais

escandaloso perante a catastrófica situação financeira e económica a que o PSD conduziu o Arquipélago.»

E acrescenta:

«Numa situação em que as receitas correntes geradas regionalmente não são sequer suficientes para cobrir as despesas correntes, a criação de pesados encargos para o Orçamento Regional, como a única finalidade de criar inaceitáveis benefícios

para os detentores de cargos políticos, atinge quase as raias do absurdo.

«A dignidade do exercício de cargos políticos, a aproximação entre os deputados e os cidadãos que os elegeram, não podem conseguir-se através da instituição de privilégios que cavam um fosso imoral entre os deputados e governantes e o povo a quem dia a dia são impostos novos sacrifícios.»

PCP

CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ÂNGELO VELOSO



Quais são as condições fundamentais para concretizar a vitória da democracia nas eleições presidenciais? Será ou não oportuno recordar que há 5 anos a democracia portuguesa venceu um momento de perigo e que homens como Freitas do Amaral e Mário Soares, hoje candidatos, foram apoiantes do general Soares Carneiro? Quem melhor do que os trabalhadores pode compreender o pleno significado da organização e da unidade num combate de grande envergadura? É ou não legítimo, nomeadamente no âmbito da Reforma Agrária, exigir do Governo o cumprimento das decisões dos tribunais e o cumprimento das leis?

Estes os temas que seleccionámos esta semana do conjunto de declarações proferidas por Ângelo Veloso, candidato do PCP à eleição presidencial, em iniciativas realizadas nos últimos dias no Alentejo, em Lisboa e no Porto.

Motivo de reflexão para todos os democratas portugueses, as palavras do dirigente comunista são o alerta e o esclarecimento dum contributo fundamental, no quadro das Presidenciais 86, para desmascarar as intenções da direita e para unir os democratas em torno do grande objectivo nacional e patriótico: a vitória do candidato da democracia em 26 de Janeiro de 1986.

Para concretizar a vitória democrática Determinadas condições

Quem compreenda a importância da eleição presidencial, quem compreenda os perigos das candidaturas de direita, quem compreenda e partilhe do objectivo crucial de assegurar a vitória de um candidato democrático, deverá também compreender que, nas presentes condições nacionais, o objectivo da vitória exige determinadas condições.

Como temos incessantemente sublinhado, reclama desde logo o consenso das forças, sectores e personalidades democráticas que, com os seus apoios e com os votos que mobilizam, são essenciais para assegurar a vitória.

Acentuamos, a este respeito, que, contrariamente às construções apressadas e artificiosas de alguns, o facto do Presidente da República ser eleito por sufrágio directo e universal em nada altera ou desmente duas grandes evidências: a primeira, que nenhuma força política se pode alhear ou deixar de intervir em tal eleição, a segunda que sendo exacto que são os cidadãos que votam, as forças políticas organizadas (e designadamente os partidos) exercem uma influência determinante na formação das opções de voto dos cidadãos e

os seus apoios aos candidatos têm peso decisivo nos resultados eleitorais.

É desde o nosso X Congresso, e não de agora, que vimos insistindo em que a vitória de um candidato reclama sensivelmente a mesma mobilização de apoios e de votos que elegeu Ramalho Eanes em 1980.

A eleição de um democrata para Presidente da República exige que, à partida, o candidato reúna condições para fazer convergir mais de metade dos votos de todos o eleitorado: em concreto, à roda de 3 milhões. Basta analisar a repartição do eleitorado português pelas diversas forças políticas em 6 de Outubro para concluir que para vencer é forçoso mobilizar os apoios e congregar os votos dum muito amplo campo social e político democrático, arredando

todo o utopismo e todo o voluntarismo.

E, por isso, temos sublinhado sempre, serena mas firmemente, que o critério fundamental que deverá pesar na opção por um candidato democrático é a verificação do consenso nele das forças democráticas e dos correspondentes apoios que reúne e

mar a operação em curso para transferir votos de Freitas do Amaral para Mário Soares com o objectivo de permitir a passagem deste para a segunda volta. As negociações e o acordo neste sentido são hoje uma evidência. É esse o significado das declarações elogiosas — mais ou menos directas — para Mário Soa-

Unir
os Democratas
para a Vitória
da Democracia



ÂNGELO VELOSO
CANDIDATO DO PCP À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

dos votos que potencialmente congregará.

É na base destes critérios — definidos desde Dezembro de 1983 — que analisamos e nos definimos face às candidaturas surgidas no campo democrático.

Não assumindo nenhum compromisso em relação a estas candidaturas, concluímos simplesmente que a candidatura de Maria de Lurdes Pintasilgo não reuniu objectivamente aqueles apoios de forças e correntes democráticas, enquanto que a candidatura de Salgado Zenha parece estar a, crescentemente, congregar significativas convergências.

Não se trata pois de optar por um candidato em função da proximidade política ou ideológica, da maior simpatia ou empatia, ou de outros factores pessoais ou de grupo.

A cristalização de democratas em torno de preferências particulares, por mais compreensíveis que possam ser, por um lado, conduziria à multiplicidade de candidaturas e, por outro, obviamente, à derrota.

Nas actuais condições, seria desastroso admitir que o consenso de apoios e a convergência de votos dos democratas poderia esperar pela segunda volta.

Os democratas portugueses não podem alhear-se ou substi-

res de destacados políticos de direita (Adriano Moreira, Amândio de Azevedo, João Jardim e até de Freitas do Amaral) assim como o é a mudança de posição face às eleições presidenciais por parte do PSD da Madeira.

A derrota destas manobras e, mais em geral, a certeza da passagem dum democrata para a segunda volta das eleições presidenciais impõe a convergência,

7 de Dezembro de 1980
26 de Janeiro de 1986

É oportuno
recordar...

Faz hoje exactamente cinco anos que a democracia portuguesa venceu um dramático momento de perigo.

Porque faz hoje cinco anos que nas eleições presidenciais de 1980, a convergência das forças democráticas e o apego do povo português à democracia garantiu a derrota do General Soares Carneiro e a eleição de Ramalho Eanes.

Tem muita actualidade lembrar como se alinharam as forças políticas nessa batalha decisiva para a sorte da democracia portuguesa.

É oportuno por isso lembrar que ao lado de Soares Carneiro estiveram o PSD e o CDS (então liderado por Freitas do Amaral) e que contra a eleição de Ramalho Eanes esteve também Mário Soares ao retirar-lhe o apoio (no que foi vibrantemente saudado por toda a direita) e ao permitir depois que essa sua atitude fosse sistematicamente utilizada na propaganda a favor de Soares Carneiro e contra Ramalho Eanes.

É oportuno recordar que lutaram pela derrota de Soares Carneiro e contribuíram decisivamente para a vitória da democracia além naturalmente do então candidato e actual Presidente da República e seus apoiantes mais próximos, o PS então liderado pelo ex-Secretariado, o PCP, o MDP e outros sectores e correntes democráticas.

As diferenças que a eleição presidencial de 1986 apresenta em relação à de 1980 (entre outras, em 1980 havia uma AD embalada pela conquista recente de uma maioria parlamentar, agora o PSD e CDS não têm maioria na AR, em 80 havia um só candidato de direita e hoje há dois) não diminuem a importância e actualidade de alguns ensinamentos dessa batalha.

Porque, agora como então, alcançar a vitória democrática é o objectivo essencial.

Porque, agora como então, o essencial não são os gostos ou preferências individuais, mas a opção final por um candidato democrático que tenha apoio e condições para ganhar.

Porque, agora como então, é essencial a convergência das forças e sectores democráticos.

Porque, agora como então, é fundamental uma votação em massa num único candidato da democracia.

As presidenciais de 26 de Janeiro de 1986 não são uma esquemática repetição de 7 de Dezembro de 1980.

Mas uma coisa não pode ser esquecida ou ignorada: no essencial os que se bateram pela eleição de Soares Carneiro batem-se hoje pela eleição ou de Freitas do Amaral ou de Mário Soares.

É fundamental por isso que o vasto campo democrático que assegurou em 1980 a eleição de Ramalho Eanes se una agora para garantir a vitória de um candidato democrático.

Sessão-debate em Beja, no passado dia 7

Reforma Agrária Governo tem de cumprir as leis

Não queremos deixar de protestar contra as ilegalidades sistemáticas dos sucessivos governos de direita, entregando reservas, majorações, equipamentos e gados, sem qualquer fundamento, contra o disposto na própria lei. Denunciamos as ilegalidades reconhecidas por centenas de acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, muitos deles já transitados em julgado e até hoje não cumpridos.

No caso concreto de Montemor, desmascaramos os casos da Terra das Freiras, na Salvador Joaquim Pomar, e o da Herdade da Lage, na Vasco Gonçalves, reservas que foram entregues antes das eleições de 6 de Outubro, tendo os trabalhadores recorrido e recusando-se o MAP a respeitar o acórdão de suspensão de eficácia, tal como o determinou o Supremo Tribunal Administrativo. (...)

O Ministro da Agricultura e as autoridades que lhe estão subordinadas têm de cumprir as leis e de respeitar as decisões dos tribunais. Devem pôr termo à vaga de mais de cem processos de reserva em curso.

No Portugal de Abril, nenhum governo pode situar-se acima da Constituição, das leis e dos tribunais. Fazendo-o, impede o regular funcionamento das instituições. E, como tal, deve ser substituído.

Sessão-debate em Montemor-o-Novo, no passado dia 8

logo à primeira volta, dos votos das principais forças e correntes democráticas, isto é, de cerca de dois milhões de votos.

Persistem, como é sabido, diferenças de opinião dentro do campo democrático.

O que consideramos essencial é, a ponderação cuidada e realista dos interesses globais da democracia portuguesa, por parte de todos os democratas quaisquer que sejam as suas actuais posições.

Apelamos a que as forças,

sectores, grupos, correntes e personalidades democráticas recusem a confrontação e a polémica e, num clima de respeito mútuo, busquem a aproximação e o diálogo em torno das condições necessárias para a vitória dum democrata nas eleições presidenciais.

A vitória está perfeitamente ao alcance dos democratas.

Comunicação na abertura do debate realizado no passado dia 4, no auditório do Jornal de Notícias, no Porto.

Unidade e organização

A experiência dos trabalhadores

Os trabalhadores portugueses estão em boas condições para compreenderem as exigências cruciais que a batalha política das eleições presidenciais coloca ao campo democrático.

Conhecem, pela sua própria experiência, o valor da organização e a importância decisiva da unidade e sabem, também pela sua própria experiência, como uma e outra são decisivas para a defesa dos seus interesses, para a vitória das suas lutas. E sabem ainda como a unidade, na acção e na luta, se constrói chamando a primeiro plano o que é

essencial e pondo de lado o que é acessório. Podem, por isso, avaliar com mais exactidão, como numa batalha tão complexa e tão dura como as eleições presidenciais, a causa da democracia, em vez de ilusões e espontaneísmo, reclama realismo e acção organizada, e reclama, em vez da dispersão, desorientação e divisão, a cooperação e a convergência de apoios e votos democráticos.

Sessão-debate com trabalhadores da Banca, Seguros e Transportes, no Centro Vitória, em Lisboa, no passado dia 5.

Trabalhadores

Professores reforçam acção reivindicativa FENPROF recebida pelo ministro da Educação

A Federação Nacional dos Professores, que publicou recentemente o n.º 19 do seu «Jornal da FENPROF», com a manchete «Orientação para a acção reivindicativa», reuniu-se no dia 6 com o ministro e secretários de Estado responsáveis pela Educação e Cultura. A FENPROF, que «fez a entrega, no decurso da reunião, de um conjunto de propostas concretas em relação a problemas dos diversos sectores do Ensino», refere em comunicado emitido sexta-feira que «depende exclusivamente agora do Ministério da Educação» a prática do diálogo efectivo e a vontade de resolver os problemas concretos dos professores e do Ensino.

A reunião com o ministro e os secretários de Estado para os vários graus docentes destinou-se, segundo a mesma fonte sindical, a «debater as futuras regras de negociação e a agendar matérias consideradas prioritárias».

A FENPROF apresentou ao Ministério da Educação cinco «propostas concretas»:

- Sobre o ensino superior: «revisão do Decreto-Lei 48/85 (situação dos assistentes que não fazem doutoramento), revisão do Decreto-Lei 1/83 (controlo da exclusividade) e provas de doutoramento (parecer sobre um projecto do Ministério da Educação)».

- Sobre ensino preparatório e ensino secundário: «calendário de revisão da legislação sobre concurso de efectivos e provisórios; construção de instalações gimnodesportivas, adiaadas desde 1981».

- Sobre o ensino primário: «propostas de alteração da situação actual, quanto à vigilância nos recreios e distribuição de alunos; calendário de revisão da legislação sobre concursos, de que já existe um projecto do Ministério da Educação».

- Sobre ensino especial: «re-

conhecimento dos cursos de especialização; cursos de promoção a educadores de infância; aumento do subsídio de especialização».

- Sobre professores de língua portuguesa no estrangeiro: «negociação da proposta de revisão salarial apresentada no passado mês de Junho; legalização dos automóveis; profissionalização dos professores contratados».

A FENPROF, que remete também para a vontade política do Ministério «o desenvolvimento futuro das relações com a Federação Nacional dos Professores», compreendendo e aceitando «em boa medida as reivindicações apresentadas», salienta ainda no seu comunicado subscrito pelo secretariado nacional, que o Ministério da Educação se comprometeu a apresentar na passada terça-feira, dia 10, «a sua proposta de calendário das reuniões negociais sobre todas as matérias» constantes das propostas dos sindicatos.

Recorde-se que a revisão salarial dos professores está incluída na PRC/86 (Proposta Reivindicativa Comum) apresentada pelas associações sindicais representativas dos trabalhadores da Função Pública.



Definição de regras importantes

A Federação Nacional dos Professores destaca que a reunião com os responsáveis políticos do Ministério da Educação na passada sexta-feira «permitiu, em primeiro lugar, que ambas as partes clarificassem os respectivos conceitos de negociação e participação dos professores, através das suas organizações sindicais, na resolução dos problemas profissionais e de funcionamento do sistema educativo». Segundo a Federação sindical, «o Ministério não se encontra em uma matéria nem de negociação, nem de participação das organizações sindicais — o que a FENPROF contesta», de acordo com o comunicado que temos vindo a citar.

No seu «Jornal» de Novembro, a FENPROF considera a «definição de carreira um objectivo prioritário da acção

dos professores», no ano lectivo de 1985/86.

Quanto à revisão salarial, o «Jornal» da Federação escreve: «Os professores, com os demais trabalhadores da Função Pública, há muito vêm exigindo que o Governo cumpra os preceitos legais e as normas nacionais e internacionais em vigor, dando efectiva prática ao direito de negociação colectiva e de participação activa na determinação das condições de trabalho e emprego na Função Pública.

«Esta exigência tem encontrado as maiores resistências por parte dos sucessivos governos, os quais, evidenciando o seu desprezo pela Constituição da República e uma concepção crescentemente autoritária do exercício do poder, se tornaram os grandes responsáveis pela degradação da qualidade dos serviços públicos e das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores do sector».

O texto, de que acabámos de transcrever a parte inicial, é subscrito pela CNS (Comissão Negociadora Sindical) saída da Frente Comum de que a FENPROF faz parte, designadamente ao lado da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública.

A proposta de revisão, que inclui os novos salários (aumentos de 25 por cento na generalidade da tabela salarial) foi entregue ao Governo em Outubro findo, sem que até agora se tenham iniciado as negociações.

A «guitarra» do INIP

O Instituto Nacional de Investigação das Pescas, criado em 1977, requer urgentemente a elaboração de uma lei orgânica e a também urgente substituição do director, Remy Freire, e da subdirectora, Maria Helena Barahona Fernandes. O INIP, que emprega perto de 400 trabalhadores, está a ser dirigido segundo o inacreditável «princípio» de «quem tem unhas toca guitarra». Esta singular directiva é da autoria da subdirectora. Segundo a Comissão de Trabalhadores (CT), que deu no dia 4 uma conferência de imprensa, a «desorganização e a desorientação» reinam no INIP, que tem 140 trabalhadores com emprego precário (os chamados «tarefeiros»), 77 dos quais admitidos por esta directiva, «com base em critérios pouco claros», afirma a CT.

Situação grave, próxima da ruptura

Alguns destes pessoais «tarefeiros» foi inclusivamente admitido para «funções administrativas», quando a própria direcção concluiu pela necessidade de reverter o pessoal administrativo em técnicos auxiliares de que o INIP muito necessita. Segundo a CT, os «tarefeiros» são pagos «abaixo dos níveis correspondentes às suas funções, auferindo os não qualificados uma remuneração inferior ao salário mínimo nacional», sem direito à ADSE (assistência aos funcionários públicos na doença).

Em troca dos salários em atraso

NÃO ACEITAR O DESEMPREGO

• Greve em Setúbal, anunciada para a véspera do Natal

Reunida antes da audiência com o Primeiro-Ministro, na passada sexta-feira, a comissão executiva da CGTP-IN manifestou-se contra quaisquer «soluções» governamentais ou parlamentares para os salários em atraso que consideram esta situação «como meio caminho andado para o desemprego».

Depois da audiência com o chefe do Executivo, a Inter, que reclamou a aplicação da lei no que respeita ao pagamento imediato de quatro meses de salário nas empresas que forem à falência, reivindica que «o Governo intervenha não para aumentar o desemprego, mas para resolver os problemas sociais dos trabalhadores com salários em atraso e incentivar a recuperação e viabilização das empresas». A CGTP-IN é apoiada por todas as organizações do movimento sindical unitário em todos os pontos das suas reivindicações apresentadas ao Governo oportunamente.

Entretanto aumentado, o abono de família deveria ter sido actualizado com efeitos retroactivos a 1 de Outubro findo. Sublinhando que mais

uma vez este ano isso não sucedeu, ao contrário do que a lei dispõe, a Central unitária acrescenta que esse aumento «continua longe de corresponder ao custo de um litro de leite diário por criança — reivindicação da CGTP-IN e recomendação das normas internacionais sobre a matéria».

Em Setúbal, onde a situação piora diariamente, os tra-

balhadores do comércio retalhista, há 19 meses com o mesmo salário, decidiram desencadear uma greve no próximo dia 24.

Na Lisnave, a acção de quinta-feira passada junto da Assembleia da República, foi precedida de uma assembleia geral de trabalhadores que consideraram «criminoso» o que se passa na empresa. A administração insis-

te em proceder a mais despedimentos; os salários continuam em atraso (12 meses; 300 contos por trabalhador); a verba de 150 mil contos, que o Governo anterior pôs à disposição dos administradores para pagamento de salários, continua, segundo parece, por levantar; quando se avizinhava um acordo entre ORT's/administração, esta rompe as negociações e procura aumentar a instabilidade e a confrontação. O grupo parlamentar do PCP, que recebeu uma delegação dos trabalhadores na passada quinta-feira, num requerimento ao Ministério do Trabalho pergunta se este mandou interromper as negociações na Lisnave e que medidas pensa tomar para que o diálogo seja retomado.

Entretanto, o Instituto Nacional de Estatística revelava que, entre Novembro de 1984 e o mesmo mês deste ano, os preços no consumidor aumentaram 20,7 por cento, sem contar naturalmente com os aumentos de preços recentemente ordenados pelo Executivo em funções.



Setúbal: anunciada greve no comércio a retalho

CT reclama a demissão dos directores do Instituto

Mas, para isso, é necessário que o director do INIP seja «uma personalidade de comprovada competência no sector das pescas, e o subdirector um elemento das carreiras do Instituto».

Criado e razoavelmente equipado para desenvolver as suas actividades (proprietário de dois navios, «Noruega», «Mestre Costeiro», e outras embarcações), o INIP tem a inegável importância que corresponde ao relevo socioeconómico das pescas no nosso país. Empregando, como destaca a CT, «especialistas credenciados no País e no estrangeiro», o Instituto com a sua actual direcção, que consulta especialistas estrangeiros para depois não aproveitar as suas recomendações, «recusa a discussão interna sobre orientação, objectivos e prioridades da investigação, desvirtuando, e outras vezes interrompendo algumas iniciativas nesse sentido».

Com sede em Algés, aqui em Lisboa, e possuindo Centros Regionais de Investigação Pesqueira em Matosinhos, Aveiro, Setúbal e Faro, o INIP, dirigido desde Janeiro de 1984 por Remy Freire, tem-se encaminhado para a «progressiva desactivação como instituto de investigação aplicada, ligado à produção pesqueira».

Processo de luta

Perante o mal-estar generalizado «na maioria esmagadora do pessoal» que muito contribuiu para a progressiva desactivação a que se refere a CT, «os trabalhadores do INIP decidiram desencadear um processo de luta a fim de pôr cobro à situação».

A CT, que tem mantido contactos e recebido apoio da Federação dos Sindicatos da Pesca, do Sindicato da Função Pública da Zona Sul e Açores, da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Função Pública e da Organização dos Trabalhadores

Científicos, propõe-se acabar com «a actuação prepotente, arbitrária, ameaçadora e desrespeitosa das mais elementares normas de convivência desta direcção» (Remy Freire e M.H. Barahona Fernandes), que atropela hierarquias, ignora a competência profissional e promove «a concessão de favoritismos, sem ter em conta os interesses dos INIP».

Além de demissão do director e da subdirectora, a CT reclama a aprovação de uma lei orgânica para o Instituto.

Diligências junto das entidades públicas competentes e contactos com os grupos parlamentares da anterior legislatura vão continuar por parte da CT do INIP que entretanto promoveu outras iniciativas, como «apresentação ao Provedor de Justiça do processo de transferência do espólio do rei D. Carlos e a apresentação de todo o processo do INIP, nestes dois anos, ao ministro da tutela, gabinete do Primeiro-Ministro e Presidência da República», refere a CT.

LUTAS E TAREFAS

- A «adequação às regras comunitárias» (CEE) continua a servir de espantapálgas, e vai por certo dar ainda que falar a propósito da muito anunciada reestruturação dos organismos de coordenação económica. Segundo a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública, continuam a correr sérios riscos de extinção organismos como as Juntas Nacionais das Frutas, do Vinho, dos Produtos Pecuários, do Azeite e Produtos Oleaginosos, a Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau e o Instituto Português das Conservas de Peixe. Sem pôr necessariamente em causa a necessidade de reestruturar, afirma a Federação sindical dos TFPs que «em todo este processo não está a ser devidamente acautelado o interesse nacional». O mesmo acontece com os direitos dos trabalhadores das coordenações económicas. A Federação, ao sublinhar o facto de a Lei do Orçamento de Estado para 1985 prever a «extinção ou reestruturação» daqueles lugares de trabalho, propõe-se desenvolver «acções contra a ameaça de colocar trabalhadores na situação de excedentes». O pretexto de dar corpo ao mesmo fantasma da «adequação» serve muito bem de passa-culpa para toda a obra de incapacidade e ineficiência, da qual os últimos governos se podem legitimamente gabar, quando falam dos males medonhos que a seu ver estariam minando a economia portuguesa. Que o Estado — para o capitalismo — não tem «vocação» de gerir já se sabia; mas que os governos não têm capacidade para administrar os seus próprios organismos capitalistas também se vai sabendo cada vez melhor. Que o diga o grande capital privado, promotor e beneficiário de tão má administração.

- Sindicalistas continuam a exigir do Governo o cumprimento integral das recomendações sobre higiene, segurança e medicina do trabalho, aprovadas pela OIT. A Organização Internacional do Trabalho, que elaborou um relatório sobre essas matérias, depois de uma visita ao nosso país, chegou a conclusões «no essencial coincidentes com as reivindicações do movimento sindical unitário» — faz notar a CGTP-IN. «As empresas, de uma forma geral, como salientou numa recente reunião de quadros técnicos e dirigentes sindicais realizada em Lisboa, não cumprem os regulamentos de higiene e segurança no trabalho». Sem «qualquer vínculo à

empresa», a maioria dos médicos «não exerce uma acção enquadrada, limitando-se a passar receitas».

No documento final da reunião, de que dá conta um comunicado da CGTP, referem-se «aspectos inacreditáveis» e «situações gritantes», como «refeitórios implantados junto a depósitos de material inflamável, salas sem uma única saída de emergência», aumento de doenças contagiosas (referido o caso dos trabalhadores dos matadouros: os fatos de trabalho lavados em casa contribuem para o contágio) e, principalmente, a «ausência total de controlo e fiscalização pelas entidades oficiais», que primam também pela escassez de estatísticas, «praticamente inexistentes» em matéria de segurança, higiene e medicina do trabalho», concluiu a CGTP-IN.

- O Sindicato dos Médicos da Zona Sul pronuncia-se novamente contra anomalias verificadas no acesso ao emprego, e reafirma «A sua total disponibilidade para desenvolver formas de luta reivindicativas», de modo a «impedir as novas e brutais tentativas de desemprego médico». Refere-se directamente o Sindicato à actuação do dr. Miguel Andrade, como director-geral dos Recursos Humanos do Ministério da Saúde, que há dois anos foi «a pessoa incumbida pelo então ministro Gómeia de executar o despedimento massivo de mais de 50 por cento dos então 4000 médicos policlínicos». Esses desígnios fracassaram, recorda o Sindicato, devido à «acção reivindicativa firme e organizada» dos policlínicos, «apoiados a todos os níveis pelos sindicatos médicos». Mas a atitude do mesmo director-geral, relativamente aos médicos licenciados este ano (recusando receber as respectivas comissões de curso e discutir as colocações) preocupa seriamente o Sindicato. Leonor Beza, responsável pela Saúde no novo Executivo, continuava, ainda no dia 4, sem dar resposta a um pedido de audiência que já tinha um mês. Reunindo regularmente com as comissões de curso dos médicos recém-licenciados da Zona Sul, o Sindicato com sede em Lisboa repõe a sua «exigência de aplicação integral da lei (portaria regulamentadora do Internato Geral) e de colocação inadiável, relativa a 1 de Janeiro de 1986. Foram entretanto marcadas audiências com órgãos do poder e organismos responsáveis pelo sector».



Guérin, hoje Pelos salários na Guérin: nova concentração na Av. da Liberdade

Concentração

No prosseguimento da luta na empresa, concentram-se hoje, às 11 horas, na Avenida da Liberdade em Lisboa, os trabalhadores da Guérin. As organizações representativas (ORTs) anunciam, como objectivos da acção, a liquidação dos salários em atraso, a negociação do caderno reivindicativo, a «rápida solução (para o problema) dos trabalhadores em casa» e a recuperação económica da empresa, contra o desmantelamento.



Assembleia da República

«A economia não é uma mera questão de chute na bola»

— esclareceu o deputado Octávio Teixeira ao ministro das Finanças

Na passada sexta-feira de manhã — que não se pode perder muito tempo com estas coisas — o Governo foi questionado na Assembleia da República pelos partidos, sessão esta que partiu da iniciativa do PCP.

Gozando do privilégio de escolherem as perguntas, os ministros (alguns) e secretários de Estado (também poucos) compareceram no hemiciclo, sobraçando «dossiers» e outros papéis avulso.

Vinham cumprir a sua tarefa democrática de responder aos representantes do povo. Que as suas respostas fiquem por metade ou ainda menos, disso alijam responsabilidades, que o Regimento da AR, feito e aprovado de parceria na anterior Legislatura pelo PS, PSD e CDS, é propício a afastar o diálogo e impedir as questões mais pertinentes.

A sessão, pois, decorreu morosa, enquanto responderam o ministro da Agricultura, Álvaro Barreto — que a dada altura encerrou o diálogo dizendo que não tinha tempo para continuar a divagar e se retirou — e o ministro da Educação.

Brilhante foi a parte restante, ocupada pelo ministro das Finanças, Miguel Cadilhe. Não pela oratória ou os exemplos convincentes revelados pelo ministro. Precisamente pelo contrário.

É uma conta de dividir?

Começando por responder ao deputado Corregedor da Fonseca, do MDP/CDE, Miguel Cadilhe começou logo por revejar uma memória curta. E disse:

Não teria sentido nenhum trazer a esta Câmara o anúncio de aumentos de preços que iria verificar-se algumas semanas depois.

Só que os aumentos, sr. ministro, surgiram dois dias depois do Programa do Governo ter sido apresentado na Assembleia da República. Não foram aumentados algumas semanas depois como disse.

Mais adiante, e ainda em resposta ao deputado, Miguel Cadilhe perorou:

Se o Governo só aumentasse os preços em Março de 86, em vez de o fazer em Novembro/Dezembro de 85, o que aconteceria — e isto apenas aritmeticamente, mas o Governo não se rege por critérios

aritméticos — é que a taxa de inflação em 86 teria sido muito mais fácil. Trata-se de uma questão muito simples: o aumento em Novembro/Dezembro de 85 fica incorporado em todos os índices de 86. É uma conta de dividir, sr. deputado, uma soma sobre uma soma.

Ao que Octávio Teixeira, do PCP, exclamou:

Essa é para ir!

Não as tem e não as empenha

Não se ficou por aqui o ministro, ao responder mais adiante, a uma pergunta do deputado do PRD, José Carlos de Vasconcelos, que queria saber se o Governo dava garantias de que até finais de 86 não iria aumentar mais os preços.

O ministro Cadilhe deu uma resposta que certamente não terá agradado a Cavaco Silva, ao afirmar:

O Governo não pode dar garantias de tipo hipotecário, como, por exemplo, um penhor, nem pôr as suas barbas debaixo desta promessa.

E acrescentou outro tíbio argumento, com que já nos vai habituando:

A única garantia de que a meta de 14 por cento para 1986 val ser realizada reside na credibilidade que este Governo e esta política económica merecem do país.

Como a credibilidade decresce de dia para dia não tarda, pois, que outros aumentos surjam. Razão por que não empenha as barbas, quiçá também, porque as não tem.

Gato escondido com rabo de fora

A política cambial do Governo foi o tema abordado pelo deputado comunista Octávio Teixeira. Uma política de gato escondido com rabo de fora, ou, por outras palavras, o Governo não podia vir à Assembleia dizer os aumentos que preparava para dois dias depois, mas pode vir para os jornais avisar a data precisa em que recomeçará a desvalorização do escudo.

Segundo os jornais — diria Octávio Teixeira — o Governo suspende a desvalorização até Março, para depois a retomar, eventualmente, a outros níveis.

E acrescentou:

A via seguida pelo Governo não assenta em razões de racionalidade económica, tudo levando a crer que as alterações introduzidas na política cambial não visam acabar com o autêntico cancro da economia nacional que é essa des-

valorização. Segundo o sr. ministro terá afirmado, ela assenta em «razões subjectivas do Governo» e é um «sinal aos agentes económicos». Eu diria: e que sinal!

Contrariamente à prática seguida em todo o mundo — retomo aqui a afirmação que fez há pouco sobre os preços — qualquer alteração cambial é um segredo guardado até ao último minuto.

O Governo não o fez! Anunciou com quatro meses de antecedência que iria haver nova desvalorização cambial, quando diz que iria retomar a desvalorização desilzante.

Aviso aos importadores e exportadores

Prosseguindo, Octávio Teixeira afirmou:

Isto é o mesmo que o Governo vir para a praça pública apregoar, por exemplo, o seguinte: «Srs. importadores, têm quatro meses para procederem à importação de «stocks», de forma especulativa, pois dentro de 120 dias terão lucros suplementares decorrentes da desvalorização.

Srs. exportadores, durante os próximos quatro meses tenham as divisas no estrangeiro, pois, a partir dessa data, elas dar-vos-ão lucros especulativos resultantes da desvalorização. E não tenham qual-

quer receio, pois os lucros cambiais serão mesmo para vosso benefício.

É por isso que a suspensão é exactamente de 120 dias, isto é, aquele prazo de 120 dias a partir do qual, em relação à retenção de divisas por exportadores no estrangeiro, o lucro cambial deixa de resultar para os exportadores e passa a ser para a banca.

Este, é, de facto, «o sinal» dado pelo Governo aos agentes económicos.

Quanto às «razões subjectivas do Governo», elas têm a ver exclusivamente com o objectivo de reduzir, mas de forma artificial (porque não duradoura), a inflação em 1986, designadamente no primeiro semestre.

E, mais adiante, a pergunta:

As alterações introduzidas pelo Governo no âmbito da política cambial são um «sinal» para incentivar a especulação cambial e as «razões subjectivas do Governo» reduzem-se objectivamente à redução temporária da inflação no primeiro semestre de 1986, por razões políticas evidentes?

Garanto-lhe! — disse ele

Pois se o leitor estava à espera de uma refutação, ponto por ponto, tire daí o sentido.

Sr. deputado — disse o ministro — dou-lhe a garantia do Governo e a minha garantia

Os derrotados recursos contra a APU

Estado de direito. Você conhece-o?

Incomodados ficaram o PSD e o PS quando, na sessão parlamentar de quinta-feira passada, no período de antes da Ordem do Dia, o deputado comunista João Amaral se referiu à operação pseudo-jurídica desencadeada, coligadamente, pelas direcções dos dois partidos contra a admissão das listas da APU em 28 municípios, onde à excepção de dois, esta força política detém a maioria.

Costa Andrade, do PSD, veio, ao terreno, falar do Estado de Direito, realçando que cada vez que um tribunal se pronuncia, cada vez que proclama o Direito isso, para nós, partido do Estado de Direito, é uma vitória mesmo que no plano concreto a nossa causa sofra perda.

José Luís Nunes, do PS, não escondeu a sua atrapalhação, meteu o nariz nos conceitos do que é bom ou mau para a APU, falou das escassas maiorias e das largas maiorias, citou o advogado francês Maurice Garçon e só aos costumes não disse nada porque tanto não lhe foi inquirido.

Mas vejamos o que motivou a polémica. Falando da iniciativa conjunta, que visava afastar a APU de uma área onde vive muito mais de um milhão de habitantes, João Amaral frisou:

As reclamações não tinham qualquer fundamento jurídico, como reconheceram todos os juizes de comarca que apreciaram os processos de candidatura e também todos os juizes sem excepção que decidiram

contra as reclamações do PS/PSD (decisões de resto corroboradas pelo Tribunal Constitucional).

O processo terminou assim como uma derrota total para os seus autores e executores que viram gorada a operação antidemocrática que gizaram.

Qual o sentido democrático?

Mais adiante, falando do poder local democrático, porque é formado a partir da vontade das populações e fomentador da sua participação activa e da sua intervenção criadora, diria João Amaral:

De facto, que sentido democrático teriam as eleições, sem os candidatos da APU, toman-

do como exemplo municípios como os de Beja, onde as votações para a Câmara Municipal têm oscilado entre 56 e 51 por cento; Évora, entre 54 e 52 por cento; Arraiolos, entre 67 e 62 por cento; Alandroal, 64 por cento; Avis, entre 62 e 56 por cento; Grândola, entre 65 e 63 por cento; Barreiro, entre 62 e 60 por cento e Sesimbra, entre 62 e 57 por cento?»

E o orador colocou outras questões:

Que sentido genuinamente democrático teria o poder local nesses órgãos, se as candidaturas da APU fossem afastadas, com a consequente eleição de órgãos por escassíssimas minorias do eleitorado?

Que sentido genuinamente democrático seria o da relação entre as comunidades locais e os respectivos órgãos do poder local, quando passaria a haver um fosso absoluto entre o sentido político da generalidade da colectividade e os titulares dos órgãos do poder político?

A resposta, se é que seria necessário resposta para o que estava evidente, deu-a de seguida João Amaral:

Ora, foi precisamente esta demonstrada falta de genuini-

dade que animou e pretendiam as direcções do PS e PSD, através de um acto que é, em si mesmo, político, embora necessário de impugnação jurídica, mas que afinal se revelou que de jurídico não tinha nada.

Tratou-se, pois, de uma gravíssima operação antidemocrática que não poderia deixar de ser registada perante a Assembleia da República.

Os defensores do Estado de Direito

Aqui del-reil! Que não há ninguém mais democrático do que o PSD (ou não fora prova disso o «D» que integra a sigla). Que são adeptos incondicionais do Estado de Direito e — espanto dos espantos — que cada vez que um tribunal se pronuncia, para o PSD isso é uma vitória, mesmo que a sua causa sofra perda. Com todos estes argumentos esgrimiu Costa Andrade, da bancada social-democrata.

Melhor fora não o ter feito e remeter-se ao silêncio pesado que a má consciência aconselha, pois escapava à interrogação se

assim era, por que razão não acatava o Governo — concretamente, o ministro da Agricultura Álvaro Barreto, membro do seu partido — os mais de 300 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo respeitantes ao sector da Reforma Agrária?

Mas a isto não respondeu Costa Andrade. Neste caso e em muitos outros, cada vez que um tribunal se pronuncia, cada vez que proclama o Direito, já não constitui uma vitória, mas antes uma derrota que urgê não cumprir.

Referindo-se a essa actuação, João Amaral foi consiso na resposta dada:

Essa é a negação do Estado de Direito. Afinal, a questão pode colocar-se nestes termos: que Estado de Direito quer o PSD? Aquele Estado de Direito em que utiliza, abusivamente, mecanismos jurídicos para prosseguir operações políticas, em que quer fazer mascaradas jurídicas para prosseguir fins políticos? Ou, ainda pior, aquele em que denega a justiça para, nomeadamente, através do não cumprimento de decisões dos tribunais, pura e simplesmente, servir, de maneira completamente desproporcionada, os interesses de

um grupo de latifundiários que querem reconstituir o latifúndio no Alentejo? É esse o Estado de Direito que o PSD quer?

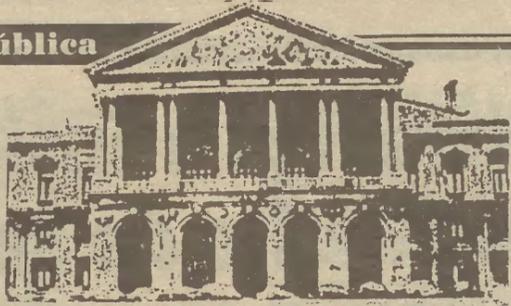
E a encerrar a discussão o deputado comunista voltou ainda ao cerne da questão:

O caso concreto que trouxe aqui à Assembleia é um caso que deve preocupar os democratas: o exercício pleno da democracia, a correspondência entre a vontade do País e os modelos por que se concretiza o exercício do poder político, têm que ter correspondência na possibilidade de o povo português poder eleger quem quer, de forma que quer, enfim, poder eleger pessoas com quem se identifique.

Foi isso exactamente que o PS e o PSD, coligadamente, tentaram negar. Isso não pode deixar de ser chamado de gravíssima operação antidemocrática, ainda que bem derrotada.

Assunto encerrado, não a contento destes dois partidos, entenda-se, que na actual campanha eleitoral autárquica já vão ao despudor de não esconderem a sua identidade, quando dizem que votar num, é o mesmo que votar no outro.

Assembleia da República



peçoal que em Dezembro de 1986, relativamente a Dezembro de 1985, a taxa de inflação estará em 14 por cento ou menos.

E Octávio Teixeira voltou à carga:

A questão das expectativas inflacionárias, daquilo que tanto o sr. ministro como o Governo de que faz parte tanto apregoam, em relação à confiança e o tal tratamento de choque que se quis dar com a suspensão da desvalorização — segundo II em alguns jornais —, faz-me lembrar as chamadas «chicotadas psicológicas», só que essas utilizam-se no futebol e a maior parte das vezes não dão resultado. E quer se queira, quer não, a economia não é uma mera questão de chute na bola.

Anteriormente, o ministro da Educação e Cultura respondera a uma pergunta da bancada comunista formulada pelo deputado António Silva Osório, sobre os aumentos dos preços dos livros e demais material escolar e as medidas de apoio social aos estudantes e famílias. O ministro chumbou.

Entretanto, na quinta-feira passada o plenário da Assembleia da República aprovou por maioria — só se opôs o PSD — um pedido de urgência apresentado pelo MDP/CDE para a votação de um projecto de lei da sua autoria que visa garantir a independência da Alta Autoridade Contra a Corrupção. Dois dias antes a Assembleia aprovava, por unanimidade, uma proposta subscrita por deputados do PCP, PRD e PS para que fosse constituída uma comissão eventual para o apuramento do estado das contas públicas.

Conselho de Estado

Álvaro Cunhal reeleito

A Assembleia da República elegeu na passada terça-feira cinco novos membros do Conselho de Estado, substituindo os que pela dissolução da anterior Assembleia perderam o mandato.

Álvaro Cunhal foi reeleito para o cargo que já ocupava. Por seu turno o PSD elegeu dois conselheiros, Cavaco Silva e Amândio de Azevedo, o PS, um, Mário Soares, e o PRD, outro, Hermínio Martinho. O CDS vê-se afas-

tado daquele cargo político.

Pelo mesmo motivo, a Assembleia elegeu ainda na mesma sessão sete membros do Conselho Supremo de Magistratura (pelo PCP, Lino Lima, reeléito e deputado na anterior legislatura) e cinco membros para a Comissão Nacional de Eleições, (Luís Sá, reeléito em representação do PCP) cabendo aqui um membro a cada um dos cinco grandes partidos com assento no hemisfério.

PCP pede inquérito a ilegalidades do MAP

O Grupo Parlamentar do PCP — segundo foi revelado em conferência de imprensa, realizada na segunda-feira última — requereu à Assembleia da República um pedido de inquérito parlamentar sobre os actos inconstitucionais e ilegais contra a Reforma Agrária, praticados pelo Ministério da Agricultura e pelos serviços dele dependentes.

Ao anunciar a iniciativa aos jornalistas, o presidente do Grupo Parlamentar do PCP, camarada Carlos Brito, salientou que este inquérito visaria, em particular, os processos de entrega de reservas e de terras para exploração, em todos os seus aspectos.

Alertando para a gravíssima situação de acumulação de ilegalidades, desafio aos tribunais e às regras basilares do Estado de direito democrático, Carlos Brito salientou ser incompatível com o Estado democrático o reiterado e deliberado incumprimento de mais de 300 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo.

Adiantou que nos processos apreciados pelo STA há exemplos de toda a espécie de escândalos, desde falta de produção de provas, requerimentos de reservas fora do prazo, reservas com pontuação ou área superior à permitida, até... reservas para mortos.

Para além de considerar da máxima urgência a sua realização, pelo que serão desencadeados os mecanismos previstos, Carlos Brito manifestou «confiança» de que, no actual quadro parlamentar, a Assembleia assumirá a responsabilidade de repor a legalidade.

Uma ingenuidade tecnocrática

Cavaco Silva prometeu um Governo competente. Eis senão quando, vemos os mesmos ministros que estiveram no Executivo PS/PSD e, espanto dos espantos, se constata que para ocupar a Secretaria de Estado do Ensino Básico não havia ninguém mais capaz do que a dr.^a Marília Raimundo, deputada de longa data do PSD, que nas poucas vezes em que abriu a boca, não entrou mosca.

Segundo consta, pela atribuição deste cargo, a juventude social-democrata terá rangido os dentes e ameaçado passar-se em peso para o MRPP.

Até aqui tudo bem — ou tudo mal, conforme se quiser, que vem a dar no mesmo — não fora o facto de Cavaco Silva ter delegado o seu pe-louro, no Governo Sá Carneiro, em Miguel Cadilhe, o homem do SIII (leia-se S3I's, para condizer com o ar tecnocrata do seu criador).

O SIII (Sistema de Incentivo ao Investimento Integrado), é nosso dever explicar ao leitor, foi uma iniciativa que teve como único mérito, em 1980, quando foi criado, obrigar as empresas a constituírem gabinetes especiais que lhes permi-

tissem lidar com a papelada burocrática que tal sistema impunha.

Pois Miguel Cadilhe, nas suas conversas de Parlamento, não tem sido muito convincente.

Durante a discussão do Programa do Governo teve um deslize que não parece de um tecnocrata, apegado à frieza dos números e às leis que regem a economia.

Respondendo a questões postas pelo deputado Silva Lopes, do PRD, Miguel Cadilhe diria no respeitante ao controlo das margens de lucro:

O Governo não quer controlar as margens de lucro, nem quer controlar os preços. O Governo espera, e val também induzir nos agentes económicos expectativas nesse sentido, que as empresas, voluntariamente, apertem um pouco as suas margens de lucro. (sic, «Diário da Assembleia da República», I Série, n.º 6, de 20 de Novembro de 1985).

E o mesmo órgão informativo oficial regista a seguir:

Risos do PS e do PCP.

Uma voz do PCP: — Que Ingenuidade!

Pode ser uma ingenuidade, mas sempre é uma ingenuidade tecnocrática, com outras virtudes, portanto. E mais não dizemos...



edições
Avante!
Recomendam

O PARTIDO COM PAREDES DE VIDRO

Álvaro Cunhal

ARCO ÍRIS

Wanda Wassilewska

VIII SONETOS

Ary dos Santos

BARRANCO DE CEGOS

Alves Redol

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS

PCP

«Navegando», do Brasil para o Alvalade

Um espectáculo diferente

Habitado a boas surpresas, o frequentador do **Encontro Alvalade**, espaço de animação cultural na cidade de Lisboa, tem agora outro motivo de interesse. Falamos do espectáculo «Navegando». Espectáculo de dança e de teatro em que o artista brasileiro Brenno Mascarenhas usa com sensibilidade e harmonia o movimento e a palavra, em torno da poesia de **Fernando Pessoa**.

Já apresentado com enorme sucesso no Brasil, nomeadamente no Teatro Cacilda Becker em São Paulo, este espectáculo reúne composições musicais da actualidade, recorrendo a nomes como Jean Luc Ponty, Vangelis e Jean Michels Jarre, e coreografias com expressões da dança moderna e da dança jazz, «disciplinas» que têm contado com o trabalho persistente de Brenno Mascarenhas em São Paulo. Professor, actor e bailarino, desde 1979 que ele coreografa e produz os seus próprios espectáculos. Londres e Nova York são pontos frequentes da sua passagem artística, preocupada com a necessária actualização.

Como assinala um dos apontamentos publicados pelos críticos brasileiros sobre «Navegando», desta vez Mascarenhas «optou por um espectáculo que unisse texto e dança. O casamento deu certo».

E o enlace, com direcção de Ivan Feijó, pode agora ser visto no Alvalade já a partir de **amanhã**, às 21 e 45, e depois no **sábado** (18 e 30 e 21 e 45) e **domingo** (15 e 30 e 20 horas).

«**Fernando Pessoa e o Modernismo na poesia portuguesa**» é o tema do colóquio que decorrerá no próximo sábado, dia 14, às 16 e 30 h, sob orientação de Manuel Gusmão, assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O ciclo «**O Homem na Cidade**», que juntamente com um outro ciclo — «A Escola de Budapest» —, tem animado a programação cinematográfica dos últimos dias, encerra hoje com a exibição de «Sim, sr. Hulot», de Jacques Tati e interpretações de Maria Kimberly, Marcel Fravale e do próprio Tati. O filme é apresentado em sessões marcadas para as 17 e as 21 e 30 horas, para maiores de 10 anos.

Falando ainda de cinema, é de referir, nas sessões especiais, a apresentação no domingo, às 17 e 21.30 h, de «Violência e Paixão», de **Visconti**.

No Alvalade, encontramos ainda as rubricas regulares de animação do **Café Encontro** (música ao vivo às quintas, sextas, sábados e domingos), e das manhãs infantis de domingo, às 11 horas.



Brenno Mascarenhas em «Navegando»: um espectáculo diferente, de dança e de teatro. De movimento e de palavra, em torno da poesia de **Fernando Pessoa**

Passagem de Ano: novas revelações

Expectativa e grande entusiasmo continuam entretanto à volta da Jornada de convívio marcada para a noite de **31 de Dezembro** no Alvalade. Já tínhamos salientado a participação de Fernando Tordo. Outros nomes estão já confirmados: **Carlos Alberto Moniz** e **Mário Viegas**. Atenção à surpresa... Consulte o **Avante!** da (s) próxima (s) semana (s).

Assim vai o Ensino no distrito de Setúbal

«Num país com cerca de 600 mil desempregados e mais de 100 mil trabalhadores com salários em atraso, situação esta que tem no nosso distrito profundos reflexos, as reduzidas verbas atribuídas pelo Governo para apoio aos alunos de maiores carências económicas e os preços exorbitantes dos livros escolares lançam para o insucesso escolar milhares de alunos».

A situação é denunciada pelo Executivo da Direcção Regional de Setúbal (DORS) do PCP, em nota recentemente divulgada aos órgãos de Comunicação Social.

Referindo-se ao distrito de Setúbal, a DORS revela:

«Por falta de instalações escolares, pela não reparação atempada das instalações de muitas escolas e pela desorganização na colocação dos professores, cerca de 13 mil alunos não iniciaram as aulas em Outubro, mais de 8 mil ainda não tinham aulas em Novembro e, para cúmulo, mais de 2 mil alunos — da Escola Preparatória de Alhos Vedros, da Escola Secundária de

Corroios e da secção da Escola Secundária da Bela Vista em Setúbal, nem sequer sabem quando as terão.»

Depois de lembrar que «as preocupações sentidas e expressas pelos pais, encarregados de educação e outros familiares, bem como pelos professores destes alunos, são justificadas e profundamente justas», o Executivo da DORS chama a atenção para os problemas existentes em escolas que já abriram: «Funcionam quase todas com excesso de alunos, com turmas superlotadas em edifícios degradados e sem instalações específicas, com verbas cada vez mais diminuídas, com cantinas encerradas, ao mesmo tempo que o Ministério proíbe por circular a venda de sopa nos bares.»

Sobre a situação no ensino primário, são apontadas as consequências da decisão do Ministério de João de Deus Pinheiro de reduzir o número de trabalhadores auxiliares em cada escola: a insegurança e a falta de higiene, «pondo em perigo a integridade física das crianças».

E conclui o documento da DORS:

«O Governo não respeita o legítimo direito ao ensino que a Constituição consagra. Tudo confirma que, com a mesma política e o mesmo ministro, nenhum dos grandes problemas do Ensino será resolvido.

Só com a atribuição de mais verbas para a educação, só com o alargamento da rede pública de educação pré-escolar, só com maiores investimentos na construção e equipamento escolares, só com o reforço das verbas da acção social escolar e a diminuição do custo dos livros e restante material escolar, só com medidas de combate ao insucesso e abandono escolares, é possível resolver os problemas da educação e do ensino em Portugal.

Na educação e ensino, como no País em geral, acentua-se a necessidade de mudar de política, abandonando a política de direita dos últimos anos e lançando uma política democrática ao serviço exclusivo dos portugueses.»

Natal e passagem de ano

A quadra de Natal e Ano Novo tem também os seus reflexos nos Centros de Trabalho e no calendário de iniciativas de convívio popular das organizações do Partido.

Por um lado, temos as bancas de Natal. Um pouco por todo o País, e este ano com vincada expressão no distrito de **Setúbal**, onde decorre a campanha de fundos para a construção do CT da DORS, vários Centros de Trabalho têm em funcionamento bancas de Natal com enorme variedade de artigos. Dos brin-

quedos ao artesanato, das bebidas às confecções, passando por produtos alimentares, de ornamento, pequenas recordações, enfim um mundo de soluções económicas para quem pretende comprar aquela desejada prenda de Natal, ajudando também o Partido.

Entretanto, entre os **Pioneiros de Portugal** é tempo de grande azáfama. Vários núcleos preparam as suas festas de Natal. Como o da **Brandoa**, na Amadora, que marcou a tradicional inicia-

tiva infantil para 22 deste mês.

Voltando às organizações do Partido, e pensando na entrada em 86, aí temos para a noite de **31 de Dezembro** um conjunto de festas, abertas ao convívio. Com o baile e a música. Com a alegria e a unidade. Com a presença de artistas e também de muitas surpresas. Em Lisboa, as atenções dirigem-se para o Alvalade. Mas dessa e de outras festas de passagem de ano falaremos pormenorizadamente em futura edição.

«O Homem na Cidade» — o ciclo de cinema que termina hoje

Na sua génese e no seu desenvolvimento, o cinema é um fenómeno eminentemente urbano.

Se quase nos espantamos quando ele reflecte o mundo rural é, em parte, porque a cidade sobredetermina a maior parte dos assuntos contemporâneos que os filmes que vemos em Portugal abordam.

Hoje, assumida sensacionalisticamente ou não, é a tendência para encarar as grandes metrópoles como signo de caos que súbitamente, neste campo, a generalidade das produções dos países desenvolvidos na órbita capitalista. Quer se trate de focar pontos restritos como os bairros degradados, a delinquência ou a prostituição. Quer se constata a crise das velhas formas convencionais ou se proponham novos padrões. Quer, enfim, se encarem as mais variadas manifestações de neurose.

Num momento em que a evolução da própria Grande Lisboa tende a confirmar semelhante perspectiva e num momento em que estão iminentes novas eleições autárquicas, cabe perguntar até que ponto o cinema de ficção pode contribuir para o debate sobre a gestão das cidades. Sendo certo que nenhum caos pode sobrevir onde e quando essa gestão é

feita, de facto, para os homens que nelas habitam e trabalham.

O presente ciclo, alertando para os monstruosos contornos de uma (futura?) megalópole capitalista (o espectacular «Blade Runner»), tenta desvendar alguns dos mecanismos do actual jogo de especulação fundiária e imobiliária em convivência com poderes camarários frágeis ou corruptos (lúcidos e dramáticos testemunhos tanto do italiana F. Rosi como do alemão R. W. Fassbinder).

A contrapor a eles, o do soviético G. Panfilov que problematiza com impecável rigor, longe de qualquer tentação apologética, um caso de gestão autárquica em socialismo: o surpreendente fascinante «Peço a Palavra».

Finalmente, tal como em anterior ciclo, uma nota de indispensável riso: o Sr. Hulot confrontando com problemas de trânsito.

Resta que tivemos o especial cuidado de não escolher meras ilustrações de teses. Qualquer dos filmes propostos, na sua complexidade, não só extravasa em muito o campo dos temas enunciados como se propõe como objecto artístico de pleno direito.

Jovem em brigada internacional de solidariedade

Carlos Oliveira, de 23 anos, é notícia esta semana. Membro da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa, é o primeiro jovem do nosso País a participar nas Brigadas Juvenis Internacionais de solidariedade para com a Nicarágua promovidas pela Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD).

No aeroporto, rodeado de jovens portugueses que não quiseram deixar de participar na festa que é a solidariedade internacional, Carlos Oliveira frisou que «a luta deles também é a nossa luta» e que, por isso, ao participar na recolha do café se sente «muito honrado» por o seu esforço «ajudar a levantar a economia deste país».

Porque, como é lógico, o trabalho das centenas de jovens

das Brigadas Internacionais, é voluntário.

Mas a solidariedade da Juventude portuguesa não se restringe a esta participação activa em terras da América Central. Também por cá, a JCP lançou recentemente uma campanha de solidariedade com a recolha de materiais escolares e de medicamentos. Esta recolha serviu ainda para arranjar os fundos necessários à deslocação de Carlos Oliveira, que vai trabalhar para um campo de café no norte da Nicarágua. Uma experiência que, segundo ele, será extremamente positiva, uma vez que durante três meses aprenderá a conhecer ainda melhor o povo da Nicarágua e a sua luta. Uma experiência que, prometeu, será transmitida à juventude portuguesa.



Juventude

DOMINGO É DIA DE ELEIÇÕES Existe uma opção jovem

**Votar APU é intervir pelo futuro.
Mas essa intervenção não fica pelo voto.
As (outras) lutas de 1985 aí estão para o comprovar.**

Domingo há eleições. Os cidadãos eleitores, entre os quais largos milhares de jovens, vão eleger os responsáveis por um novo mandato nas estruturas do Poder Local democrático.

15 de Dezembro de 1985 é dia de intervenção pelo futuro. Os jovens com direito ao voto não podem ficar indiferentes. Mais dia menos dia, os reflexos da votação de domingo vão tocar-nos à porta. Há, pois, que eleger gente séria e competente para as Assembleias de Freguesia e para as Câmaras e Assembleias Municipais. Há que eleger democratas sinceros e batalhadores, que participem activamente nessa noção de futuro que atinge de forma tão directa a massa juvenil. A APU já deu pro-

vas dessa sensibilidade.

Uma vida melhor e mais feliz, o direito à cultural e ao desporto, o direito à ocupação criadora dos tempos livres, o direito pleno a ser jovem, encontrando no seu meio motivos e estímulos para essa coisa séria que é a alegria de ser jovem, todos estes direitos fundamentais exigem a presença firme e a intervenção directa na luta do dia-a-dia. Não é ficando indiferente ao que se passa à nossa volta, que contribuímos para a mudança necessária.

Essa luta, essa intervenção, essa vontade de apostar na mudança significa também o voto consciente na APU.

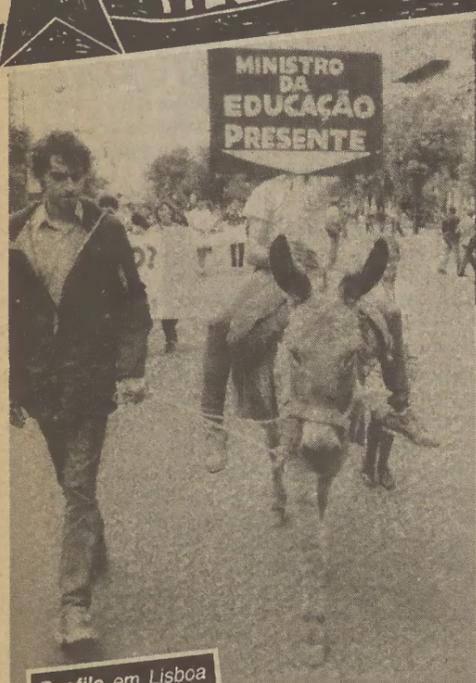
E dizemos também porque a construção do futuro não fica apenas pela ida às urnas. Tem que continuar depois do acto eleitoral, com a participação activa na vida, nos problemas, nas situações que encontramos nas diferentes áreas e sectores que nos envolvem. Nas localidades e nos bairros, nas empresas e nas escolas.

E dizemos também porque, ao contrário das outras forças político-partidárias que usam a juventude como «slogan» ou como imagem eleitoralista tipo «marketing» com o intuito exclusivo de captar os seus votos, ao contrário dessa gente, os democratas unidos em torno da APU (comunistas, membros do MDP/CDE, independentes) estão conscientes da necessidade e alcance social e político da luta juvenil. Apoiam solidariamente essa luta. Vivem e interpretam com realismo os problemas e as justas aspirações juvenis.

É no momento em que o ano de 1985 se aproxima do fim, com eleições autárquicas no próximo domingo, é justo e oportuno recordar que 1985 foi ano de intervenção activa da juventude em luta por reivindicações comuns, sucessivamente negadas pelos inimigos de Abril instalados nas cadeiras do Poder.

Foi ano de lutas e de vitórias. De resistência. De avanços. De algumas alegrias.

Em 15 de Dezembro de 1985 a juventude não fica indiferente. Existe uma opção jovem.



Desfile em Lisboa

Presença vibrante na campanha eleitoral para as legislativas

Na jornada de protesto de mulheres da Reforma Agrária, em Lisboa

«Agir para mudar», lema da acção juvenil realizada em Maio nas ruas de Lisboa

Trabalho colectivo, trabalho em prol da cultura. Com a APU nas autarquias

Contra o desemprego, jovens na jornada de luta da CGTP-IN em Abril (Setúbal)

Alto da Ajuda, Setembro de 1985. A juventude na Festa do Avante!

Internacional

Bolívia: O pesadelo da ditadura encapotada

Seis meses passados sobre a vitória eleitoral de Victor Paz Estenssoro, a Bolívia mergulhou de novo no pesadelo que o processo democrático iniciado em Outubro de 1982 parecia ter afastado para longe do horizonte nacional: o regresso ao poder das forças de direita.

Desta vez, o que torna a situação ainda mais complexa, não se tratou de qualquer golpe de estado, nem tão pouco o regime se assume como uma ditadura. Os partidos de direita conquistaram nas urnas maioria bastante para dominar o parlamento boliviano e eleger o presidente da República, enquanto as forças de esquerda viam a sua expressão eleitoral drasticamente reduzida.

Conhecidas que são as tradições democráticas do povo boliviano; a inegável força do seu movimento operário unido numa única central (COB); o consenso que chegou a tornar possível a formação de um governo de unidade democrática, a questão que se levanta é a de saber como foi possível à reacção voltar ao poder através de eleições.

A resposta a esta questão está longe de ser linear. No entanto, alguns aspectos fundamentais podem ser aduzidos, sendo que todos eles valem como uma lição sobre os perigos que ameaçam a democracia, quer se trate da Bolívia quer de qualquer outro país.

Em primeiro lugar, há a considerar a gravíssima situação económica boliviana, fruto da política económica desenvolvida pelas ditaduras que durante 18 anos e até 1982 dominaram o país e das consequências da crise geral do capitalismo.

Em segundo lugar, importa referir a incapacidade do governo de unidade popular de Siles Zuazo em dar uma resposta satisfatória às legítimas aspirações da população e em levar a cabo um programa consequente de salvação nacional, com o empenhamento dos trabalhadores e sem cedências às pressões internas e do imperialismo.

Em terceiro lugar, não se pode escamotear a importância do papel desestabilizador levado a cabo pelos sectores mais reaccionários que tiveram, importa salientá-lo, uma ajuda nada desprezável por parte da extrema-esquerda tanto política como sindical. Refira-se, por exemplo, o facto de sectores esquerdistas terem a determinada altura apresentado o governo de Zuazo como o inimigo principal da classe operária, e da COB ter arrastado o movimento operário para exigências manifestamente irrealistas que aprofundaram o fosso entre os trabalhadores e os órgãos de poder.

Em quarto lugar, é hoje reconhecida a fragilidade da unidade

da esquerda, que se dividiu entre projectos pessoais e opções de fundo radicalmente opostas, perdendo de certo modo de vista a necessidade de conjugar esforços contra o inimigo comum que, não sendo já a ditadura, permanecia no entanto activo e conluiado para na primeira oportunidade assaltar o poder.

Finalmente, sem que se considerem esgotados todos os facto-

res que contribuíram para a actual situação boliviana, cabe referir a permanente ingerência do imperialismo norte-americano na Bolívia, através de todo o tipo de pressões políticas e económicas sobre o governo de Siles Zuazo.

Tudo isto conjugado, e o que mais se poderia dizer, chega-se ao resultado das eleições de 14 de Julho e às suas consequências políticas e económicas.

Uma aliança preocupante

O primeiro sinal da gravidade da vitória de Paz Estenssoro foi dado com o acordo político deste com a «Acção Democrática Nacionalista» de Hugo Banzer, o ex-ditador, a segunda formação mais votada, e a instauração do estado de sítio em 19 de Setembro.

Se o passado em nada abo-nava uma tal aliança, o presente também não augura nada melhor. Designado como «nova política económica», o acordo visa reinstalar na Bolívia todas as velhas receitas do imperialismo: reprivatização do sector nacionalizado, total abertura da economia às multinacionais, liberdade de comércio e importação, congelamento dos salários, liberalização das leis de trabalho, desemprego. Ou seja, o famigerado método de Milton Fredman que levou o Chile à bancarrota aplicado à Bolívia onde a sobrevivência é uma verdadeira aventura.

Paralelamente, o acordo prevê a alteração da Constituição, visando designadamente entre outras, a reformulação da lei dos partidos, a lei eleitoral e a regulamentação da organização sindical. Isto é, prepara um autêntico golpe de estado palaciano, cujo objectivo é garantir, por um lado, a alternância no poder dos partidos de Estenssoro e Banzer e, por outro, a eternização da direita no poder por via institucional.

Para que o projecto possa ser levado à prática, e na previsível oposição que vai provocar a aplicação de todos os seus componentes, procede-se já ao reforço de todo o aparato repressivo do aparelho de Estado.

As perspectivas de futuro, pelo menos imediato, são negras na Bolívia. Como se refere num documento da Comissão Política do Partido Comunista da Bolívia, recentemente divulgado, **resistir e derrotar o projecto oligárquico-imperialista encabeçado por Paz e Banzer exige como condições indispensáveis a unidade de todo o povo, dos trabalhadores, dos camponeses, dos intelectuais, dos artesãos, dos pequenos comerciantes, dos estudantes. (...) Na luta de resistência contra a nova política económica, as forças populares, e em primeiro lugar a classe operária, devem forjar um programa alternativo que oriente a nova conjugação de forças para uma opção de poder democrático popular, de libertação nacional. O cumprimento desta tarefa exige a estruturação do instrumento político que seja a sua expressão e neste objectivo devem centrar-se os máximos esforços de convergência para unificar todas as forças numa frente que ganhe a confiança popular e receba o seu apoio.**



Visita do 1.º Secretário do PC da Bolívia a Portugal

De 4 a 5 de Dezembro visitou Portugal Simon Reyes, primeiro-Secretário do Partido Comunista da Bolívia. Simon Reyes foi recebido por Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP e teve encontros com Sérgio Vilarigues, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Albano Nunes do CC, responsável da Secção Internacional e Domingos Lopes, membro suplente do CC.

Durante os encontros procedeu-se a uma troca de informações sobre a situação nos respectivos países e sobre a ac-

tividade de ambos os partidos.

Os encontros contribuíram para melhorar o conhecimento recíproco das realidades dos dois países e da luta dos dois partidos e dos dois povos e ainda para reforçar os laços de amizade e solidariedade existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista da Bolívia.

6.12.85

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

de novo à venda

4.ª edição
45 500
Exemplares



José Saramago
VIAGEM A PORTUGAL

editorial
CAMINHO

O prazer de ter bons livros para ler

Situação económica da América Latina em debate

O vice-presidente da Internacional Socialista (IS), Anselmo Sule, afirmou recentemente no Peru que os povos dos países em vias de desenvolvimento, em particular os do continente latino-americano, cuja dívida externa orça em 360 mil milhões de dólares, só podem resolver os seus problemas acabando com a dependência em relação ao FMI, controlado pelos EUA.

Segundo aquele dirigente da IS, que se deslocou ao Peru para preparar o Congresso Mundial da IS que se realizará em Lima em 1986, os EUA são os principais responsáveis pela grave situação económica da América Latina, sendo cada vez mais urgente a união de todos na luta pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional e pela regionalização do sistema financeiro internacional.

Neste âmbito, Anselmo Sule defendeu a necessidade da convocação de uma conferência extraordinária dos presidentes dos países latino-americanos para tentar encontrar soluções viáveis para os problemas mais urgentes, designadamente para a liquidação da dívida externa e a integração económica dos países daquela região.

Esta questão esteve igualmente no centro das atenções durante a sessão extraordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que na semana passada reuniu em Cartagena, na Colômbia. A propósito, o presidente colombiano Belisário Betancur afirmou que o problema da dívida externa dos países latino-americanos só poderá ser solucionado se as maiores potências capitalistas renunciarem à política de protecção e diminuírem as taxas de juro e se melhorarem as trocas comerciais entre os países capitalistas e os Estados em vias de desenvolvimento.

Questão palestina em foco na ONU

A regularização da crise no Médio Oriente, cujo fulcro é o problema palestino, depende da sua resolução justa e da efectivação pelo povo árabe da Palestina de todos os seus direitos, inclusive o direito à criação de um Estado independente — afirmou na Assembleia Geral da ONU o presidente da comissão para a concretização dos direitos inalienáveis do povo palestino, Massamba Sarre, do Senegal.

Segundo Massamba Sarre, o único caminho para atingir tal objectivo passa pela convocação, o mais rapidamente possível, de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente em que participem todas as partes interessadas. Esta proposta tem sido sistematicamente recusada pelos EUA e por Israel que, como afirmou Farouk Kaddoumi, dirigente do departamento político do comité executivo do OLP, são os principais responsáveis pela tragédia do povo palestino.

A 40.ª sessão da Assembleia Geral da ONU aprovou entretanto uma resolução apelando a Marrocos e à Frente Polisário para encetarem rapidamente conversações directas sobre um cessar-fogo, que permita a realização, numa base justa e pacífica, sob a égide da Organização da Unidade Africana e sem quaisquer restrições administrativas nem militares, de um referendo sobre a autodeterminação do Sara Ocidental.

A resolução da ONU reafirma o direito inalienável do Sara Ocidental à autodeterminação e independência.

Israel volta a atacar o Líbano

Tropas sionistas voltaram a invadir o Líbano a norte da chamada «zona de segurança», a semana passada, com o pretexto de atacar uma base palestina. A invasão, considerada como a maior desde a propagação da «retirada total» de Israel do sul do Líbano, provocou pelo menos duas dezenas de mortos.

Recorda-se que a denominada «zona de segurança», decretada unilateralmente por Israel, se situa no sul do território libanês, onde os sionistas contam com a colaboração das milícias fascistas libanesas conhecidas por Exército do Sul do Líbano. Tanto as tropas sionistas como os seus aliados fascistas têm sido alvo dos ataques dos guerrilheiros libaneses da Frente Patriótica de Resistência do Líbano (FPRL), que procuram libertar o país da presença israelita.

O governo libanês apresentou entretanto queixa no Conselho de Segurança da ONU pela nova agressão de Israel.

Apelo à unidade do movimento sindical na A. Sul

O presidente do Congresso Sul-Africano dos Sindicatos (SACTU) divulgou na capital da Zâmbia uma saudação ao recém criado Congresso dos Sindicatos Sul-Africanos (COSATU), em que se acentua a necessidade de prosseguir a consolidação da unidade da classe operária e do movimento sindical na África do Sul.

O COSATU, afirma a mensagem, deve ser o centro da luta organizada de todos os trabalhadores da África do Sul pela libertação da discriminação racial, a opressão nacional e a exploração capitalista.

As principais tarefas da nova central sindical são, como os seus dirigentes já afirmaram, a criação de organizações sindicais em todos os sectores da economia e a direcção da luta dos trabalhadores contra as leis discriminatórias e pela transformação da África do Sul num Estado unitário em que o poder legislativo esteja assente no princípio «um homem, um voto».

Entretanto, em Harare, no Zimbábue, representantes do Conselho Mundial de Igrejas encontraram-se com dirigentes do ANC e do Congresso Panafricano, no que foi definido como «o primeiro contacto oficial dos líderes da igreja sul-africana com os movimentos de libertação.»

Internacional

CEE em debate no Luxemburgo

Que conclusões?

Realizou-se nestes dias no Luxemburgo uma cimeira com os chefes de Estado e de governo dos dez países da CEE, e que contou com a presença de Portugal e de Espanha. Na ordem de trabalhos, um ambicioso conjunto de objectivos. Como conclusão, parece ressaltar o abismo entre as intenções e os resultados práticos — abismo fruto das múltiplas contradições inerentes, em particular, ao próprio carácter de «Europa dos monopólios» que a CEE assume.

Mas para nós, neste momento, mais importante que a análise de contradições é saber em que se avançou ou não e porquê, a quem servem os projectos que se apresentam e as declarações que foi possível adoptar.

Projectos

O Mercado Comum foi constituído em 1957 — na base do tratado de Roma — com o objectivo expresso de construir toda uma estrutura de integração de diversos países capitalistas europeus com base no mercado comum de produtos, capitais, serviços e mão-de-obra. Os objectivos eram claros: dar campo livre à acção dos grandes monopólios do continente. Objectivo que ganharia particular premência na concorrência com os outros grandes do mundo capitalista: os Estados Unidos e o Japão.

A realidade, entretanto, é que a Comunidade Económica Europeia nunca foi um todo. É uma

zona de economias nacionais, e uma arena de confronto entre diferentes sectores do capital, apesar dos objectivos comuns de classe que dão a base da União. Assim, se foi possível o mercado comum de capitais, mercadorias e força de trabalho, nunca se conseguiu a almejada união económica e financeira com uma política industrial e técnico-científica única, ainda que múltiplos esforços tenham sido desenvolvidos nesse sentido.

Interligando-se a objectivos económicos, perfilam-se objectivos políticos e mesmo militares. E a questão que está hoje na ordem do dia, é a substituição do tratado de Roma, por um novo tratado, que iria limitar de facto a soberania nacional, tanto no domínio da política económica como da política externa. Um novo tratado com que se pretendia transformar a Europa dos monopólios numa entidade mais sólida face à concorrência internacional entre os grandes do capital (sem que isso exclua o perigo de um maior domínio da parte dos Estados Unidos, com o

recurso a instrumentos políticos e militares); e simultaneamente tendendo a criar novos obstáculos à luta das massas trabalhadoras contra o domínio do capital. Basta citarmos aqui o nosso próprio exemplo — sistemática invocação pela direita da «adesão à CEE» como argumento (aliás falso) para os esforços de liquidação das conquistas revolucionárias.

É assim que na actual cimeira de Luxemburgo surgem como pontos da agenda: a reforma institucional (para reforço dos poderes do parlamento europeu); o processo de decisão (a unanimidade passaria a ser exigida apenas para as grandes linhas de orientação e o direito de veto seria ou limitado ou anulado); a criação de um Grande Mercado Comum, a partir de 1992 (com a eliminação das barreiras e efectiva livre circulação de mercadorias, bens, serviços e pessoas); a adopção de novas políticas comuns em diversos domínios, por exemplo no que respeita a tecnologia e meio-ambiente; o reforço da cooperação, e mesmo concertação, no domínio da política externa e da defesa.

Neste quadro, e para citarmos um exemplo que nos pode orientar, caberiam projectos como o «Eureka», cujo carácter ambíguo, entre a investigação científica e tecnológica e os objectivos militares, é conhecido.

Imperialismo tenta ignorar Genebra

Em vésperas de Genebra, o jornal norte-americano, «Christian Science Monitor», comentava: «A Casa Branca tentou persistentemente desvalorizar a cimeira de Genebra. Entretanto, a sua importância, na opinião pública mundial, ultrapassou todos os desejos e todas as intenções dos conselheiros do presidente. Alguns pensam, na Casa Branca, que a cimeira se transformou num monstro que escapa ao seu controlo».

E Genebra foi, sem dúvida, apesar das suas limitações, a cimeira que o imperialismo não queria, ou seja, um passo importante para o desanuviamiento possível.

Por isso mesmo se multiplicam esforços para fazer agora o que não foi possível fazer antes: desvalorizar Genebra ignorando pura e simplesmente, na prática, os seus resultados.

A reunião dos ministros da Defesa dos países membros da NATO, aprovou um comunicado final em que simultaneamente se decide «reforçar o potencial clássico da aliança» e se reafirma que «as armas nucleares desempenham um papel capital» na estratégia da NATO. Decisões, é verdade que vêm na lógica da política comum da NATO. Mas que nada têm a ver com intenções manifestadas no documento aprovado em Genebra.

Por outro lado, os ministros norte-americano e britânico da Defesa acabaram de assinar um acordo preliminar sobre a participação de universidades e companhias industriais inglesas na elaboração dos projectos no âmbito da «guerra das estrelas». Segundo a imprensa britânica já estaria mesmo a ser criado um departamento encarregado de coordenar a actividade dos centros de investigação e empresas industriais comprometidas no «negócio do século».

São factos, muito concretos, que surgem em paralelo a declarações praticamente provocatórias de diversos sectores em Washington, que em síntese visam anular a própria realização da cimeira de Genebra como um facto político de relevo. Como aliás se está a fazer em relação ao acordo soviético-norte-americano de Janeiro de 85, que, como

foi reafirmado agora pelos dirigentes dos dois países, deverá nortear as negociações pela limitação de armas nucleares e impedimento da militarização do espaço.

Nada disto significa, entretanto, que a Casa Branca, ou o Pentágono, ou o complexo militar industrial, possa apagar factos no quadro da vida a seu bel prazer. E não é por acaso que temos, por exemplo, a Holanda, ao basear a sua intenção de reduzir a participação em missões nucleares tácticas no âmbito da NATO, a afirmar que «age em função de um possível acordo, que está longe de ser irreal», entre os EUA e a URSS sobre os «euromísseis». Ou ainda as dificuldades com que o governo de Bona se parece defrontar, adiante para o próximo ano a posição a adoptar quanto a uma participação nos projectos de militarização do espaço.

Na verdade, os esforços de Washington para anular os resultados de Genebra exigem a mesma resposta que impôs na prática Genebra como um ponto importante na vida política internacional. A resposta da luta. Para que finalmente possamos falar de viragem.

CEE — Principais índices económicos

| Períodos (ciclos económicos) | Taxa de Crescimento Investimento no Fundo Fixo (%) | Taxa de Crescimento do PIB (%) | Desemprego (%) |
|------------------------------|--|--------------------------------|----------------|
| 1961-1969 | 5,7 | 4,6 | 2,1 |
| 1970-1973 | 4,2 | 4,5 | 2,4 |
| 1974-1979 | 0,3 | 2,4 | 4,7 |
| 1980-1984 | -0,3 | 0,9 | 8,9 |

A prática

Em teoria, todos estes projectos, ao visarem o alargamento do campo de acção do capital e permitir-lhe uma melhor coordenação de esforços, surgem à partida como benéficos — e como tal aceitáveis — para o capital europeu e consequentemente para os seus governos. Mas a realidade é bem mais complexa e a própria realidade da crise do sistema acentua ainda as discrepâncias de interesses entre os vários sectores do capital, dando lugar a verdadeiras guerras.

Importa termos presente que neste momentos os grandes monopólios vêm-se confrontados com as inerentes oposições de interesses entre si; a crise multiforme do sistema, a transformação a seu desfavor da cena política internacional; os avanços da sociedade socialistas, acentuados nesta fase de superação de um período de dificuldades; a luta de massas trabalhadoras contra a degradação das condições de vida e trabalho, também ligadas às consequências da revolução técnico-científica no quadro do capitalismo.

Tudo isto pesa, e as contradições saltam mais vivas exactamente no momento em que mais necessária seria para o capital a unidade das suas forças.

Mas é necessário não escamotear as potencialidades de um sistema socioeconómico, condenado embora.

Voltemos às conclusões da cimeira do Luxemburgo. Cingindo-nos às poucas notícias divulgadas, foram adoptadas duas declarações comuns. Uma referindo a intenção de caminhar para a união monetária, aparentemente com poucas probabilidades de concretização, quando países dominantes como a RFA e a Grã-Bretanha não aparecem interessados em tal orientação, preservando assim as suas posições económicas. Outra declaração sobre solidariedade na distribuição de fundos estruturais, em que explicitamente se refere o reforço dos fluxos financeiros para as zonas industriais em declínio dos países mais desenvolvidos, o que na prática significa o desvio de fundos dos países ou regiões menos desenvolvidas.

No plano da coordenação da política internacional, está prevista a elaboração de um acordo a formular pelos ministros dos negócios estrangeiros em reunião prevista já para este mês.

Não se pretende aqui fazer qualquer apreciação global dos resultados obtidos, mas não será de mais destacar a incapacidade uma vez mais demonstrada pelo grande capital para obter formas de coordenação prática, e, sobretudo, que o pouco que foi obtido, no plano económico e político,

favorece em particular os mais ricos do «clube» da Europa dos monopólios. No plano económico. E no plano da definição de políticas. Factos que nos importa também aqui, no nosso país, ter particularmente em conta.

Voltemos às conclusões da cimeira do Luxemburgo. Cingindo-nos às poucas notícias divulgadas, foram adoptadas duas declarações comuns. Uma referindo a intenção de caminhar para a união monetária, aparentemente com poucas probabilidades de concretização, quando países dominantes como a RFA e a Grã-Bretanha não aparecem interessados em tal orientação, preservando assim as suas posições económicas. Outra declaração sobre solidariedade na distribuição de fundos estruturais, em que explicitamente se refere o reforço dos fluxos financeiros para as zonas industriais em de-

clínio dos países mais desenvolvidos, o que na prática significa o desvio de fundos dos países ou regiões menos desenvolvidas.

No plano da coordenação da política internacional, está prevista a elaboração de um acordo a formular pelos ministros dos negócios estrangeiros em reunião prevista já para este mês.

Não se pretende aqui fazer qualquer apreciação global dos resultados obtidos, mas não será de mais destacar a incapacidade uma vez mais demonstrada pelo grande capital para obter formas de coordenação prática, e, sobretudo, que o pouco que foi obtido, no plano económico e político, favorece em particular os mais ricos do «clube» da Europa dos monopólios. No plano económico. E no plano da definição de políticas. Factos que nos importa também aqui, no nosso país, ter particularmente em conta.

Paz, reunião em Estocolmo

De 30 de Novembro a 2 de Dezembro, reuniu-se em Estocolmo o Bureau da Presidência do Conselho Mundial da Paz, que centrou os debates em três problemas essenciais: as acções mundiais para impedir a guerra nuclear e, em particular, a militarização do espaço; os problemas relativos ao desenvolvimento da cooperação entre os movimentos pela paz; o programa de acção do Conselho Mundial da Paz para 1986.

Na sessão de abertura, esteve entre os oradores o general Costa Gomes que sublinhou a importância e o peso crescente do movimento pela paz, realçando, por outro lado, os grandes perigos ligados ao projecto da «guerra das estrelas» que, segundo as suas palavras, «aparece como um esforço colossal na tentativa de dar, de novo, ao complexo militar-industrial americano, uma posição de quase monopólio no espaço estratégico da arma nuclear, idêntica à verificada nos anos cinquenta», e que «vem culminar, é a pedra angular de toda a viragem estratégica americana executada a partir de 1974 (resposta «flexível», bomba de neutrões, guerra nuclear «limitada», mísseis Pershing II e de Cruzeiro na Europa, mísseis MX) visando exclusivamente tornar as armas politicamente «utilizáveis» e a guerra nuclear militarmente «ganhável».

Polónia, relações bilaterais

O barulho feito pela direita francesa em torno do encontro entre os chefes de Estado francês e polaco, quando da recente passagem do camarada Jaruzelski por Paris, testemunha, no fundo, as próprias contradições da burguesia quanto à política a assumir face à realidade do socialismo.

Apesar da derrota dos grandes esforços desenvolvidos pelo imperialismo para a liquidação da Polónia socialista (utilizando graves problemas internos), há quem continue a apostar no isolamento do país. Naturalmente os mesmos que desenvolvem uma estratégia política de permanente tensão internacional, e que, em relação à Europa, defendem a revisão dos resultados da segunda grande guerra.

Mas a nossa época impõe, muito objectiva e até imperativamente, que seja outro o estilo das relações internacionais, que o diálogo se torne coisa corrente, a todos os níveis, entre países com sistemas sociais opostos. Por isso o encontro de Paris. Por isso também as declarações do dirigente social-democrata da RFA, Willy Brandt, que, por ocasião do 15.º aniversário do tratado germano-polaco, afirmou, em referência à Polónia: «A experiência ensina-nos que os meios de discriminação e isolamento económicos não são praticamente nunca razoáveis e que, regra geral, são contrários aos desejos que os motivaram.»

Internacional

Angola

II Congresso do MPLA-PT afirma confiança no futuro da revolução

O II Congresso do MPLA-Partido do Trabalho terminou na segunda-feira em Luanda com a aprovação das conclusões finais e a eleição do novo Comité Central. O camarada José Eduardo dos Santos foi reeleito por unanimidade e aclamação como presidente do Partido e da República Popular de Angola.

Os trabalhos do II Congresso, que decorreram de 2 a 9 de Dezembro, contaram com a participação de 628 delegados e foram preenchidos com o balanço da vida do MPLA-PT ao longo dos seus oito anos de existência e com a análise da situação do país durante os dez anos de independência.

Do intenso trabalho realizado e das decisões tomadas no órgão máximo do MPLA-PT destaca-se a de alargar a composição do Comité Central e a de considerar as propostas e orientações apresentadas pelo Comité Central cessante no seu relatório como decisões fundamentais cuja materialização é tarefa de todos os membros do Partido, Estado, das organizações de massas e sociais, bem como de toda a sociedade.

Assim, o II Congresso elegeu para o CC do MPLA-PT noventa e um membros, trinta e nove dos quais pela primeira vez. Trinta e três dos eleitos são membros das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA). Da direcção cessante nove membros não foram reeleitos, entre os quais um que pertencia ao Bureau Político, en-

quanto outros oito passaram a suplentes.

No que se refere ao trabalho futuro, o II Congresso salientou a necessidade de continuar a melhorar constantemente o funcionamento das organizações de base e dos organismos intermédios do Partido, bem como a dinamizar e reforçar o papel da juventude do Partido e das organizações de massas e sociais, nomeadamente da Organização das Mulheres Angolanas, da UNTA e da Organização de Pioneiros Agostinho Neto, por forma de através delas reforçar o papel dirigente do Partido sobre toda a sociedade.

A elevação do nível político e ideológico dos membros do MPLA-PT foi outro dos aspectos apontados como essenciais, como forma de combater séria e eficazmente a negligência, o

despotismo, o comportamento pequeno-burguês, o desrespeito pelos bens do povo, o açambarcamento, a especulação, a candelagem, o autoconsumo, e os mercados paralelos, bem como os crimes contra a economia nacional.

A resolução sobre o relatório do CC do MPLA-PT aponta ainda a necessidade de se avançar no aperfeiçoamento e dinamização do aparelho de Estado de forma a fazê-lo corresponder às exigências da revolução, e melhorar a organização e o funcionamento dos órgãos da administração da justiça e os métodos de combate à criminalidade, mobilizar todo o povo angolano e fundamentalmente todos os membros do Partido para a materialização dos objectivos traçados no relatório através da realização das tarefas fixadas.

Um balanço positivo

Compreensivelmente virado para os graves problemas que Angola tem de enfrentar, o II Congresso não deixou no entanto de sublinhar as importantes vitórias alcançadas. Como afirmou o camarada José Eduardo dos Santos, **apesar da agressão, das sabotagens, do terrorismo, das pressões diplomáticas, das intrigas e da desinfor-**

mação, foram realizadas com grande êxito as principais tarefas programadas para o ano que agora termina.

Vivendo numa situação de guerra imposta pela África do Sul com o apoio dos EUA, com parte do seu território ocupado pelas tropas racistas de Pretória e os seus fantoches da Unita (situação que voltou a ser condenada na 6.ª-feira pelo Conselho de Segurança da ONU), Angola pode orgulhar-se, apesar de tudo, de apresentar neste decénio da independência um balanço positivo.

Na verdade, malgrado, nos últimos quatro anos, Angola ter sofrido cerca de quatro mil violações do seu espaço aéreo e terrestre pela África do Sul, 168 bombardeamentos aéreos, uma centena de ataques terrestres de envergadura, entre outras acções, como o desembarque de material de guerra por pára-quedas, o que provocou milhares de mortos e feridos, a destruição de bens de equipamento e custos materiais avaliados em mais de onze mil milhões de dólares, são positivos os resultados conseguidos em diversos domínios da vida económica e social angolana.

No campo do ensino, por exemplo, os índices de analfabetismo (50% à data da indepen-

dência) foram drasticamente reduzidos, o que valeu já a Angola louvores da UNESCO. Também a saúde passou a ser um bem para todos, tendo vindo a ser criadas as condições materiais e humanas para a garantia de uma vida sã e melhor.

Mesmo no domínio económico, onde a palavra de ordem continua a ser «desenvolver uma economia que apoie a guerra e fazer a guerra para a defesa da economia», há êxitos a assinalar. Foram e estão a ser reorganizadas empresas agro-pecuárias com o objectivo de garantir o abastecimento em produtos de consumo imediato e de transformação industrial e comercial; a exploração petrolífera, fonte importante da balança comercial de Angola, garante hoje mais de 200 mil barris diários, não obstante continuar a ser um dos alvos preferidos dos ataques terroristas a soldo da África do Sul.

Não menos importante é o reconhecimento internacional do papel de relevo que Angola vem desempenhando na defesa da paz na África Austral, com a sua firmeza de princípios e a solidariedade activa com os legítimos representantes da Namíbia e da África do Sul.

Um resultado positivo que o povo angolano sabe valer a pena aprofundar.

Nicarágua

Aumenta a ingerência norte-americana

A situação de tensão que se vive na Nicarágua provocada pelo estado de guerra não declarada que os Estados Unidos promovem contra aquele país da América Central, voltou a agravar-se nos últimos dias. Actuando simultaneamente no campo militar e político, como o testemunham o recente abate de um helicóptero nicaraguense por um míssil terra-ar e a intransigência norte-americana face à Nicarágua na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), os EUA parecem apostados em cumprir totalmente as afirmações preocupantes de Eliot Abrams, secretário de Estado adjunto, que no passado dia 10 de Outubro dizia que «o fracasso dos contras, incapazes de provocar uma mudança significativa no governo sandinista, significa apenas que é necessária maior pressão diplomática e militar».

E não restam dúvidas de que a pressão aumentou. Logo a seguir à decisão sandinista de restabelecer o estado de emergência, em 15 de Outubro, as centrais da desinformação ao serviço do imperialismo recomeçaram a carpitar as suas lágrimas de crocodilo pelos direitos humanos ao mesmo tempo que encontravam mais coragem para aplaudir a «ajuda humanitária» de 27 milhões de dólares que a administração Reagan ofereceu aos contras, acrescida pelos fundos

que organizações fascistas norte-americanas publicamente recolheram para o mesmo fim.

Mas isso não passou da ponta do iceberg da ingerência norte-americana na Nicarágua. A utilização, pela primeira vez, de um míssil terra-ar, pelos contra-revolucionários na Nicarágua, abre uma crise altamente perigosa e nova na América Central. Porque é por demais evidente, como afirmou o presidente nicaraguense Daniel Ortega, que os EUA são o único país que pode ter

fornecido aquele tipo de armamento aos anti-sandinistas o que, como sublinhou também Daniel Ortega, abre a porta à aquisição de armamento sofisticado por qualquer força irregular do continente americano.

A reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas pedida pela Nicarágua, na sequência destes acontecimentos, não se augura nada pacífica. Até porque à Nicarágua não faltam dados sobre as crescentes intenções belicistas dos Estados Unidos.

Um novo ano preocupante

Segundo informações recentemente divulgadas pelas autoridades nicaraguenses, o ano que se avizinha nada de positivo trará para a desejada pacificação da América Central.

Em primeiro lugar, porque a Câmara dos Representantes e o Senado norte-americano aprova-

ram, em meados de Novembro, um projecto de lei que autoriza o governo dos EUA a fornecer aos anti-sandinistas uma série de novos equipamentos bélicos. Como fazem notar os sandinistas, esta decisão não só viola o princípio de não intervenção nos assuntos internos dos outros Estados, como deliberadamente ignora o apelo de Contadora, que em diversos documentos salienta a necessidade de não fomentar nem apoiar actos de terrorismo, subversão ou sabotagem nos países da região.

Em segundo lugar, porque o governo das Honduras anunciou há dias a realização de manobras militares conjuntas com os EUA entre Janeiro e Junho do próximo ano. Essas manobras, designadas «Terencio Sierra 86», contam com a participação de mais de novecentos elementos da Guarda Nacional do Exército norte-americano e serão realizadas no Departamento de Yoro, muito próximo às fronteiras com a Nicarágua.

Em terceiro lugar, salienta-se

a posição dos EUA na reunião da OEA, em que o representante norte-americano recusou uma proposta apresentada pelo Peru, Brasil, Argentina, Uruguai, México, Colômbia e Bahamas para ser posto fim ao boicote comercial à Nicarágua.

Como é fácil concluir, todos estes elementos apontam para uma inequívoca posição de boicote por parte dos EUA e dos seus mais fiéis aliados às propostas de paz do Grupo de Contadora e revelam a intenção de prosseguir os planos que facilitem um confronto armado na região que leve a «justificar» uma intervenção militar directa dos EUA na Nicarágua.

Os perigos de um novo Vietname perfilam-se uma vez mais com insistência no horizonte americano.

O ano de 1986 foi escolhido pela ONU para ser assinalado como o Ano Internacional da Paz. Há que conjugar todos os esforços para que a América Central esteja, nesse âmbito, no centro das preocupações.

«Seguindo a política preconizada pelo governo de Salazar, o patronato explorador atira para cima dos ombros da classe operária com todo o peso da crise, lançando para o desemprego um número sempre crescente de trabalhadores.

«Os despedimentos sucedem-se por toda a parte e atingem de igual forma todas as classes, como o provam os seguintes exemplos que nos dão uma ideia aproximada da situação.

«Na construção civil aumenta o número de desempregados, havendo só no distrito de Castelo Branco mais de 600 operários sem trabalho e algumas centenas em Nelas, Cascais, Oeiras e em Espinho, tendo havido mais de 100 despedimentos da empresa Riscado, na Covilhã, e mais de 50 das obras do «Bairro Americano» em Alverca.

«Na metalurgia, desde o princípio do ano até Setembro, foram despedidos 450 operários dos estaleiros da CUF e 200 das fábricas da Companhia Previdente. Nos estaleiros de Viana do Castelo foram despedidos 100 operários, e no mês de Agosto foram despedidos operários das seguintes empresas de Lisboa: Stand Ford (25), Argibay (60), Alfredo Alves (20 fundidores), e 15 nas oficinas Alfredo Franco na Amadora. Também se efectuaram despedimentos nas seguintes empresas de Vila Nova de Famalicão: Garagem Soares, Fábrica Hilário, Eléctrica e Boa Reguladora.» (...)

«Milhares de Trabalhadores São Lançados no Desemprego» — «Avante!», VI Série, n.º 145, 2.ª Quinzena de Dezembro de 1949)

AVANTE!

«A mão armada de Washington, que desencadeou os criminosos atentados contra a vida de Togliatti, Tokuda, Julien Lahaut e de outros dirigentes populares é a mesma que recentemente atentou contra Thorez.

«No caso de Thorez foi um avião americano que na zona ocupada pelos americanos na Alemanha Ocidental atacou criminosamente o avião russo em que o secretário-geral do Partido Comunista Francês era transportado em estado gravíssimo de saúde para tratamento na URSS. A perícia do aviador soviético se deve o salvamento da vida de Thorez.» (...)

«Os Imperialistas Atacam Contra a Vida de Thorez» — «Avante!», VI Série, n.º 154, Dezembro de 1950)

Avante!

«As forças norte-americanas e intervencionistas (num total de um milhão), mercenárias e arrematadas sob a direcção dos Estados Unidos, têm cometido na Coreia as maiores crueldades. Cerca de um milhão e meio de coreanos, homens, mulheres e jovens, já foram assassinados pelos agressores.

«As cidades, vilas e aldeias coreanas são alvos de ataques devastadores da aviação norte-americana, que num só comunicado anunciava terem sido destruídas 16 356 casas.

«A repressão na Coreia do Sul, que é dirigida superiormente pelos norte-americanos, atinge proporções incriveis. Numa prisão para 1000 pessoas estão presas 3500, das quais 1200 mulheres e 200 crianças de peito! Não há qualquer assistência médica. As epidemias grassam.

«Quem lucra com esta criminosa agressão, levada a cabo pelos norte-americanos e que custa diariamente milhares e milhares de vidas de pacíficos cidadãos coreanos?» (...)

«São os grandes monopólios, os magnates norte-americanos quem lucra com a intervenção sangrenta na Coreia. Os lucros arrecadados por eles em um ano de guerra subiram a 48 biliões de dólares!» (...)

«Quem Lucra com a Agressão à Coreia?» — «Avante!», VI Série, n.º 163, Dezembro de 1951)

Em Foco

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 624

12 de Dezembro de 1985

3.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



futuro

OOO

POVO UNIDO



DOSSIERS

- APU/honestidade
- APU/diálogo
- APU/competência
- APU/cultura
- APU/à nossa porta
- APU/experiência
- APU/futuro





Não, naquele dia de há mais de um ano não fui à Vidigueira, um concelho de maioria APU, por motivações políticas, mas simplesmente para comer umas febras, beber um copo do bom vinho da Vidigueira e festejar as 85 primaveras de uma simpática avó que eu não conhecia, mas a quem dei carinhosamente duas repenicadas beijocas de parabéns.

A avó dos meus amigos tinha ceifado o trigo nos melhores anos da sua vida, tinha agora o rosto riscado de rugas, tisonado pela soalheira e o suão do Alentejo e no fundo das olheiras brilhavam-lhe de emoção duas pupilas negras por ter ali à sua volta aquela malta toda.

Mas inevitavelmente veio a política à baila e no fiar da conversa uma aliciante proposta do presidente da Câmara local, também na roda dos amigos, um homem de sorriso aberto na cara enérgica.

— Queres vir daí comigo ver um trabalhinho dos que não se vêem depois de prontos, que toda a gente usa e nos tem dado água pela barba? De facto o «trabalhinho» metia água: era a última fase, do último aglomerado do concelho, na freguesia de Selmes, da obra de distribuição e abastecimento de água à população. Quando lá chegámos um grupo atarefava-se no duro na cobertura do último troço da conduta. O chão esventrado cicatrizava rapidamente com as últimas pazadas de cascalho e terra e outro grupo com a mesma expressão determinada aplanava o pavimento.

O presidente informou-se dos trabalhos, ambos demos uma chegada no desatolar de uma carroça de entulho atascada na areia e eu fiquei a olhar o

quadro humano que ali estava à nossa frente.

— Sabes, amanhã inauguramos isto e a malta quer dar-lhe um ar apresentável.

Depois, sonhador:

— Com este troço quase acabamos todos os trabalhos que ficam debaixo do chão e não se vêem, mas porque todos suspiravam há um ror de anos — a água, os esgotos, a rede eléctrica... Bom... agora já podemos dar flores.

— Dar flores, o que é isso? As «flores» para aquele enérgico presidente da APU eram os parques infantis; as infraestruturas para os tempos livres da juventude; a cultura; a defesa e valorização do património; a habitação social; a construção de edifícios escolares; a humanização do ensino e tantas, tantas outras «flores».

Já este ano pude ver uma dessas «flores» noutra autarquia APU — a de Portel: um frondoso parque de recreio e cultura onde um numeroso grupo de jovens, raparigas e rapazes, ouvia uma emissão de «rock» pela aparelhagem sonora instalada pelos serviços da Câmara.

As «flores» vão surgindo do trabalho devotado, competente e honesto dos eleitos APU.

É tudo isso que nos passa diante dos olhos quando se lêem frios números: o abastecimento de água nestes 10 anos desde o 25 de Abril até Dezembro de 84 passou nas autarquias APU de 58% para 90%, os esgotos de 52% para 80%, a electrificação de 58% para 79%, a recolha de lixo de 40% para 78%, o número de mercados aumentou de 77 e o de feiras de 34 unidades. E as «flores» vicejam por toda a parte nos municípios e freguesias de maioria APU: os parques infantis aumentaram de 33 para 533, os infantários de 29 para 217, as creches de 22 para 213, os lavadouros públicos de 235 para 499, os sanitários públicos de 122 para 293, os balneários de 25 para 151, os centros culturais de 4 para 90, os museus de 20 para 42 e as bibliotecas de 81 para 249, os campos de jogos de 222 para 596, os pavilhões passaram de 17 para 150, os polivalentes de 35 para 126, as pistas de atletismo de 4 para 14 e assim por diante.

O caso de Loures é instrutivo: sob a direcção do PS na Câmara os parques infantis subiram de 1977 até 1980 de 2 para 10, mas sob a direcção da Aliança Povo Unido, e sob a presidência

de Severiano Falcão passaram de 11 em 1980 para 51 em 1985, as salas de aula de 17 para 49 sob o PS e de 49 para 372 sob a APU.

Na Câmara APU da Chamusca, a gestão inteligente de Sérgio Carrinho transformou a velha cadeia numa atraente galeria de arte onde se sucedem as exposições de artesanato e outras obras de arte de artistas populares e alguns consagrados.

Na freguesia de S. Vicente do Paul sob a direcção da APU foi erigido um belo edifício de traça árabe e construída uma praça que faz com a igreja local, numa iniciativa coordenada com o pároco; um conjunto de grande harmonia.

Crescem as «flores» nas mãos dos «jardineiros» da APU nos 55 municípios e nas 335 juntas de freguesia que dirige. É a continuidade ou o retrocesso de tudo isso que vai estar nas tuas mãos e na tua vontade, cidadão que vais no domingo escolher os homens e mulheres que vão dirigir os órgãos do poder local nos próximos três anos. As alianças caciqueiras e encapotadas do PS com o

PSD e o CDS em numerosas autarquias, de indesejáveis gestores à sombra dos quais medraram a corrupção, o compadrio, as negociações escuras à custa dos bens do povo são uma ameaça ao trabalho esforçado, competente e honesto dos eleitos APU ou uma barreira para impedir a eleição dos candidatos Povo Unido no domingo que vem.

Cidadão, cidadã, homens e mulheres adultos; jovens raparigas e rapazes: O que está em jogo no domingo é algo de essencial e determinante para o vosso e o nosso futuro, para uma vida mais decente e digna dos vindouros, para a garantia afinal de uma das maiores conquistas da Revolução de Abril.

Às alianças dos que sonham com a restauração dos monopólios e dos latifúndios é imperioso opor a unidade, a convergência nos objectivos comuns do movimento popular e democrático.

A defesa deste património sem preço das conquistas democráticas do nosso Povo é um dever patriótico. Só o voto em massa na APU garantirá no domingo a defesa e consolidação desta conquista fundamental da nossa democracia. ■

■ Dias Lourenço

Flores

Os números do presente

Contra os números é como contra os factos — não adianta batalhar. E os números, se não mentirem eles próprios, são grandes clarificadores e desmontam, pela sua força, os argumentos mais artificiosos e as mentiras mais disfarçadas. No caso presente, em que falamos das autarquias e do papel destacado da APU, eles mostram — e são números de instituições não partidárias e de algumas mesmo oficiais — que, com o Povo Unido se vai à frente, que o futuro mais rapidamente se concretiza

enquanto, noutros lados, a estagnação é a característica.

Não iremos aqui fazer comparações concelho a concelho. Seria necessário fazer uma muito criteriosa escolha entre concelhos idênticos em variados aspectos — económicos, populacionais, de grau de desenvolvimento —, embora tais comparações fossem, e sejam!, extremamente interessantes e reveladoras. Comparemos no global. Por distrito. E veremos que os distritos onde a APU é maioritária aparecem à frente, nos primeiros lugares quanto à resolução das principais carências das populações.

Não será certamente por acaso que o distrito de Setúbal, cujos treze concelhos são de maio-

ria APU aparece em primeiro lugar quanto ao abastecimento de água, seguindo-se-lhe Lisboa, Évora e Portalegre. Com 88,5 por cento da população servida de água, o distrito de Setúbal fica muito longe — e muito melhor — que Braga, no fim da lista, com apenas 33,3 por cento. Abaixo dos 50 por cento, entretanto, situam-se os distritos de Leiria, Porto, Viana do Castelo e Aveiro...

Convém não esquecer, ainda no caso de Setúbal, que em 1974 cerca de metade da população não tinha acesso nem às redes de água, nem às de esgotos, nem a electricidade, nem era servida por recolha de lixo.

Quanto a esgotos, Setúbal situa-se logo a seguir a Lisboa, com 82 por cento, seguindo-se Portalegre e Évora. Neste campo, Braga vem de novo em último lugar com 9,3 por cento!

No que respeita à recolha de lixo, o distrito de Lisboa vem à frente — e recorde-se aqui que a zona da capital sempre foi tradicionalmente favorecida ao longo das décadas, para estrangeiro ver, embora se deva ter em conta, por outro lado, que neste distrito se situam muitas câmaras APU. Segue-se Setúbal, com 93,6 por cento de população servida, e depois Portalegre, Évora, Santarém e Beja, tudo distritos de forte implantação do Povo Unido. No fim da escala — Viseu, Braga, Vila Real, Bragança, Viana do Castelo.

Todos os distritos de implantação APU servem uma população percentualmente muito superior à média do continente. Estes números, cuja fonte é o Serviço de Estatísticas da Direcção-Geral de Saúde, estão entretanto bastante desactualizados.

Melhor gestão

Os números continuam a falar por si. Desta vez seguindo os dados da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, verifica-se nesse distrito a prioridade dada pelo conjunto das autarquias às obras de base que permitem não só corresponder às necessidades e aspirações do povo como constituem os alicerces sobre os quais tudo o resto se pode construir: o investimento das autarquias APU no distrito de Setúbal passa, no campo da distribuição de água, de 68 por cento em 1974 para 95 por cento; o salto, no tocante aos esgotos é de 61 para 83 por cento dos investimentos; na recolha de lixo, os valores são de 50 para 98 por cento.

Apesar deste esforço de investimento, que contrasta com o pouco esforço e pouco investimento realizado por distritos de maiorias PS, PSD ou CDS nestas áreas prioritárias, a obra feita pelo Povo Unido no distrito de Setúbal não esqueceu outras áreas importantes. Comparando ainda os dados de 1974 com os de 1984, constatamos que havia 19 centros para a terceira idade e centros de dia e que, dez anos depois, existem 62; os infantá-



rios, creches e parques infantis eram 38 e são 401; as bibliotecas e museus eram em número de 42 e são actualmente de 109; escolas — pré-primárias e primárias — subiram de 306 para 444; os centros de saúde, postos médicos e clínicas «saltam» de 61 para 164; os grupos corais, de teatro e ranchos, de 13 para 102; as colectividades duplicam de 251 para 501; as instalações desportivas variadas «sobem» de 117 para 497; os mercados, de 32 para 56.

Os números falam. Mas nós também podemos acrescentar alguma coisa. Que nestes números, e nestas obras, muito do futuro se prepara. Não são as obras de fachada que através deles se mostram — são as que encerram em si mesmas o desenvolvimento social necessário. Por outro lado, os números indicam que só uma gestão boa, uma gestão APU, está em condições para tanto fazer com tão pouco. Como veremos.

Contraste

Continuando a fazer comparações, o contraste entre as administrações APU e as outras é sempre vivo. Tomemos como exemplo as dívidas à Caixa Geral de Depósitos, por distritos, tendo em conta a população residente em cada um. Temos assim que em primeiros lugares — de dívida por habitante, ou seja, tomando o saldo de crédito concedido por habitante — vêm os distritos de Faro, Guarda, Bragança e Viana do Castelo, todos com mais de 4 contos por habitante. O distrito de Setúbal situa-se muito abaixo na escala, com 1,9 contos por habitante. Isto é, faz-se mais, deve-se menos, gere-se melhor.

Em tudo isto convém não esquecer duas realidades fundamentais — a primeira é a de que a crise afecta todo o território nacional e não apenas as zonas de influência APU, como pretende o PS e a direita, numa propaganda anticomunista em que, pontualmente, o PRD também tem embarcado; a segunda é a de que

o contraste entre a política nacional — determinada pelos sucessivos governos de direita, com a participação directa do PS ou apenas com a sua cobertura — e a política de gestão autárquica é revelador de atitudes completamente adversas: a APU serve as populações — os governos de direita pretendem arruiná-las.

Desmascarando a propaganda anticomunista, os números do próprio Instituto Nacional de Estatística, e da CGTP, dizem que, por exemplo, em Braga há 100 empresas com salários em atraso, enquanto que em Setúbal há apenas 41. Que no primeiro destes dois distritos o número de trabalhadores atingidos é de 12 mil e no segundo de 11 mil. E se escolhemos estes dois exemplos é porque Braga é um distrito altamente industrializado e não iríamos compará-lo com Beja, onde apenas se registavam 5 empresas com salários em atraso atingindo 354 trabalhadores...

No Porto, entretanto, as empresas naquela situação são em número de 125, atingindo mais de 20 mil trabalhadores. Será que as Câmaras dos distritos de Braga e Porto são «vermelhas»?

O desemprego, entretanto, atinge em Braga mais de 42 mil trabalhadores; no Porto esse número sobe a mais de 75 mil — ambos os distritos industrializados. Em Setúbal registam-se 47,5 milhares de trabalhadores desempregados.

Recordamos, nestes números cujas fontes e cálculos são do INE e da CGTP, que existem mais de 480 mil desempregados no continente, que há mais de 100 mil trabalhadores com salários em atraso; e que estes males afectam os distritos todos e não particularmente aqueles onde a APU gere as autarquias onde prepara o futuro. Com trabalho, honestidade e competência. As mesmas qualidades que, no futuro, usará no Governo para resolver os problemas do país.

Mas, falando de futuro, é melhor que voltemos ao presente — e o dia de amanhã prepara-se também hoje, votando na APU para as autarquias. ■



futuro

POVO UNIDO

■ *Leandro Martins*

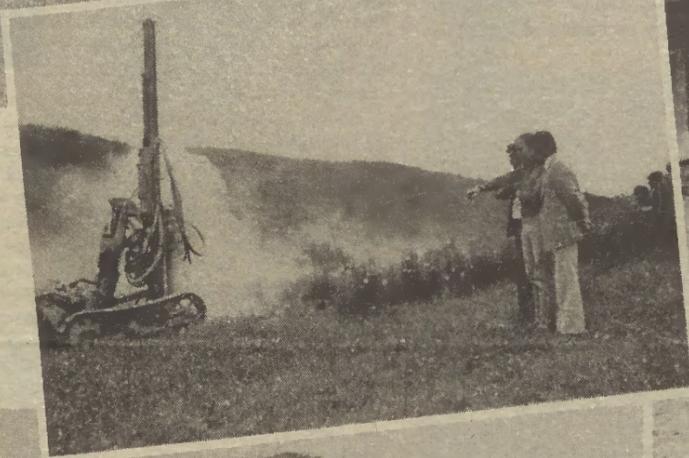
O passado e a diferença



Quando quer que vá, o repórter vê. E o que escreve depende não apenas do que se lhe depara mas da qualidade dos seus próprios olhos. Raramente a culpa pertence à árvore quando ela esconde a floresta. Pode, quem a vê, demorar-se na evidente insignificância da sua sombra quando sombra é o que não falta em redor. Das andanças e reportagens de agora em autarquias APU não ficámos pela grandiosidade da obra — que também mostrámos —, nem por um ou outro aspecto que encha logo os olhos de quem vê. Não fomos apenas aos centros das cidades e das vilas nem nos demorámos nas praças arranjadas, no monumento novo, na avenida asfaltada. Tudo isso vimos e procurámos mostrar. Mas ir mais fundo e mais longe era o nosso objectivo. Quando criticámos também não é nosso costume embasbacarmo-nos perante as contrariedades insignificantes, passando frente a um buraco ou a um semáforo avariado quando tais exemplos são a excepção e não a regra. Que vimos então?

O que mais nos tocou nestas andanças foi a diferença. Diferença em quase tudo, até na paisagem geral que conhecíamos aqui e ali. E a diversidade da mudança. Não nos detenhámos apenas no exterior das coisas, que também contam: desde o coreto da velha vila, restaurado, pintado de cores novas com o cuidado de se saber como eram as antigas; ao palácio que vimos decrépito e, hoje, vivo e reconstruído. Não ficámos à beira das fachadas — hoje, no coreto, não assistimos apenas às correrias da criança, que já tem parques infantis pelos cantos da cidade, da vila e do bairro periférico; o coreto enche-se da música que as bandas fazem reviver, com o apoio da autarquia. Hoje, no velho palácio, a biblioteca instalou-se; ou a exposição de pintura; em salas recuperadas há colóquios, debates, um vaivém de ideias e de palavras trocadas. Há — como vimos, por exemplo, em Montijo — um viver novo, um reviver do património, uma nova maneira de usá-lo.

Atravessemos uma avenida. Em Almada, por exemplo. E lembremo-nos do mesmo passo aqui há poucos anos — uma artéria esventrada por sobre a qual era preciso pisar tábuas e desviarmo-nos da lama. Lá bem no fundo, como veias, correm as tubagens de um novo saneamen-



to. Do que se dá conta hoje é apenas das árvores novas, dos empedrados, dos asfaltos lisos.

Ou subamos, como em Loures, à irregular esquadria de um bairro clandestino cujas ruas vimos cobrir de asfalto, com as máquinas e o material da Câmara e os braços dos próprios moradores.

Ou então acompanhamos as crianças que vão jogar hóquei em patins em... Grândola, onde nunca se jogou tal desporto antes de terminado o vasto complexo desportivo.

Viver melhor

Antes de sairmos da cidade — ou da vila —, uma volta aos novos bairros. Aqui levantados por autoconstrução com terrenos cedidos pela Câmara, mais além infra-estruturados para cooperativas. Para que um bairro viva não basta semeá-lo de casas e cortar-lhe à régua o arruamento, ligar-lhe a luz, levar-lhe a água, recolher-lhe o lixo. A Câmara construiu-lhe a escola nova; a AECOD deu-lhe um parque in-

fantil; a Junta de Freguesia fez-lhe um mercado e não se esqueceu de que também é um serviço, abrindo instalações novas para melhor atender os moradores. Em Setúbal, por exemplo, na freguesia de S. Sebastião...

Arredemo-nos agora um pouco da paisagem urbana. Se chover, em autarquia APU, encontraremos um abrigo, mesmo no descampado, para aguardar a passagem da carreira. Falemos de caminhos, por exemplo, onde as crianças se não atascam na lama para ir à escola que ficou mais perto, nova e acolhedora — tantas que vimos e nos foram mostradas com particular satisfação. De caminhos onde pode chegar uma ambulância ou passar um carro onde só as pernas nos levariam.

Subamos a serra, numa volta dessas. Como em Santiago do Cacém. Quem não foi lá e não viu, imagine uma silenciosa rede amarinhando os campos, levando água canalizada a povoados pequenos de menos de 20 habitantes; e luz; e recolhendo lixo; e tratando fossas sépticas. Ou —

Grândola ainda — cheguemos de repente a uma vasta clareira no meio do sobreiral e deparemo-nos a vasta obra de tratamento de esgotos; ou, em Canha, um gigantesco, e apesar disso belo, depósito elevatório de água.

Lembranças

Sobretudo, nada de pressas. Demoremo-nos para conversar um pouco com quem se aproximar do presidente. Alguém que nos lembra como isto era dan-tes, como ajudou a construir, como vive já no futuro que preparou também, com a APU.

Em Loures, gente de trabalho lembra-nos que, sem a Câmara não haveria ruas no bairro, as mesmas ruas que nesse dia eles asfaltam. No Montijo, alguém que não acreditava que a água fosse mais do que promíssa eleitoral, abre uma tomeira para a vermos correr.

Num concelho aproveitam a volta do presidente para lhe lembrar a reunião do dia seguinte; noutro aproximam-se só para lhe falar, no modo amigável com que nos dirigimos a amigos; numa freguesia é o próprio presidente que vai falar com os comerciantes, a quem a autarquia

construiu e alugou as instalações, para indagar o que faz falta.

Falar assim com os eleitos do povo é também um novo modo de viver um quotidiano que, com a APU, se tornou diferente. E não é para falar de sonhos, é para concretizar esperanças que se fala.

Voltemos depois, carregados de lembranças da viagem — cidades, vilas, aldeias, montes e vales. Debaixo do braço um maço de papéis, notas, números, programas. Consultemos as nossas lembranças mais antigas, comparemos os programas de antes e os de hoje — a palavra **continuar** é talvez aquela que mais surge. Continuar o trabalho feito, com a honestidade e a competência que são características reconhecidas do Povo Unido, com a experiência que possui. Comparemos mesmo os programas dos outros para ver que, tirando os ataques «políticos», as eventuais mentiras e as calúnias avulsas, nada lhes fica — o que, quanto mais não seja, prova que o trabalho tem sido muito e muito do essencial foi feito.

Há muito mais a fazer, entretanto. E ninguém melhor que a APU, ligada ao povo, para saber o quê e como. E ir, todos os dias, preparando o futuro. ■

■ José Paulo Oliveira

Onde há APU há juventude

Futuro — Que será num tempo que há-de vir; as gerações futuras (...) Tempo do verbo que indica que uma coisa há-de ser ou se há-de fazer. Ter futuro, prometer progresso, promoção, prosperidade.

Dos dicionários

Propõe-se aqui uma reflexão. Pensemos na juventude.

Observemos a obra feita nestes anos de Poder Local democrático. Comparemos o trabalho da APU com o das outras forças com responsabilidade nas autarquias. Não nos preocupemos com o complexo da «frase-feita». Recordemos, por momentos, os exemplos que o Avante! Aquil deixou neste caderno transformado em dossier temático ao longo de várias semanas.

Que dizer, então? «Apenas» Isto: que nas autarquias APU o tempo que há-de vir já começou a chegar. Que aquilo que se há-de fazer já começou a ser feito. Que progresso, promoção e prosperidade, nas áreas governadas pela APU, não são promessa. Mas sim realidade. Vivida pelas populações e também pelas gerações futuras!

Em diferentes regiões do País, falar das autarquias APU é falar obrigatoriamente de juventude.

Não só pelo trabalho

concreto que os eleitos «Povo Unido» realizam em favor da juventude, nos seus mais variados domínios.

Também pelos projectos planeados para breve concretização.

Também pela sensibilidade com que as Câmaras e as Freguesias APU sentem e encaram o universo dos problemas, das necessidades e das reivindicações justas da jovem geração.

Tudo isto num quadro de viva intervenção e de participação juvenil. Intervenção no apoio directo às batalhas eleitorais.

Intervenção nos destinos dos balros, vilas, aldeias e cidades.

Participação no grande combate democrático pelo futuro. Combate que tem no Poder Local, expressão de Abril, uma trincheira privilegiada.

Onde há APU há juventude. Milhares de jovens estão empenhados no apoio à Aliança Povo Unido. Milhares de jovens são activistas da APU. Entre os membros das listas que em todo o País se candidatam aos órgãos autárquicos encontramos um número significativo de jovens. Comunistas e não comunistas. Jovens com prestígio e com capacidade de trabalho.

Entramos nas autarquias e eis a presença dinâmica da juventude. Tanto a nível municipal como a nível de freguesia. Jovens eleitos. Vereadores e até presiden-

tes de Câmaras. Vogais e presidentes de Juntas. Membros das Assembleias Municipais e de Freguesia. Técnicos, trabalhadores de diferentes áreas, animadores culturais, engenheiros, arquitectos, operários, pessoal das secretarias e gabinetes. Na Câmara de Loures, por exemplo, das cerca de 300 admissões de pessoal efectuadas nos últimos anos no Município, cerca de 30 por cento são jovens com menos de 25 anos.

Onde há APU há juventude e há respeito pelos seus problemas específicos. Que são encarados e vividos com sensibilidade e realismo, apesar de não serem da sua área de competência. Falamos do desemprego, dos salários em atraso, do 1.º emprego, da formação profissional, do custo de vida, do direito à saúde e à assistência, do apoio à maternidade consciente e assistida.

Uma nova maneira de viver

Onde há APU há juventude e, a nível de Municípios, até funcionam Pelouros de Juventude onde se coordenam e dinamizam a nível concelhio (quer dizer: para todo o concelho) as iniciativas directamente vocacionadas para os jovens, numa ligação harmoniosa com outros pelouros.

Onde há APU há juventude e há uma nova maneira de viver nas localidades e bairros. Uma maneira jovem. Apostando no convívio e na solidariedade, no civismo e na capacidade de iniciativa dos cidadãos, fomentando o associativismo, o convívio democrático e a formação sociocultural.

Nas autarquias APU a cultura não é para meia dúzia de «interessados». Faz parte das preocupações centrais dos eleitos, em cada mandato que se cumpre. Apoiando as entidades que realizam acção cultural e promovendo directamente acções e projectos nas mais diversas áreas culturais.

As autarquias APU apoiam os levantamentos e a manutenção de campos arqueológicos, como sucede em Mértola. Incentivam, organizam e apoiam acções diversas no sector das artes plásticas, estendendo a sua colaboração a associações de artistas, como aconteceu em Almada. O mesmo se passa em relação a museus, onde o cheiro a bafio foi há muito tempo «substituído» pelo interesse de crianças e jovens, numa acção pedagógica de mérito, e em profunda ligação às escolas. Como ocorre, por exemplo, em Setúbal e em Santiago do Cacém.

Cultura não é para meia dúzia...

As autarquias APU dinamizam e constroem centros culturais



para a juventude, espaços de intensa actividade com múltiplos focos de interesse. Na última edição do «Avante!» referimos o exemplo extraordinário da Casa da Juventude de Alverca, inaugurada em Setembro último, obra da responsabilidade da Câmara de Vila Franca de Xira. Mas os exemplos são tantos...

As exposições (como as de fotografias), os espectáculos musicais, os colóquios e debates, as comemorações de efemérides histórico-culturais, a defesa do património nas suas mais variadas expressões, a aproximação da juventude às tradições regionais do nosso povo, nomeadamente no campo do artesanato, o apoio às bibliotecas e às entidades com trabalho cultural e aos grupos corais, são aspectos concretos de uma orientação bem definida nas autarquias APU — todo o apoio possível à frente cultural.

Desporto, direito da juventude

A cultura também é física. Também é desporto. Disso estão conscientes as autarquias APU. Embora geralmente não façam parte da informação contida nos grandes órgãos de Comunicação Social — mais preocupados com as declarações do árbitro que não marcou aquele «penalty» naquele emocionante jogo do Nacional da I Divisão — as actividades desportivas nos Municípios APU dão à juventude um mundo extraordinário de convívio, concretizando nesses concelhos um direito que é de todos os cidadãos.

Apoiando as colectividades e outras associações de carácter desportivo, promovendo directamente as jornadas desportivas, as autarquias APU proporcionam o desenvolvimento de várias modalidades, tais como o atletismo, o ciclismo, o futebol, a ginástica, o andebol, o basquetebol, a natação, etc. Algumas das iniciativas têm já data reservada no calendário — quem não conhece a Seixaliada? Outras fazem parte dum quotidiano de acção.

Grândola é um exemplo significativo do empreendimento desportivo de uma Câmara APU. Ali funciona um verdadeiro comple-

xo de animação desportiva. Mas outros exemplos aqui caberiam. Do Alentejo, região que apresenta um bom conjunto de piscinas municipais, da região de Santarém, do Algarve, da Marinha Grande, da Grande Lisboa, da Margem Sul.

Além de grandes empreendimentos (parques, complexos e pavilhões gimnodesportivos) a obra da APU inclui a realização de instalações mais modestas — caso dos recintos polivalentes — mas com vivo significado na vida da juventude, que, como é do domínio público, não encontra nas escolas do ensino unificado os equipamentos e as estruturas para a prática desportiva.

Com a APU, o ensino não está isolado

Onde há APU há juventude e há coragem para continuar projectos «proibidos» pelos governos da direita. Como a Ocupação de Tempos Livres no Verão, com milhares de horas de trabalho juvenil ao serviço das comunidades.

Onde há APU há iniciativa e preocupação por temas que justamente tocam de perto a massa juvenil. Temas como a defesa da paz e a defesa do meio ambiente, pelo direito à vida e a uma vida melhor. Em termos de qualidade, de espaços verdes, de combate firme à poluição e à degradação do meio.

Onde há APU o ensino não está isolado. Há uma aposta vigorosa na ligação escola-meio. Há uma política efectiva de construções escolares para a rede do ensino primário (obras com dimensionamento apontado ao futuro). Há apoios para as escolas preparatórias e secundárias. Apoios que vão desde a cédência de terrenos avaliados em largos milhares de contos até ao apoio nos transportes para os alunos mais deslocados, nas visitas de estudo e num vasto trabalho de dinamização realizado em colaboração com os estabelecimentos de ensino e os seus professores.

Onde há APU os caminhos da vida estão ligados aos caminhos de Abril. E a juventude está a percorrê-los ■



■ Henrique Custódio

O futuro mora aqui

Em casa, cada um sabe de si — dizem que diz o povo, e não estamos aqui para duvidar: o máximo que nos ocorre é tomarmos a liberdade de levar a coisa um bocadinho mais para a rua, ajeitando a frase de modo a pô-la a dizer, por exemplo, que «na sua terra, cada um é que sabe dela». Não soa mal nem anda longe da verdade, não-de convir... E vamos já meter política nisto, recordando que não é por acaso que se fazem e desfazem maiorias autárquicas, que o eleitorado pune ou apoia com o seu voto as gestões que, regularmente, se comprometem tratar-lhes das questões locais. Mas viajar pelas terras dos outros é também chegar-lhes à fala, vê-las e ouvi-las conversar de si, apropriarmos-nos de algum conhecimento e respeito.

Subjectivo, pois claro, mas nem por isso desapoado de objectividades, daquelas que tanto entram pelos olhos dentro que não há maneira de lhes fugir, como se escondem do visitante numa existência codificada, só decifrável por quem lhes experimente o quotidiano. Sem dúvida que «lhes experimente o quotidiano» é expressão um nadinha arrebicada para transmitir ideia tão simples como «viver lá» ou «andar por lá uns tempos». Às vezes os jornalistas descaem-se com literatices destas, mas lá que são viajantes «especializados», isso são: está nas suas atribuições ir aos sítios ver como é, para contar como foi. Pela nossa parte, temos ido bastante a terras da APU. A ver como é, contando como foi. Por que não contar como são, as tantas coisas que se viram?!...

Na primeira pessoa

E como? Continuando no exemplo de Coruche (que serve, para o efeito, como serviriam muitos outros municípios de maioria APU) convém recordar a situação da própria Câmara, quando a Aliança Povo Unido a conquistou, em 1979. O parque de máquinas resumia-se a uma camioneta avariada, outra parecida, um jipe velho, uma carroça e um burro. Parece anedota, embora não chegue a piada de mau gosto. Funcionários, eram umas escassas dezenas enveloados na teia burocrática. Os serviços, pouco mais aspiravam do que despachar licenças roídas pela demora. E pronto.

Seis anos depois o património municipal apresenta um parque de máquinas de centenas de unidades, uma zona industrial que possui uma central de britagem, uma cerâmica, uma tabaqueira, dois pavilhões para a indústria de mármore e metalomecânica, fabrico próprio de módulos para pavimentações, etc., etc. Das cerca de meia centena de trabalhadores sem Caixa, subiu-se o quase meio milhar no pleno usufruto dos direitos contratuais e laborais que Abril trouxe e a APU ali pôs em vigor. De entidade inoperante e desprestigiada a Câmara transformou-se na maior empresa do concelho, geradora de trabalho, dinamizadora económica, agente das extraordinárias modificações ocorridas no concelho, quer no que toca a equipamentos básicos, quer no que se introduziu no campo da assistência social, do apoio às escolas e à juventude, da dinamização cultural, do desenvolvimento desportivo, de estímulo à habitação, da atenção à infância e à terceira idade, etc.

Há três anos, quando nos deslocámos a este concelho em reportagem, dizíamos que, lá, «o futuro é hoje». Hoje, após visita recente, podemos dizer que o futuro já lá está, infra-estruturado numa Câmara que começou por isso mesmo: infra-estruturar o futuro na primeira pessoa.

O passado tem presente

Mas se Coruche pode servir de ilustração ao facto de a generalidade dos municípios APU serem entidades dinamizadoras das respectivas realidades socioeconómicas, este ou qualquer outro concelho APU também podem exemplificar outras coisas. As tais que, decididamente, só são decifráveis por quem «lhes experimente o quotidiano». Mudemos de zona, só para variar.

Quem visite Évora, a grande cidade alentejana, e o faça de automóvel, cedo verificará uma originalidade: entre por onde entrar (e há várias alternativas), não estará muito tempo intra-muros se, por acaso, tem a pretensão de percorrer toda a cidade de rabo tremido, sem lhe conhe-



cer os «meandros». Mal se descuida, está devolvido à grande circular exterior à cidade antiga. No entanto, se não levou o comodismo ao exagero de se recusar a umas paragens e uns passos breves, pôde visitar tudo e chegar onde quis, com agrado, sem esforço... e saudavelmente (é claro que é possível ir a todo o lado da cidade de automóvel, como no-lo provaram alguns autarcas. Só que é necessário conhecê-la bem...).

Isto porquê? Porque o trânsito está reordenado assim. E para quê? Com os objectivos (amplamente conseguidos) de disciplinar o tráfego e proteger, o mais possível, o extraordinário património arquitectónico-cultural da corosão provocada pelos fumos dos escapes. E a partir daqui começamos a apercebermo-nos de outras coisas: que não há na cidade um único atentado urbanístico recente (antes, não era a APU que mandava); que se apresenta tudo limpo, caído e restaurado (a Câmara chega ao pormenor de fornecer cal e tintas aos proprietários ou assumir ela própria o restauro das fachadas quando estes não estão em condições de o fazer); que a expansão da cidade se está a processar num todo harmonioso, envolvente e caracterizado.

Tudo isto porque a Câmara APU de Évora meteu ombros a uma tarefa que cinco décadas de fascismo considerou «resolvida» na denominação que inventou para a cidade (chamar-lhe «museu vivo»): a preservação, recuperação e revitalização do extraordinário património histórico-cultural que a cidade encerra, devolvendo-a, por outro lado e cada vez mais, aos seus habitantes.

Tão brilhante foi e é esse trabalho, que a UNESCO decidiu colaborar directamente com a autarquia nesse esforço, ao abrigo da declaração da cidade como património mundial.

Construir o futuro passa pelo respeito ao passado, no que ele encerra de património colectivo e herança social. O que citámos de Évora é apenas um apontamento do quotidiano APU nesta matéria, nas autarquias que governa. Quem quiser, pode ir lá confirmá-lo.

O futuro planifica-se

Governar significa, entre outras coisas, planificar. Não é por acaso que a falta de planeamento tem sido uma das características dos sucessivos executivos reaccionários que têm afundado o País na última década.

A nível autárquico começou a falar-se de planeamento, no nos-

so País, pela boca e acção da APU. Desminta-o quem for capaz. Se hoje é vulgar ouvir-se referência a «Planos Directores» (ainda recentemente, num debate televisivo com os cabeças-de-lista concorrentes à Câmara do Porto, o dito cujo saltitava nas diversas intervenções, acusado de não existir), nos municípios APU há muito que existem e são referência banal, ou avançam na sua concretização e já são notícia para toda a gente.

Peguemos num destes últimos. Por exemplo o de Vila Real de Santo António, que já se encontra numa fase intermédia (o da conclusão, no terreno, do seu programa base). Trata-se, nem mais nem menos, que do primeiro plano director de todo o distrito algarvio (até aqui maioritariamente PS, como se sabe). Lá ouvimos, mais uma vez, as explicações com um eco de várias outras, noutros concelhos e sob o mesmo contentamento, a dizerem que «através do Plano fica ordenado o território concelhio, ficam apontadas as metas a atingir nos próximos dez anos de desenvolvimento do concelho, apontadas todas as potencialidades económicas que ainda não estão desenvolvidas, definidas melhores condições de evolução para as indústrias já estabelecidas, tendo o Plano sido elaborado de forma dinâmica e com a participação de todos os sectores socioeconómicos do concelho».

E lá estava, em exposição, tudo o que o plano prevê, as áreas que catalogou após minuciosa apreciação, as linhas mestras de desenvolvimento que aponta na base de levantamentos profundos e especializados. E também o tal «programa base» em conclusão: vários polidesportivos, cortes de ténis, parques, central de tratamento de esgotos (tudo já feito), campos de futebol, piscinas, casas de cultura, etc., etc., (em fase de arranque).

Não é de estranhar que o «re-mendo» ou o improvisado — trave mestra da quase generalidade da actuação autárquica das outras forças políticas (e, de novo, avance quem se sentir em condições de o desmentir) — sejam actos praticamente desconhecidos nas autarquias de maioria APU. A planificação é um instrumento de trabalho essencial em qualquer gestão digna desse nome. É aí que mora o futuro.

Se não, a tal fórmula do «construir o futuro», tão do agrado dos trampolineiros vários que sinecuram por aí, vale ainda menos que a palavra, por exemplo, do «special friend» ou as juras democráticas do candidato Freitas... ■



Andar por terras da APU significa, em primeiro lugar, apercebermo-nos de «sinais exteriores de autarquia» sem que, para isso, tenhamos de pagar qualquer imposto. Os chamados equipamentos básicos, ou estão feitos ou andam a alargá-los; as ruas, ou nos aparecem sossegadas na sua compostura arranjada, ou está-lhes a acontecer qualquer coisa para que assim fiquem; o trânsito apresenta-se ordenado, as povoações limpas, os espaços sociais cuidados, quer se fale de praças ou jardins, avenidas ou mercados. Um brinquinho, em geral.

Isto para quem entra e não faz mais nada que passar por lá. Podendo, à vontade, estabelecer o contraponto com outras terras, já sem APU e, de certeza, sem mais alguma coisa.

Mas demoremo-nos um pouco em dois ou três exemplos, que

não há espaço para mais — nem mais é necessário, para a ilustração que se pretende.

Coruche, concelho ribatejano a 100 km de Lisboa, actualmente com quatro freguesias e mais de 100 lugares. Viver lá há seis anos (exceptuando a vila e parte de outra freguesia) significava ter de ir buscar água à fonte, fazer os despejos no quintal, alumiarse com petróleo, à noite, ficar isolado de Inverno, palmilhar carreiros no resto do ano. Isto para falarmos só nas questões básicas, já que das outras está praticamente coberto com redes de água, esgotos e electricidade e ligado por uma eficaz malha de caminhos e estradas vicinais.

Para quem lá vive, tais alterações são prodigiosas. Para a APU, são o trivial, a «basezinha» de uma intervenção autárquica a sério.

a TV

Mais um vômito de Montand mais um servicinho da RTP

A visita oficial de Jaruselski, presidente do Estado polaco, a França, desencadeou em todo o mundo uma onda de esperança na melhoria das relações internacionais. Fortalecer os contactos, reforçar o entendimento, desfazer equívocos, negociar em condições vantajosas para todos, viabilizar a aproximação em vez de aprofundar os fossos tantas vezes artificialmente criados — eis, no essencial, a razão da visita de Jaruselski.

Claro que há forças que se opõem ao entendimento e tudo jogam na cartada da intriga e do confronto. Acabámos de saber, há dias, que fabulosas importâncias são dispensadas em todo o mundo para manter viva a propaganda antipolaca. Sabe-se que a UGT recebeu uma grossa fatia com a qual sustenta as visitas, as reuniões, a propaganda do Walesa e outros fantasmas que o vento da História começa a desvanecer...

Entre as forças difusoras de propaganda antipolaca conta-se a televisão portuguesa. Tudo lhe serve para o trabalho. O círculo internacional da guerra-fria manda, e a televisão, cá, obedece...

A manipulação informativa com base na presença de Jaruselski em França, foi de grosso calibre. Nem sequer escapámos ao vômito de Yves Montand que atingiu um grau elevadíssimo de repugnância...

... o que enraivece as forças do capitalismo desvairado é ver como a Polónia recupera vitoriosamente das suas feridas, ganha nova confiança em si própria e no futuro, alcança sucessivas metas no plano económico, político, moral. Tudo se compreenderia um pouco melhor se a RTP dissesse, por exemplo, aos portugueses, que grande parte da carne que comem, provém da Polónia. Se a RTP dissesse aos portugueses que na Polónia não existe desemprego nem (claro!) essa praga que se chama «salários em atraso».

O escândalo de uma situação e o escândalo de uma «solução»

Salários em atraso. O governo PS-PSD tentou minimizar a questão. Que não era tanto assim, que a CGTP e o Partido Comunista estavam a empolar os números, etc., etc. Recordam-se ainda, com certeza, daquela célebre intervenção do Almeida Santos, o «senhor 43 por cento» que Mário Soares arrastou na sua queda, durante um debate na TV. Pouco lhe faltou para dizer que «essa história dos salários em atraso» era uma invenção dos comunistas...

Pois agora o Governo Cavaco Silva manda com um projecto que, num hábil movimento ilusionista, pretende transformar os trabalhadores com salários em atraso — em desempregados. A manobra terá, pelo menos, a «vantagem» de atrair menos a atenção internacional para o escândalo...

A fim de debater a questão levantada na Assembleia da República, a rubrica Parlamento endereçou convites ao PCP, ao PS e ao Governo.

Quanto ao Governo, o ministro do Trabalho «amavelmente» declinou o convite. Sublinhemos o «amavelmente». São muito delicados. Eles aceitam o convite quando têm de enfrentar a Helena Torres Marques e mais o seu tricó atrapalhado; mas quando se trata de enfrentar o partido dos trabalhadores — aí, com extrema amabilidade agradecem, mas não aceitam...

Ora bem. Para a citada emissão compareceram Jerónimo de Sousa do PCP, e Jorge Lacão, do PS.

Tornou-se desde logo demasiado evidente que o deputado do PS punha a tónica no ataque ao PSD, na demonstração de que a sua «dor» custa a passar. Quanto ao problema ali focado, Jorge Lacão referia-se-lhe com extrema frieza como alguém que analisa um fenómeno sendo a ele e a muita distância dele.

Quanto a Jerónimo de Sousa, foi evidente a sua emoção perante situação tão dramática. Tal situação encontrava-se finalmente em debate com carácter de urgência e Jerónimo de Sousa via nesse facto a vitória das forças democráticas e da opinião pública conquistada para a solidariedade com tantas e tantas famílias em cujo seio se instalaram a fome e a angústia.

Mas Jerónimo de Sousa alertou os portugueses para o artificio das situações falaciosas: o projecto do Governo tendia à transformação dos trabalhadores com salários em atraso, em trabalhadores pura e simplesmente sem salários. Na sua opinião, o essencial era garantir os postos de trabalho e é a isso precisamente que o Governo foge.

De facto, é estranho que haja dinheiro para indemnizar e não haja dinheiro para investir... ■

■ **Ulisses**

Síntese semanal da IMPRENSA

Chocante!

Chocante é a consumação prática, na rua, da aliança do PS dominado pelo «soarismo» com os partidos da direita nas eleições autárquicas. Matéria de reflexão obrigatória para os democratas que votaram PS em 6 de Outubro, diz um dos nossos recortes.

Chocante é o desesperado rastejar de Mário Soares em busca dos votos da direita para a sua candidatura presidencial. Mas nem São Jardim nem São Homem de Melo lhe valem!

Autárquicas: soarismo mostra o que é

• «Por isso, está bem de ver que quer a candidatura de Mário Soares quer as alianças do PS com o PSD e CDS contra a APU nas eleições autárquicas são dois factos políticos da mesma família: ilustram a espiral de degenerescência, identificação e envolvimento com a direita do Partido Socialista dominado pelo soarismo.

Na cidade de Lisboa um cartaz anuncia a coligação PSD-CDS e explica que para a CM se vota num e para a AM se vota noutro. Num concelho limítrofe de Lisboa, outro cartaz exactamente com a mesma li-

nha gráfica (cor, letragem, etc.) anuncia a coligação PS/PSD e explica que para a CM se vota num e para a AM se vota noutro; e um carro de som, levando desfaldadas as bandeiras do PS e do PSD, berra que «votar PS é votar PSD» e «votar PSD é votar PS». Tudo numa excelente demonstração de que as alianças e coligações fingidamente apresentadas como estritamente locais, são afinal o resultado de uma grande identidade e comunhão de feios objectivos e sujos interesses entre a família partidária — PS/Mário Soares, PSD e CDS — que têm realizado a política de direita que conduziu o País ao desastre.

Trata-se de matéria de reflexão obrigatória para todos os democratas e, particularmente, tan-

to nas eleições locais como nas presidenciais, para os eleitores de sentimentos democráticos que ainda votaram PS em 6 de Outubro.

A luz da experiência de 7 de Dezembro de 1980, e tendo diante dos olhos o que se sabe, impõe-se a gritante evidência de que hoje, como há cinco anos, a defesa da democracia portuguesa precisa da convergência das forças democráticas e da convergência dos votos dos democratas.

A 15 de Dezembro, concentrando votos na APU, a grande força para uma gestão séria, isenta e democrática ao serviço das populações.

A 26 de Janeiro, concentrando votos num único candidato da democracia.»

(Vasco P. Moraes, «o diário», 8-Dez.)

Presidenciais: manobras e desventuras de um candidato da direita

• «Em conclusão, Mário Soares, apesar de esforços tão denodados como os desenvolvidos por Adriano Moreira, Alberto João Jardim, alguns empresários e outras figuras políticas da área conservadora, não consegue realmente transformar-se no candidato frentista da direita portuguesa. Mas o facto de já não ser possível esconder essa sua aptidão vem dificultar ainda mais o seu posicionamento junto do eleitorado socialista. Com efeito, segundo uma sondagem recente, dos 20 por cento de eleitores que ainda se mantiveram fiéis ao voto no PS, em 6 de Outubro último, metade declara recusar-se a votar no secretário-geral do

partido. E, antes mesmo de Salgado Zenha arrancar com a sua campanha, havendo previsões que apontam para Soares um reduzido «score» de 12,5 por cento (enquanto Zenha já chegou aos 18%, andando Freitas pelos 30% e indo a queda de Pintasilgo a passar a barreira dos 20% — isto segundo números de um trabalho da Norma, desta semana), é de admitir que este candidato não se limite a sofrer uma derrota, mas sim uma verdadeira humilhação.

Perante tal situação, resta saber como reagirá o secretário-geral do PS — e para que posições procurará arrastar o partido.

(...)

Não nos esqueçamos, porém, de que Mário Soares pôs à discussão da sua Comissão Política (e foi esta que tal recusou) uma proposta da candidatura de Freitas, há cerca de um mês, feita por intermédio de Proença de Carvalho e Manuel José Homem de Melo, no sentido de negociarem um apoio mútuo na segunda volta das presidenciais. E repare-se que todas as censuras de Soares se concentram no «frentismo» de Zenha, tendo mesmo Lourdes Pintasilgo sido simpaticamente ignorada na conferência de imprensa de terça-feira. Para os soaristas, Pintasilgo não só aumenta as esperanças de Soares passar à segunda volta, com os votos que ela disputa a Salgado Zenha, como tem ainda uma maior utilidade: os seus serviços lançam a Zenha acusações que os soaristas preferem não fazer.

Mas, finalmente, contra o frentismo de Zenha, outro frentismo surgiu: o dos ataques de Pintasilgo, Soares e Freitas.»

(Pedro d'Anuniação, «Expresso», 7-Dezembro)

Trabalhamos, Lutamos Vivemos com transparência



Um livro que interessa particularmente aos membros do PCP, mas não apenas a eles, porque:

- * Nele são abordados muitos traços característicos e típicos da actividade partidária, na ideologia, na acção política, no estilo de trabalho, no funcionamento e na vida interna do Partido
- * Nele surgem consagrados como princípios informadores da orientação e da prática futura do Partido ricas experiências, que corriam o risco de ter só um valor conjuntural, pois apenas estavam institucionalizadas pela força do hábito, por um tratamento político e ideológico disperso e pelo empenhamento criativo dos militantes
- * Embora tratando questões por vezes complexas, Álvaro Cunhal o faz numa forma simples e clara, numa linguagem perfeitamente acessível

A verdadeira imagem do PCP

edições Avante!

5.^a edição
45 000
exemplares



Quem?

É de supor que em Portugal, haja eleitores do PS e que haja eleitores do PSD. Por variadas razões, mesmo por teimosia. Uns e outros vão entretanto defrontar-se, nestas eleições para as autarquias com graves complicações. É que os manos desavindos das respectivas direcções partidárias — é vê-los uns na oposição e outros no Governo —, continuam coligados para as autarquias. E tão coligados estão que não conseguem distinguir-se. A propaganda de ambos sofre com isso, claro, e há muitos exemplos da grande confusão. A confusão para os eleitores, como é evidente.

Se em Setúbal, Mata Cáceres aparece de mão dada pela rua com o cabeça PPD, no Seixal as mãos dadas aparecem na propaganda. «Para trabalhar», dizem eles... E apontam o «grave erro» da gestão APU, que seria ter feito «coisas pequeninas». Propõem, pois, ao eleitorado, coisa grande. E para tal esclarecem: «Onde estiver o símbolo do PS, lá estarão também os candidatos do PSD». E aconselham: «Por tudo isto, não há motivos para dúvidas, nos boletins de voto onde aparecer o símbolo do PS, não encontrará o do PSD. Nestes boletins o voto é PS! Nos boletins onde encontrar o símbolo do PSD, não aparecerá o símbolo do PS. Nestes boletins o voto é PSD! Portanto, no dia 15 de Dezembro, votar PS é, também, votar PSD, e votar PSD é também votar PS!» Pois. Não restam dúvidas. Só confusão.

É também

E ainda folhetos de propaganda. O «partido da oposição» do sr. Mário Soares mais o «partido do governo» do sr. Cavaco escrevem, com quantas letras as palavras requerem, o que segue, por exemplo, num folheto distribuído no Seixal: «Portanto, dia 15 de Dezembro, votar PS é, também, votar PSD, e votar PSD é também votar PS!». É bom é que ninguém se esqueça destas coisas...

Implementação

Ainda outra de folhetos... Na lisboeta freguesia de S. Francisco Xavier, a lista PS tem objectivos programáticos de tomo. No meio de um amontoado de «projectos» de grande concisão («transformar terrenos abandonados em espaços agradáveis de convívio ao ar livre» ou, mais exacto ainda, «criação de bibliotecas e jardins...»), a lista presidida pela sra. arquitecta Margarida Pais tem uma proposta de tecnocrática concisão: «implementação da figura do guarda nocturno cuja necessidade deverá ser estimulada!» Há várias conclusões a extrair. Em primeiro lugar, é de supor que a freguesia de S. Francisco Xavier disporá já certamente de um guarda nocturno — mas com figura insuficiente, carente portanto de ser implementada. A junta deverá assim empanturrar o guarda nocturno de proteínas, levá-lo ao health center das Amoreiras, enfim, tudo fazer para que a figura se implemente em alguns quilos e vários centímetros.

Mas não só. A junta vai também «estimular a necessidade» do guarda nocturno. Conclui-se assim que, pese embora a sua não implementada figura, o guarda nocturno em S. Francisco Xavier não defronta uma suficiente necessidade de existir. A grande dúvida é como é que irá a senhora arquitecta «estimular a necessidade» da sua existência! É claro que, se se providenciar para que na freguesia passem a residir diversos ex-membros dos governos socialistas, não haverá dificuldades em pôr os habitantes a berrar — ó da guarda!

Barragens

Em entrevista ao «Diário de Lisboa», o eng. Krus Abecasis informa que «foi treinado para grandes obras». E acrescenta: «Tenho barragens, da Pérsia aos Estados Unidos, em todos os sítios. Fui eu quem pensou as comportas para a barragem de Assuão».

Lá que o sr. engenheiro tinha barragens em todos os sítios — era coisa que já se sabia. Agora que tinha «pensado as comportas para a barragem de Assuão» — isso é que é novidade.

E não deixa de ser pena que, depois desse pensamento, não tenha podido ficar com a presidência da Junta de Freguesia de... Assuão.

Dólares

Atenção! No «centro de convívio» da candidatura soarista à

Pontos Cardeais

presidência passou a haver cinema! Tudo começa com «Música no Coração» — mas acalmem-se os inquietos. A seguir vem — «Por um Punhado de Dólares!» Bilhetes à venda nos locais do costume.

No coração

Após anos de agachadismo militante face à actividade «incendiária» de Abecasis na Câmara de Lisboa, o PS de Mário Soares resolveu vestir a pele da independência e avançar com candidatura própria à chefia do executivo da capital. Escolheu, para o efeito, uma senhora. Helena Torres Marques de seu nome. A tal que anda colada pelas paredes a garantir, em «technicolor», que está «no coração de Lisboa». Vai daí, o PS desatou a apresentá-la «lisboeta» da mais fina água, achando necessário comprová-lo com elementos esmagadores. Assim. Nasceu na maternidade Alfredo da Costa. Os seus dois filhos nasceram na Associação dos Empregados do Comércio de Lisboa. O seu casamento, ocorrido entre os dois anteriores eventos, realizou-se em Lisboa e, embora

não se especifique onde, é suposto não ter sido em mais nenhuma maternidade. Além disso viveu longos anos na Penha de França, frequentou, sucessivamente, os liceus de D. Filipa, D. João de Castro e Pedro Nunes (só ficaram, portanto de fora uma meia dúzia, o que é notável) e ainda teve tempo para ser ginasta do Lisboa Ginásio Clube e licenciá-lo no Instituto Superior de não sei quê. Em Lisboa, claro. Embora não se percebendo por que acha o PS necessário um «atestado de pureza alfacinha» para se ser presidente da Câmara de Lisboa, sempre perguntamos porque não apresenta a senhora pelo processo mais simples, dizendo apenas que foi secretária de Estado da Administração Autárquica do Governo PS/PSD, onde, com notável energia, executou e ultrapassou, pela direita, a política autárquica de Ângelo Correia, nomeadamente ao revogar a Lei das Finanças Locais, asfixiando, assim, financeiramente as autarquias; ao diminuir o número de eleitos autárquicos e as competências das Assembleias Municipais e de Freguesias, e etc., etc. Possivelmente porque, apesar do coração, os seus conterrâneos querem-na longe da vista.

Gazetilha

por *Ignotus Sum*

I

Na linha da actuação que ao Capital dá proventos vai sair legislação para aumentar despedimentos.

Já o Cavaco anda a ver para a sua panaceia, os votos que pode ter de apoio, lá na Assembleia.

Vai saber o povo então no meio de tanta gente quem o tem no coração ou no paleio somente...

II

Numa reunião de soaristas (oportunistas é o que eles são)

o Soares, com encanto e com fervor disse pra todo o mundo:

«Eu sou um corredor de fundo!»

No círculo, ninguém percebeu isso bem mas como era preciso acendeu-se o fogacho de um sorriso aqui e além.

Eu, a respeito desse corredor, de um erro de expressão logo dei fé. Um corredor de fundo? Não, senhor. Um corredor no fundo é o que ele é...

III

A TV vê só quem quer só quem ela quer se vê. Possa o muito que puder não pode tudo a TV...

Foi canal e foi caneiro quando, de cócoras, serviu o seu Soares Carneiro — depois foi o que se viu...

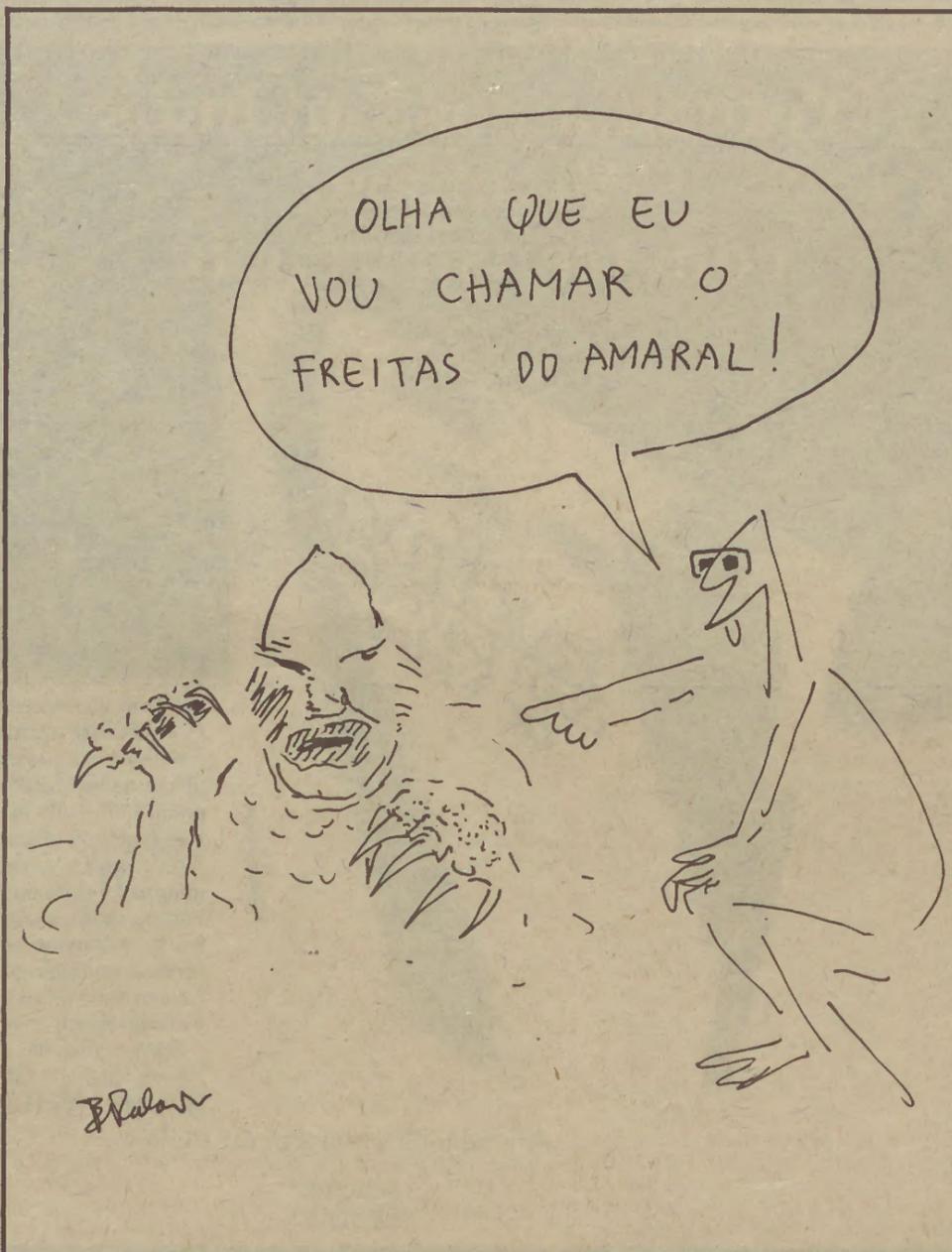
Freitas & Soares no intuito estão da TV naufragada. Televisão pode muito mas eles não podem nada...

IV

A TV arrega a giga. O boato e a intriga vai tirando do baú. Mente, raivosa, a magana mas o povo não engana pois já bem conhece a APU.

PSD, CDS, braço dado com o PS para afastar a APU, lá vão. Não, não querem trabalhar querem só prejudicar deitar fumo, pôr travão...

Mas lá onde a APU um dia mostrou como se fazia pra servir bem e seguro, já ninguém duvidará: a APU continuará a construir o futuro!



Agenda

Avante!

Ano 53 — Série VII
N.º 624

12 de Dezembro de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente

Quinta

• AVEIRO

Sessões de esclarecimento na escola de **Mogofores** (Anadia), na escola de **Águeda**, em **Massinhata do Vouga** (Águeda) e no Salão Nobre da Câmara de **Estarreja** — todas às 21.00.

Contactos com as populações de S. João da Madeira, Ovar, Castelo de Paiva.

• BEJA

Santa Vitória (Beja) — sessão de esclarecimento com **Carreira Marques**, candidato à presidência da CM. Casa do Povo, 20.30.

Ferreira do Alentejo — sessão de esclarecimento com **Ruben de Carvalho** e **José João Guerreiro**, candidato à presidência da CM. Casa do Povo, 21.00.

Alvito — espectáculo com **Janita Salomé**. Casa do Povo, 21.00.

Sessões de esclarecimento no Cine-Oriental de **Aljustrel**, no Centro Cultural de **Santa Clara**, **Almodôvar**, no Centro de Convívio de **Mambeja** e na **Mina de Juliana**; na Casa do Povo de **Entradas** (Castro Verde) e na Casa do Povo de **Amaroleja** — todas às 21.00.

Sessões de esclarecimento, à tarde, em **Gomes Aires** (Almodôvar); no Centro Cultural de **Gato**, na escola de **Góis**, nos Centros Culturais de **Manuel Gato** e **Espargosa** (Mértola); na Casa do Povo de **Corte de Pinto** e no teatro de **Minas de S. Domingos**; nas Casas do Povo de **Santana de Cambras**, de **Brinches** e de **Serpa**.

Contactos com as populações de **Odemira** e visita ao mercado de **Santa da Serra**.

• COIMBRA

Sessões de esclarecimento em **Soure**; em **Castelo Viegas** e **M. Pereiros** (Coimbra); em **Carapinheira** e **Verride** (Montemor-o-Velho); em **Lares** e **Covas** (Fig. da Foz).

Contactos com as populações de **Soure**; **Rebordosa** e **Caneiro** (Penacova); **Almalagês**, **Sernache**, **Castelo Viegas** e **Ceira**; **Podentes** e **Vila de Penela**; **Montemor-o-Velho**; **Gândaras**, **Ribeirinha**, **Patanata** e **Vila da Lousã**; **Condeixa**.

Visita de candidatos a **Penacova**, e a mercados e feiras de **Penacova** e **Arganil**; aos trabalhadores da CM da **Figueira da Foz**; às ordenhas de **Maiorca**, **Alhadas** e **Bom Sucesso**.

• FARO

Sessões de esclarecimento na Casa do Povo de **Santa Catarina** (Tavira); na escola de **Odeixeira**; na

escola de **Pedro Mousinha** (Portimão); no **Azinheiro** e na escola de **Sta. Bárbara de Nexe** (Faro); na escola de **Seromineiro** (Aljezur); em **Silves**; na escola do **Bairro 28 de Setembro** em **Olhão** e no salão do sr. **Arlindo no Pechão**; na Santa Casa da Misericórdia de **Vila do Bispo** — todas às 21.00.

Sessão às 18.00 em **Santa Margarida** (Tavira).

Espectáculo com **Sérgio Godinho** no **Lusitano Futebol Clube** de **Vila Real de Sto. António**.

Espectáculo com o grupo «**Aguarela**» em **Vila do Bispo**.

• LEIRIA

Sessão de esclarecimento com **Emílio Rato**, candidato à presidência da CM da **Marinha Grande**, na escola de **Castro de Malta**, às 21.30.

Sessões de esclarecimento nas escolas de **Pinheiro** (Batalha) e **Sanguinhal** (Bombarral); no Pavilhão da Estação Agrária de **Caldas da Rainha**; nas escolas de **Carvide** e **Carreira** (Leiria); na colectividade de **Figueiras** (Marinha Grande) — todas às 21.30.

• LISBOA

Sessão de esclarecimento com **Sérgio Vilarigues** no «**Águias de Camarate**». Às 21.30.

Sessão com **José Casanova** na colectividade «**Os Bandonistas**» de **Idanha-Bealas**, às 21.00.

Sessão com **Domingos Abrantes** na CM da **Amadora**, às 21.00.

Sessão no Centro de Reformados da **Branda** com **Orlando de Almeida**, candidato à presidência da CM da **Amadora**, às 21.00.

Outras sessões, às 21.00, no salão da Junta de Freguesia da **Malveira** com **Luis Sá**; na escola da Estrada Militar da **Mina** (Amadora) com **Miguel Judas**; no Grupo Desportivo do **Castelo** e no Grupo dos **Nove**, em **S. Vicente** (Lisboa); na Colectividade **Ordem e Progresso**; no Clube Rec. dos **Tesouros**, na **Branda** (Amadora).

Sessão com o almirante **Rosa Coutinho**, na Soc. **Filarmónica de Verdi**, às 21.00.

Sessão na **Quinta das Laranjeiras** com o gen. **Vasco Gonçalves** e **António Abreu**, às 21.00.

• PORTO

Sessão às 21.00, no **Bairro S. João de Deus** e no **Auditório D. Hugo**, na **Sé, Porto**; em **Oliveira do Douro** e **Valadares**; no **Cine Neiva** em **Vila do Conde**.

• SANTARÉM

Sessão de esclarecimento com **Álvaro Cunhal** no **Cine-Teatro da Golegã**, às 21.00.

Sessões, também



Álvaro Cunhal Sessão de esclarecimento

Hoje, 21.30
Cine-Teatro
Golegã

às 21.00, no **Tramagal**, **Rossio de Abrantes**, **Clube Desportivo «Os Águias»**, de **Alpiarça**, **Centro Social do Rebocho** (Coruche), **Centro Recreativo e Cultura Sobralense de Sobral de Monte Agraço**, **Centro de Convívio da Tojosa** (Santarém).

Contactos com as populações de **Benavente**, **Pontével**, **Cartaxo**, **Chamusca**, **Montalvo** (Constância), **Entroncamento** e **Atalaia** (V. Nova da Barquinha).

Visita de candidatas à empresa «**Czarina**» (Almeirim).

• SETÚBAL

Sessões de esclarecimento no **Alberque - Alcácer do Sal**, às 9.30; às 20.00, em **Casebres**; às 16.30 em **Faugarilfa** (Alcácer).

Sessões no **Clube Recr. Romeirense** e na **Casa do Algarve em Almada**; na **Cooperativa Pragalense**, **Pragal**; no **Clube União** e no **Recreativo da Charneca da Caparica** — todas às 21.00. No **Clube de Amigos da Costa da Caparica**, às 15.30.

Sessões em **Melides** e **Loucas** (Grândola), às 21.00.

Sessões no «**Uvinhense**» e no **Salão dos Reformados do Rosário - Molta**, às 21.00.

Sessões em **Venda do Alcaide**, **Águas de Moura**, **Quinta da Marquesa** (Palmela), todas às 21.00.

Sessões no **Clube dos Fanqueiros**, **Seixal**, no **Centro de Solidariedade de Pinhal de Frades**, no **Clube de Campismo «Luz e Vida»**, **Seixal**, às 21.00.

Sessão de esclarecimento em **Sesimbra** com **Carlos Ramilides**. No cinema da **Quinta do Conde**, às 21.30.

Em **Santiago do Cacém**, sessão de esclarecimento e espectáculo em que participam **Luisa Basto**, **João Fernando** e **Jorge Lomba**.

Contactos com as populações de **Chão**

Povo de Serpa; às 20.00 em **Fig. dos Cavaleiros**.

Sessão no **Teatro Marques Duque de Mértola**, com **Dias Lourenço**.

Caravanas nos concelhos de **Ourique** e **Vidigueira**.

• COIMBRA

Sessões de esclarecimento em **Ceira**, **Assafarge**, **Castelo Viegas**, na escola primária de **Arzila**; em **Santo Varão**, **Montemor-o-Velho**; na Soc. **Fil. Boavontade Lousanense**, **Penacova**; na escola primária de **Ademilã**, **Trouxemil**; em **Lamarosa**; nas escolas primárias de **Vila Verde** e de **Quilmbres** — sempre às 21.00.

Encontros de candidatos com as populações em **Taveiro**, **Ameal** e **Corujeira** (Coimbra).

Debate sobre o programa da **APU** em **S. Paulo de Frades**. Visitas de candidatos à «**Reflecta**» e ao mercado de **Condeixa**.

Sessões na **Figueira da Foz**, às 21.00; em **Borda do Campo** (Calvino) e no **Bairro da Belavista**. Visitas aos mercados de **Buarcos** e **Figueira da Foz**.

Porta-a-porta em **Penela**, **Arganil**, **Lousã**; distribuição de documentos da **APU** nos autocarros das fábricas, na **Figueira da Foz**.

• FARO

Sessões de esclarecimento na Soc. **Recreativa de Budens**, **Vila do Bispo**, 21.30; nas escolas de **Estorninhos** (18.00), **Carapateira** (20.00) e **Santa Luzia** (21.30), em **Tavira**; às 21.00 na Soc. dos **Artistas em Lagos**, e na **Sociedade em Tunes** (Silves).

Comício em **Lagoa**. Festas de encerramento da campanha na **Escola Prep. Afonso III** em **Faro**, nos «**Artistas**», em **Loulé**, e no **Sindicato das Conservas de Olhão** — todas às 21.30.

• LEIRIA

Comício-festa na sede da **Ordem - Marinha Grande** com a participação de **Emílio Rato**.

Sessão-debate com a participação de candidatos na **Casa do Pessoal da CIM-POR** em **Maceira** (Leiria) e na colectividade de **Gaieiras** (Óbidos), às 21.30; às 21.00 na **Assoc. Mar Alto da Nazaré**.

Espectáculos de encerramento da campanha no **Salão dos Bombeiros do Bombarral** e no **Grémio Literário de Leiria**. Às 21.30.

• LISBOA

Sessão com **Octávio Pato**, na **Filarmónica da Amadora**, às 21.30 h.

Sessão com **José Vitoriano**, na Soc. 1 de Agosto em **Santa Iria da Azóia**, às 21.30 h.

• SANTARÉM

Sessões de esclarecimento com a participação de candidatos em **Bemposta** (Abrantes), **Alpiarça**,

Benavente, **Chamusca**, **Portela de Santa Margarida** (Constância), no antigo mercado do **Entrocamento**, em **Assentiz** (Rio Maior) — todas às 21.00; às 21.30 em **Torres Novas** e **Lamarosa**; às 20.00 no **Centro Social da Arricha** (Coruche) e às 21.00 na **Casa do Povo do Couço**.

Porta-a-porta e outras acções de propaganda em **Almeirim** (na **Agri-Auto**), **Alpiarça**, **Benavente**, **Cartaxo**, **Constância**. En-

troncamento, **Rio Maior**.

• SETÚBAL

Em **Alcácer do Sal**, distribuição de documentos durante o dia. **Jantar-convívio** às 19.00 e concentração com caravana das 21.30 às 24.00.

Sessão com espectáculo em **S. Francisco** (Alcochete).

Comício de encerramento da campanha com **Carlos Ramilides** na **Incrível Almaden**, **Almada**, às 21.30.

Outros comícios em **Almada**: nos «**Amigos**

da **Costa**», **Bombeiros Voluntários da Trafaria**, **Soc. Porto Brandão**.

Sessões de encerramento em **Grândola** (Casa do Povo, 21.00); no **Ginásio Atlético Clube da Baixa da Banheira**, nas **Arroteias**, no **Chinquinhães de Alhos Vedros** (Moita) — todas às 21.30.

Sessões às 21.00 em **Palmela**: **Cajados**, **Aires**, **Palhota**, **Cabanas**.

Encerramento com baile no **Pinhal Novo**, 21.00.

Sessões em **Cercal** e **Alvalade-Sado** (Santiago do Cacém) às 21.00; na Soc. **União Seixalense no Seixal** e no **Ginásio de Corroios**; nos **Bombeiros Voluntários de Sines**.

Caravanas em **Alcácer**, **Alcochete**, **Almada**, **Sines**.

• VIANA DO CASTELO

Sessão em **Santa Marta de Portuzelo**, 21.30.

Caravanas em todo o distrito.

Domingo

VOTA

APU

POVO UNIDO



SCHRADER, Karl in «Catálogo da I Bienal Internacional da Caricatura de Gabrovo» - Bulgária 1973

TV **O Programa**

Quinta
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens», 52.º Epis.
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «As Aventuras de Marco Polo»
- 18.35 — Curso de Inglês — («Follow Me»)
- 19.20 — Golo!
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor», 114.º Epis.



- 21.30 — Série: «Crime, Disse Ela»
- 22.40 — Programa da Direcção de Informação
- 23.45 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Conheça Melhor — O Termalismo na Checoslováquia
- 20.30 — Série — «Horizontes de Glória»
- 21.40 — Da... Música — O pianista Adriano Jordão interpreta Debussy
- 22.30 — Jornal da Noite

Sexta
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»



- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.45 — A Forma das Coisas
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — «Europa — Os Olhos da Guerra» — 1.º Programa
- 21.50 — Série — «Duarte & C.ª»
- 22.40 — Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo
- 23.35 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados — «Ferdý»
- 20.00 — Medicinas Alternativas
- 20.30 — Godard 6x2
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite

Sábado
RTP1

- 11.30 — Tempo dos Mais Novos
- 14.00 — Dar e Receber
- 14.25 — Os Velhos Cowboys — «A Grande Fronteira», real. G. Sherman
- 15.30 — Panorama
- 16.00 — O Dia em que o Mundo Mudou — A Impressora de Gutenberg
- 17.00 — Fame
- 19.00 — Museu do Louvre
- 19.15 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — A Grande Barraca
- 21.10 — Série — «Rabo de Saia»
- 22.00 — Aplauso — Zizi Jeanmaire
- 23.00 — Último Jornal



- 23.15 — Sábado Especial — «A Dama de Xangai», real. Orson Welles (EUA/1948)

RTP2

- 18.30 — Troféu
- 20.00 — Animação — (Sylvester, Porky Pig e Speedy)
- 20.30 — O Tempo das Catedrais
- 21.30 — Série — «Jogo Mortal», último episódio

Domingo
RTP1

- 10.30 — 70 Vezes 7
- 11.00 — Missa Dominical
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — TV Rural
- 13.30 — Tempo dos Mais Novos
- 15.00 — Sessão da Tarde — «O Bailado do Cúme», real. Charles Walters (EUA/1949)

- 17.00 — A amazónia de Cousteau
- 17.50 — Desporto
- 19.00 — Top Disco
- 19.50 — Como, Quem, Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Badarosíssimo



- 21.30 — Série — «Uma Mulher de Corpo Inteiro»
- 22.30 — Domingo Desportivo — (Segundo a RTP, a emissão deverá sofrer alterações para incluir um programa sobre as eleições autárquicas)

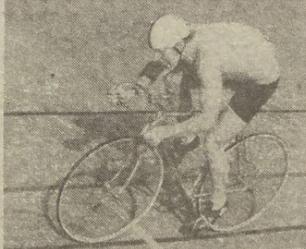
RTP2

- 16.30 — Natação
- 18.00 — Rally de Fórmulas
- 19.30 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós Por Cá
- 21.15 — Cine-Clube — «Rivalidade», real. Allan Dwan (EUA/1955)

Segunda
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13

- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos — «A Volta ao Mundo com Willy Fog», últ.º epis.; «Calimero»
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Desportivamente



- 19.15 — A Revolução Liberal, 3.º Progr. — «A Contra-Revolução»
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.30 — Concurso 1, 2, 3
- 23.45 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Teatro — «O Cerejal», de Anton Tchekhov, enc. de Giorgio Strehler para o Piccolo Teatro di Milano (1977)
- 22.40 — Jornal da Noite.

Terça
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Século XX — «A China em Marcha», 4.º Epis.

- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Imagens em Movimento, 4.º Epis. (Os pioneiros da indústria cinematográfica em Inglaterra)

- 21.45 — Programa da Dir. de Informação
- 22.45 — A Máquina do Tempo
- 23.45 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Sessão das Nove — «As Três Irmãs» real. Istvan Dargáy (Hungria)
- 20.00 — Jornal da Noite (num dos intervalos do filme).

Quarta
RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Trânsito
- 19.20 — Telemundo — «Etiópia»
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Vamos Jogar no Totobola
- 20.40 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.30 — Noite de Cinema «Lola Montes», real. Max Ophüls (França-RFA/1955)
- 00.00 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 19.50 — Artistas Portugueses — O pintor Júlio Resende
- 20.30 — Série — «A História Secreta do Petróleo», 7.º Epis.
- 21.30 — Foi Êxito na TV — Pedro Barroso
- 22.30 — Jornal da Noite.

Livros

O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista (documentos) — Textos de Bento Gonçalves, Álvaro Cunhal e Sérgio Vilarigues. N.º 7 da Colecção «Documentos Políticos para a História do PCP», Edições «Avante!», Lisboa, 1985. 68 páginas. Preço: 250\$00

Sobre esta razão de ser desta recente edição, a «Nota da Editora» inserida no início é inteiramente esclarecedora:

«O VII Congresso da Internacional Comunista iniciou os seus trabalhos em 25 de Julho de 1935, na Casa dos Sindicatos em Moscovo, e terminou em 20 de Agosto do mesmo ano.

As suas deliberações tiveram uma grande importância política, constituindo o VII Congresso um acontecimento da maior relevância, não só na história do movimento comunista internacional mas também na história geral do século XX.

O PCP esteve representado e interveio activamente no Congresso. Bento Gonçalves, secretário-geral do PCP nessa época, usando o pseudónimo de Albino, apresentou um relatório sobre a situação em Portugal e as tarefas dos comunistas portugueses.

É para assinalar o 50.º aniversário desse importante acontecimento que as Edições «Avante!» publicam a presente brochura, que inclui o já referido relatório de Bento Gonçalves, um original de Álvaro Cunhal intitulado «O VII Congresso da Internacional Comunista e a Actividade do Partido Comunista Português contra a Ditadura Fascista de Salazar», e um texto de Sérgio Vilarigues sobre a actualidade do VII Congresso da Internacional Comunista, com o título «Os Comunistas na Luta pela Paz».

Do ponto de vista histórico, o texto de Bento Gonçalves é de particular interesse: uma exposição da situação da luta operária e antifascista em Portugal nos anos 30 e das condições de existência e de trabalho do PCP nos primeiros anos de implantação do fascismo em Portugal e da ofensiva totalitária de Hitler e Mussolini.

O texto de Álvaro Cunhal, datado de 1965 num período de particular importância para a definição política e ideológica do PCP — vésperas da realização do VI Congresso — com-

porta elementos que constituem parcelas fundamentais do posicionamento português face aos problemas nacionais e internacionais.

É particularmente de sublinhar o aprofundamento da questão da unidade da classe operária e da unidade das forças antifascistas, aspecto determinante dos trabalhos e conclusões do VII Congresso da Internacional Comunista e a que o PCP deu uma expressão criadora consonante com a especificidade da situação portuguesa. Quer no aspecto da unidade sindical (em que, em Portugal, a CGT anarco-sindicalista se afundara no sectarismo que a enfraquecera e isolara das massas e se colocava o problema do trabalho nos sindicatos nacionais impostos pelo fascismo), quer no aspecto partidário (onde avultava o facto de, após auto-dissolução do velho Partido Socialista, o PCP surgir como única força política da classe operária), aos comunistas portugueses colocou-se a tarefa de darem à decisiva orientação de unidade antifascista concluída pela IC uma formulação e concretização própria e independente.

Paralelamente a esta realidade, o texto do secretário-geral do PCP é ainda importante no que se refere às questões da unidade do movimento comunista internacional e do relacionamento entre os diversos Partidos.

O texto de Sérgio Vilarigues que encerra o volume constitui uma contribuição importante para reflexão sobre a situação actual de questões que estiveram na primeira linha das preocupações do VII Congresso realizado há meio século: os problemas da defesa da Paz e da luta contra o imperialismo.

Volume pequeno e de fácil leitura, esta publicação das Edições «Avante!» nem por isso deixa de constituir um material importante de estudo, não só sob o ponto de vista histórico e cultural, como também de análise política actual.

O PCP e o VII Congresso da Internacional Comunista

(documentos)



edições **Avante!**

Cinema

| | | António Durão | David Lopes | Manuel Machado da Luz | Manuel Neves | Paulo Torres |
|----------|-------------------------|---------------|-------------|-----------------------|--------------|--------------|
| A | Amantes | ★★★ | ★★★★ | ★★★★ | — | ★★★★ |
| B | A Casa e o Mundo | ★★★★★ | ★★★★ | ★★★★ | ★★★ | — |
| C | A Companhia dos Lobos | ★ | ★★ | ★★ | — | — |
| D | Cotton Club | ★★★★★ | ★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ |
| E | A Floresta Esmeralda | ★★★ | — | ★★ | — | ★★ |
| F | Os Gonnies | ★★ | — | ★★ | — | ★★ |
| G | A Rosa Púrpura do Cairo | ★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ |
| H | Siberiada | ★★★★★ | ★★★★ | ★★★★★ | ★★★★★ | ★★★★ |

A — Real. John Cassavetes — Quarteto/3 (14.00, 16.30, 19.00, 21.15) — Lisboa.
 B — Real. Satyajit Ray — Quarteto/2 (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa.
 C — Real. Neil Jordan — Alfa/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 00.15) — Lisboa.
 D — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/3, (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), Apolo 70, (14, 16.30, 19, 21.30, 24) Nimas, (14, 16.30, 19, 21.30) Quarteto/1 (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa; S. João (14, 16.30, 19, 21.45), Stop/2 (14, 16.30, 19, 21.45) — Porto.
 E — Real. John Boorman — Alfa/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24) — Amoreiras/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24), Gemini (14, 16.30, 19, 21.30), S. Jorge/1 (15.30, 18.30, 21.15) — Lisboa.
 F — Real. Richard Donner — Ávila (14.45, 17, 19.10, 21.45), — Castil (15.30, 18.30, 21.30 — Terminal (13, 15, 17, 19, 21.30), Vox (15, 18.15, 21.30) — Lisboa — Trindade (15, 18, 21.15) — Porto.
 G — Real. Woody Allen — Hollywood/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.30, 23.45) — Lisboa.
 H — Real. Andrei Kontchalovski — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação de estrelas

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.ª a sáb., 21.45; dom., 16.00. Tu e Eu, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.ª a sáb./21 h; Dom/16 h. Páscoa, de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra — Cornúscopia.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De 3.ª a Sáb. 21.30, Dom. 16.45. Embalagem Perdida, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques.

Teatro da Trindade — Festival Grupo de Campolide. 5.ª/dia 12 e 6.ª/dia 13, às 21.30. A Exceção e a Regra, de Brecht, enc. Peter Schrot e Peter Kleinert — Sab/dia 14 e dom/dia 15, às 21.30, Tempos Difíceis, de Nac. D. Maria II, De 3.ª a sábado, às 21.30, sábado e domingo às 16 h O Morgado de Fafe em Lisboa, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos.

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Romeu Correia, enc. Joaquim Benite — 3.ª/dia 17 e 4.ª/dia 18, 21.30. Como Matar o Tubarão, de Victor Haim, enc. Joaquim Benite.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00. Jardim de Outono, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.ª a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. Pouco Barulho, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

• PORTO

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.ª a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. Os Amorosos da Foz, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca

— Seiva Trupe. TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.ª a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. Teatro de Cordel, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

• SETÚBAL

TAS — Teatro de Animação de Setúbal. 6.ª, sáb. dom. e 2.ª, 21.30. O Menino de Sua Mãe, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb. e dom. 15.30. O Mãe Deixa-me Ir Ver as Outras Mães, enc. Ana Mourato — Grupo Joana.

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes. Sáb. e Dom./16.00. Os Cãgados texto de Almeida Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. Os Cãgados texto de Almeida Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.ª, 5.ª, 6.ª/9.30, 11, 13.30. Bola de Sabão, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb./16.00 — O Cantor Valdoso, de Soledade Martinho da Costa; Dom./16.00 — Graças e Desgraças d'El Rei Tadinho, de Alice Vieira.

...e ainda

Música, debates, etc.



ENCONTRO ALVALADE
um local de encontro
POVO UNIDO permanentemente

Rádio ao Vivo — O locutor e realizador de rádio Fernando Correia recria o programa «No Calor da Noite» (amanhã).

Luisa Basto, João Fernando e Jorge Lomba — 21.00, Algas.

Maria Guinot — 21.30, Dramático, Póvoa de Sta. Iria.

Paulo de Carvalho — 21.00, Olivaís, Lisboa.

Rádio Macau — 21.30, Vieira de Leiria.

dição absoluta), «Quatro Líricas Castelhanas», «Inscrição para o Túmulo de uma Donzela», «Ao Fio dos Anos e das Horas», «Charneca em Flor», «O Menino de Sua Mãe» e «Quatro Cantos de Sofia». Às 18.30 de 3.ª feira/dia 17, na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna na Gulbenkian (entrada gratuita).

Temporada 85/86 da Fundação Gulbenkian.

5.ª feira/dia 12, às 21.30, e 6.ª feira/dia 13, às 18.30 — Orquestra Gulbenkian, maestro Max Rabinovits, pianista Elizabeth Allen, obras de Dvorak, etc. — Grande Auditório Gulbenkian Dom/dia 15, 16.30 — Jean Guillou, órgão, obras de J.S. Bach — Sé Patriarcal de Lisboa.

2.ª/dia 16, 18.30 — Manuela Gouveia,

her Bochmann, obras de Mozart, Bochmann, Schubert; sáb./dia 14, 17.00 — Orquestra Sinfónica da RDP, maestro M. Peres-Newton, obras de Kodali, Liszt, Luís de Freitas Branco, Falla.

Grémio Literário Concerto por L'Insieme di Firenze (instr. sopr.), obras de Haydn, Hindemith, Milhaud, Rota, Pezzullo.

Outros espectáculos

Homenagem a Zeca Afonso com a participação de cantores, grupos corais e conjuntos instrumentais — Cinema Eden, sáb./dia 14, 21.00; Quinteto de Maria João, Rádio Macau e os Go Graal Blues Band — Cinema Império, 2.ª/dia 16, 21.00.

Escultura em Madeira dos Sécs. XIV e XV, arte sacra. Mosteiro da Batalha. 3.ª a dom/9 às 17, até 29/12 — BATALHA.

José Rodrigues, aguarelas. Gal. Astolfi. De 4.ª a 2.ª/16.30 às 21. Birre Centro — CASCAIS.

António, «Caras» — caricaturas. Casino Estoril, até 29/12. ESTORIL.

Joaquim Bravo, pintura. Teatro Garcia de Resende — ÉVORA.

Navegando, espectáculo de dança e teatro pelo actor brasileiro Brenno Mascarenhas. Poemas de Pessoa, música de Jean-Luc Ponty, Vangelis e Jean Michel Jarre, coreografia de Brenno Mascarenhas, direcção de Ivan Feijó — hoje às 18.30 e 21.45, amanhã às 15.30 e 20.00.

Espectáculos APU

Espectáculos de encerramento da campanha da APU para as autárquicas com os seguintes cantores e actores:

Hoje, 5.ª-feira — Grupo Agarela — 21.30, Vila do Bispo.

Fernando Farinha — 21.00, Madragoa, Lisboa.

Fernando Tordo e Edmundo Silva — 21.00, Cinema Charneca do Lumiar, Lisboa.

Janita Salomé — 21.30, Alvito.

Luisa Basto, João Fernando e Jorge Lomba — 21.30, Santiago do Cacém.

Maria Guinot — 21.30, Beato, Lisboa.

Paulo de Carvalho — 21.30, Sociedade Gimbre, Rebelva, Cascais.

Rádio Macau — 21.30, Vila Franca de Xira.

Sérgio Godinho 21.30, Salão do Lusitano, Vila Real Sto. António.

Amanhã, 6.ª-feira — Grupo Bago de Milho — 21.00, Montforte.

Bando do Beco — 21.30, Alter do Chão.

Fernando Farinha — 21.00, no «Olival», Bairro da Liberdade, Lisboa.

Fernando Tordo e Edmundo Silva — 21.00, Algueirão.

Francisco Ceia — 21.30, Sobral de Monte Agraço.

Io Apolloni — 21.30, Setúbal.

José Viana — 21.00, Salão dos Bombeiros, Crato.

Cinéma

Sim, Sr. Hulot, real. Jacques Tati (integrado no ciclo «O Homem na Cidade») — Hoje às 17.00 e 21.30.

Violência e Paixão, real. Luchino Visconti — Domingo às 17.00 e 21.30.

Café Encontro

Música ao Vivo com o pianista Fernando Polter.

Bancas de Natal...

Entre muitas outras organizadas pelo PCP e pela APU, abriu já a Amadora: no CT do PCP, todos os dias.

Na sede do MDM à Av. Duque de Loulé prossegue também a venda de Natal.

... e Natal das crianças

Com entrada livre e um programa em que colaboram os Pioneiros de Portugal, Infantários, CERCI, etc., a Festa de Natal das Crianças de Coimbra: no Teatro Gil Vicente, a partir das 15.30 da próxima 3.ª feira, dia 17.

Colóquio

Fernando Pessoa e o Modernismo na Poesia Portuguesa, orientado por Manuel Gusmão — Sábado às 16.30.

Cinéma

Sim, Sr. Hulot, real. Jacques Tati (integrado no ciclo «O Homem na Cidade») — Hoje às 17.00 e 21.30.

Violência e Paixão, real. Luchino Visconti — Domingo às 17.00 e 21.30.

Café Encontro

Música ao Vivo com o pianista Fernando Polter.

Colóquio

Fernando Pessoa e o Modernismo na Poesia Portuguesa, orientado por Manuel Gusmão — Sábado às 16.30.

Cinéma

Sim, Sr. Hulot, real. Jacques Tati (integrado no ciclo «O Homem na Cidade») — Hoje às 17.00 e 21.30.

Violência e Paixão, real. Luchino Visconti — Domingo às 17.00 e 21.30.

Café Encontro

Música ao Vivo com o pianista Fernando Polter.

Colóquio

Fernando Pessoa e o Modernismo na Poesia Portuguesa, orientado por Manuel Gusmão — Sábado às 16.30.

Cinéma

Sim, Sr. Hulot, real. Jacques Tati (integrado no ciclo «O Homem na Cidade») — Hoje às 17.00 e 21.30.

Violência e Paixão, real. Luchino Visconti — Domingo às 17.00 e 21.30.

Café Encontro

Música ao Vivo com o pianista Fernando Polter.

Colóquio

Fernando Pessoa e o Modernismo na Poesia Portuguesa, orientado por Manuel Gusmão — Sábado às 16.30.

Cinéma

Sim, Sr. Hulot, real. Jacques Tati (integrado no ciclo «O Homem na Cidade») — Hoje às 17.00 e 21.30.

Violência e Paixão, real. Luchino Visconti — Domingo às 17.00 e 21.30.

Café Encontro

Música ao Vivo com o pianista Fernando Polter.

Tempo Fim de Semana

Para sábado e domingo, no Continente, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica prevê céu pouco nublado ou limpo, vento fraco, neblina ou nevoeiro matinais, acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada.

Exposições

António Carmo, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 3.ª a sáb./10 às 13 e das 15 às 19.30 até 28/12.

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Vistas guiadas, 3.ª, 4.ª, 5.ª e dom./10 às 17; 6.ª e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

«Arquipélago», colectiva de escultura e pintura (Ana Léon, J.P. Croft, P. Cabrita Reis, P. Calapez, Rosa Carvalho, Rui Sanches). SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20 até 28/12.

Bigares, pintura e colagens. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20, até 16/12.

Carlos Natividade Correia, pintura («Diários 1984»). SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20, até 18/12.

Colectiva de Artes Plásticas, Espaço APU-Alvalade, Av. Roma, 100.

Cor é Festa: do desenho à serigrafia, colectiva. Ditec-Espaço Arte, Av. Igreja, 46-A. De 2.ª a sáb/10 às 12.30 e 14.30 às 17.30, até 31/12.

Escultura Africana em Portugal. Museu de Etnologia, Av. da Madeira, ao Restelo. De 3.ª a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Fernando Lemos, «Memórias» — desenhos. Fundação Gulbenkian. Escultura Espanhola Contemporânea. Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian.

Fernando Pessoa, retratos e documentos. Fundação Gulbenkian. De 3.ª a sáb/10 às 13 e das 15 às 19.30 até 28/12.

«Fernando Pessoa, o Último Ano», documental. Biblioteca Nacional de 2.ª a 6.ª, 10 às 20; sab/9 às 13.00, até fim Fev.ª.

Gil Teixeira Lopes, pintura. Galeria S. Bento, R. do Machado, 1. De 2.ª a sáb/11.30 às 13 e 15 às 20.30, até 20/12.

Henrique Mourato, desenho («Pessoa a Preto e Branco»). Libris, Lg. Trindade Coelho, 4, até 20/12.

História dos Transportes Terrestres e Metropolitanos do Mundo, Centro Comercial Amoreiras, das 10 às 24.

Ilda David, «Jogadores de Xadrez» — pintura. Gal. Módulo, Av.ª Ant.ª Augusto de Aguiar, 56-5º Dt.º de 2.ª a sáb/16 às 20.00, até 4 Jan.º.

Jorge Martins e Jorge Molder, desenho e fotografia. Centro de Arte Moderna da Gulbenkian. 3.ª a dom/10 às 17 até 15/12.

José Guimarães, pintura. Gal. Altamira, R. Filipe Folque, 48-A. De 2.ª a 6.ª/10 às 19; sáb/10 às 13, até 4/Jan.

Jullião Sarmiento, pintura. Gal. Cómicos, R. Ten. Raul Cascais, 1-B. De 2.ª a sáb/15 às 20 até 31/12 até 31/12.

Marta Cárdenas, pintura e desenho. Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. Berna, 3.ª, 5.ª, 6.ª, Dom/10 às 13.00 e sáb/14 às 19.30.

Nadir Afonso, pintura 1942-1953. Bertrand/Chiado. De 2.ª a 6.ª 10.30 às 19; sáb./10.30 às 13.00.

Paulo Ossilão, aguarelas. Casa da Imprensa, R. da Horta Seca. De 2.ª a 6.ª/10 às 20, até 16/12.

Scarlatti e Portugal, Galeria Almada Negreiros, Av.ª República, 16.

Teresa Magalhães, pintura e serigrafia, Galeria Gemini, Centro Comercial Gemini na R. Sousa Lopes. 3.ª a dom/12.30 às 15.30 e 19.30 às 22.30, até 20/12.

Vestir 1955-85 e Traje Romântico. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor ao Lumiar. 3.ª a Dom/10 às 17.

António Sena, pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 17 às 20, excepto domingos. PORTO.

David de Almeida, gravura. Gal. Zen, R. D. Manuel II, 246 Porto.

Augusto Canedo, pintura. Gal. EG, R. do Castro 210. De 3.ª a Sáb./16 às 19.30 — PORTO.

Guima, pintura («A Bicicleta e o Homem»). Gal. Espelho da Moda, R. dos Clérigos, 54. Das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 19.30, até 29/12. Porto.

José Luís Costa, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.ª a sáb/16 às 19.30. PORTO.

M. Cruz, pintura. Coop. Arvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª das 9 às 23.30; sáb. e dom/15 às 19 e 21.30 às 23.30. PORTO.

Nadir Afonso, pintura. Cooperativa Arvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.ª a 6.ª/9 às 23.30; sáb. e dom/15 às 19 e 21.30 às 23.30. Porto.

Colectiva (pintura, desenho, escultura) — Gunter Grass, João Cutileiro, Jorge Meilha, José de Guimarães, Susan Uzzell. Centro Cultural S. Lourenço — ALMANSIL.

Vasco Callxto, fotografia. Galeria Municipal, CM AMADORA.

A Indústria do Vidro no Séc. XVIII («A Real Fábrica de Vidro de Coimbra»). Das 14 às 19 e das 21 às 23, Mu-

Tempo Fim de Semana

Para sábado e domingo, no Continente, o Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica prevê céu pouco nublado ou limpo, vento fraco, neblina ou nevoeiro matinais, acentuado arrefecimento nocturno com formação de geada.

1. Variedades & utilidades

Beethoven

■ Jean e Brigitte Massin, «LUDWIG VAN BEETHOVEN» — Direcção da tradução e revisão de Mário Vieira de Carvalho. Editorial Estampa. Lisboa, 1972.

A 16 de Dezembro de 1770 nascia, em Bona, Ludwig van Beethoven. Poucos compositores de música clássica obtiveram ao longo dos séculos o reconhecimento dos seus pares e da História lado a lado com uma apaixonada popularidade de todo o público — mesmo o menos dedicado à música clássica.

Não é, naturalmente, casual esta situação.

Sobre Beethoven se têm escrito milhares e milhares de páginas, entre as quais avultam as de Romain Rolland, ainda hoje um contributo essencial para a compreensão da vida e obra do compositor da 9.ª Sinfonia.

O extenso estudo realizado por Jean e Brigitte Massin constituem contudo talvez a mais acabada e exaustiva análise existente sobre Beethoven, não só no campo da pura investigação, como também da apaixonada visão de uma obra que separa a História da música em duas épocas.

Dividida numa pormenorizada biografia, uma aprofundada historiografia das obras e um luminoso ensaio interpretativo, o trabalho de Jean e Brigitte Massin foi publicado, em 1971, em Portugal repartido por 5 volumes com cuidada tradução de Mário Vieira de Carvalho. Quase diríamos que, para ouvir Beethoven, é indispensável lê-los! O que pensamos ficará claro através da leitura dos excertos que publicamos.

Se desconhecéssemos por completo a vida de Beethoven, mas tivesse chegado até nós a totalidade da sua obra, esta continuaria a impor-se-nos, ainda que porventura a compreendéssemos e amássemos menos profundamente, como a de um dos maiores músicos do universo.

Inversamente, se um cataclismo tivesse destruído a totalidade da sua obra musical, mas a história da sua vida milagrosamente se salvasse, talvez compreendéssemos e amássemos menos intensamente o seu carácter, mas continuaríamos a considerar a sua vida como a de um dos maiores heróis da humanidade.

Em ambos os casos, não seríamos levados a compreender e a amar tal vida, ou tal obra, por motivos diferentes, ou por lhes atribuímos outro significado. A identidade de Beethoven reside intacta e inteira numa e noutra.

Parece-nos ser esta a verificação fundamental de que é preciso partir quando se tentar dar — ou pelos menos esboçar — uma resposta a perguntas do género: Quem foi Beethoven? Terá pretendido dar um sentido à sua vida?

Com que desígnios compôs a sua obra? Qual o significado do seu génio em relação à sua época e à nossa?

Uma vida e uma obra

Devemos esclarecer desde já o nosso raciocínio. Na maioria dos grandes artistas observa-se uma real coerência ou, pelo menos, numerosas relações entre vida e obra. O que é específico em Beethoven não é tanto o grau excepcional de heroísmo de que deu provas durante toda a sua existência. É, sobretudo, a intensidade com que empenhou a sua razão e a sua vontade em assegurar e, depois, aprofundar essa unidade de todo o seu ser, essa rigorosa adequação do homem ao artista, da razão de viver ao objectivo último da criação musical.

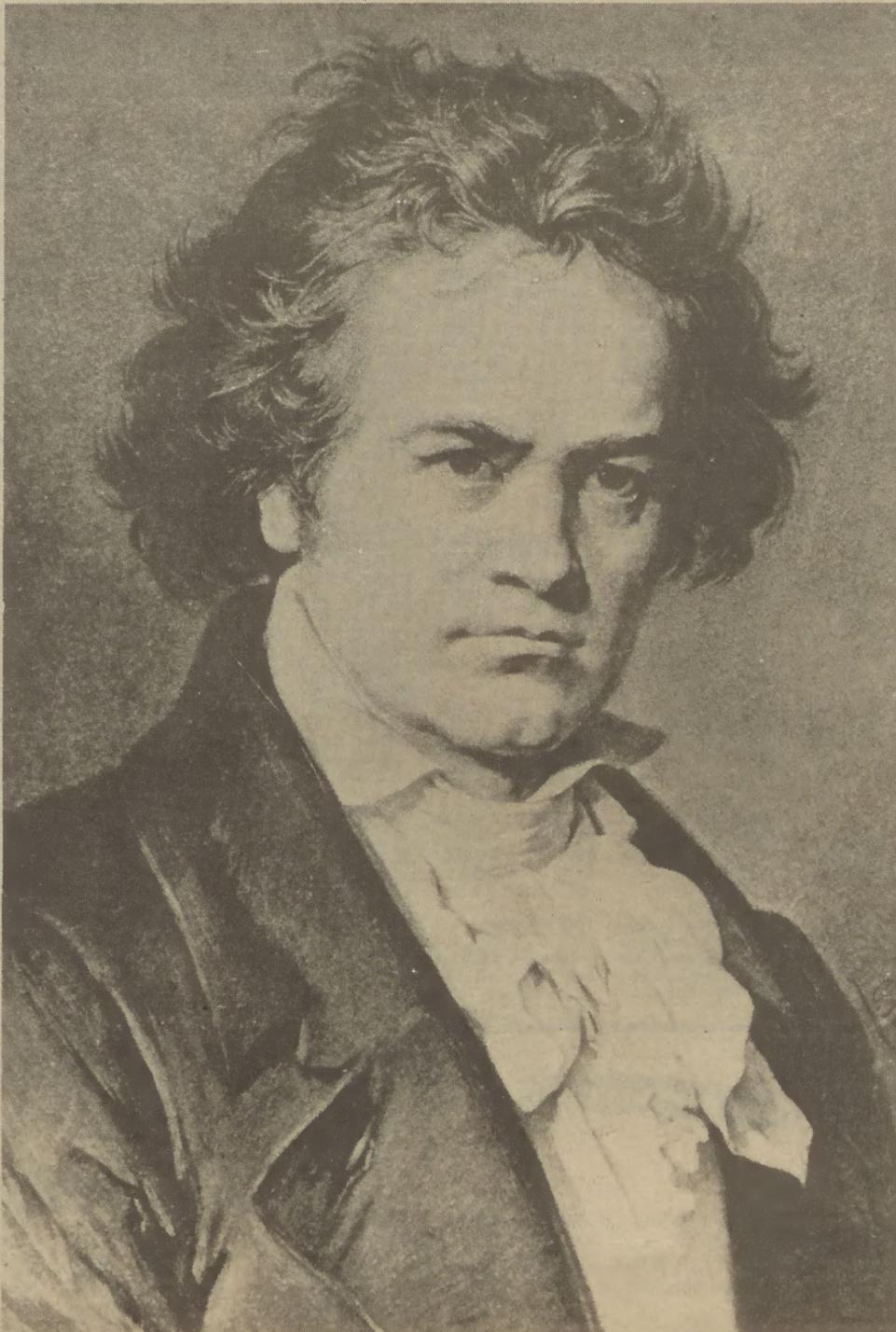
Quer se minimize este facto, quer se veja nele a razão da sua superioridade, Beethoven é um homem que pensa.

É certo que era dotado de uma sensibilidade excepcional. Porém, na sua vida e na obra, o

mesmo movimento o pensamento e a necessidade de o transformar em acção. Mesmo nos momentos em que só parece dar ouvidos a uma fantasia passageira, não há nele lugar para acções gratuitas nem para jogos especulativos. Pensa a sua vida e quer-a tal como a pensa: por isso ela não será nem tão espontânea nem tão vasta como poderia ter sido.

Vale a pena insistir neste aspecto que nos parece fundamental. No argumento de um filme, no enredo de um romance, é mais fácil mostrar o heroísmo de

um doente — sobretudo quando o doente é um músico surdo — do que o heroísmo de um homem que pensa todas as acções da sua vida e que age em conformidade com a sua maneira de pensar. Ora, se Beethoven também é um herói por se ter realizado como músico apesar da sua surdez, é-o, em primeiro lugar, por aceitar ser um pensador numa sociedade em que todos desejaríamos que o não fosse, e por fazer da sua existência uma acção conforme às suas intenções mais deliberadas e categóricas.



Uma música diferente

A acção a que consagra a sua vida é a criação musical. A criação da sua música, de uma música que não se quer semelhante a outras. Beethoven nada tem de visionário (os grandes pensadores não são, por via de regra, extralúcidos): constrói a sua obra a tactear, numa obscuridade que é por vezes muito mais densa do que a dos génios que se entregam mais facilmente à espontaneidade da inspiração; só confusamente entrevê o objectivo que quer atingir, os meios e as formas que deve empregar para o conseguir. Porém, a orientação geral, essa conhece-a ele e determina-a com uma nitidez e uma firmeza excepcionais. Tudo o que não converge para o fim em vista é posto de parte. Sabe o que quer e sabe que é o único músico do seu tempo a querê-lo; sabe também que os músicos do passado, por maior veneração que lhes dedique, ainda não podiam acalantar semelhante desígnio: criar uma música com um tal poder de estímulo que leve os homens a conquistar, pela acção temporal, a alegria na liberdade.

«Quem chegar a compreender a minha música tem de libertar-se de todas as misérias em que os outros se arrastam.»

Coerência

Tal é o desígnio da música do herói (ponto a que voltaremos dentro em pouco com mais pormenor e maior profundidade). Mas essa música — Beethoven sabe-o também — só pode ser composta ao longo de uma vida que esteja em conformidade com ela. E é neste ponto que se começa a pressentir o segredo daquela coerência ímpar, daquela identidade entre a obra e a vida de que falávamos atrás. Para ele a única razão de viver é a sua arte. Mas nunca, em qualquer momento da sua existência, separa as suas preocupações morais da sua actividade criadora. Exige do homem a mesma profundidade, a mesma rectidão, a mesma perfeição que exige do artista.

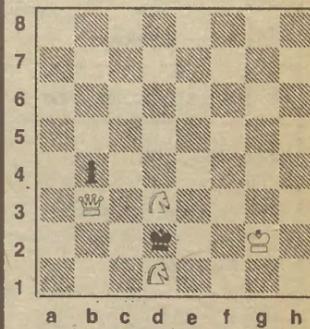
Pode-se considerar ridícula a insistência com que alude ao seu «carácter moral»; mas isso é resultado da sua vontade de ser o homem capaz de criar a música que quer criar. Eis o motivo, por que, à hora da morte, pede que todos os seus papéis, incluindo os Cadernos de Conversação, sejam reunidos e postos à disposição de quem os queira consultar. Beethoven sabe que, na sua vida, nada é alheio à sua obra. Por essa razão, antes de tentarmos compreender a sua obra à luz do seu próprio pensamento, devemos recordar os dados principais da sua vida e situar esta na história do seu tempo. Porque todos os homens são marcados pelo condicionamento histórico, mesmo quando procuram fugir-lhe. Beethoven, porém, foi o primeiro músico moderno porque foi o primeiro que conheceu claramente e voluntariamente assumiu, a sua situação na história.

Xadrez

XXX — 12 de Dezembro de 1985
PROPOSIÇÃO N.º 30
Por J. Bajtay
«Népszava», 1935

Pr. (2): Pb4-Rd2

Br. (4): Csd1, d3-Db3-Rg2



Mate em 2 lances

JOGO N.º 30

Torneio de Candidatos — Montpellier/1985

Br. Sokolov — Pr. Ribli

1. E4, g5; 2. Cf3, d6; 3. d4, cxd4; 4. Cxd4, Cf6; 5. Cg3, a6; 6. f4, Dc7; 7. Be2, e6; 8. 0-0, Be7; 9. Rh1, 0-0; 10. a4, Cc6; 11. Be3, Te8; 12. Bf3, Tb8; 13. Dd2, Bd7; 14. Cb3, b6; 15. g4, Bg8; 16. g5, Cd7; 17. Bg2, Ca5; 18. Df2, Bf8; 19. Tad1, Cc4; 20. Bc1, b5; 21. axb5, axb5; 22. Td3, g6; 23. Th3, Bg7; 24. f5, Cg5; 25. Dh4, Cf6; 26. f6, Bh8; 27. Cd4, b4; 28. Cd1, Ba8; 29. Te1, Teç8; 30. Ce3, h5; 31. Cf3, Cfd7; 32. Cd2, Rf8; 33. Cdf1, b3; 34. Cg3, Re8; 35. Cxh5, gxf5; 36. Dxf5, Cg6; 37. Cf5, Bxf6; 38. gxf6, exf5; 39. exf5+, Cg5; 40. D h8+, Cf8; 41. Dxf8+ e abandonam.

SOLUÇÕES (12.XII.85)

Chave: 1. Cd3f2! Bloqueio

1. ..., Rg1; 2. Dd2 mate

1. ..., Re1; 2. De3 mate

1. ..., Re2; 2. De3 mate

■ A. de M. M.

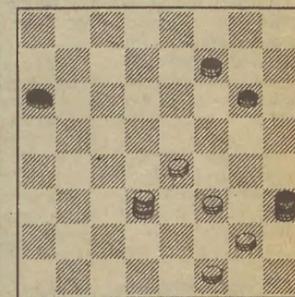
Damas

XXX — 12 de Dezembro de 1985
PROPOSIÇÃO N.º 30

Por Orlando A. Lopes — Chamusca
«Em Frente do Tabuleiro»,
n.º 1 — Agosto/1940

Pr. (9)-21-24-26

Br. 2-5-10-(11)-14



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 30

Br. A. J. Ribeiro — Pr. Artur C. Gomes
(5.V.71)

1. 10-14, 23-19; 2. 14-23, 28-19; 3. 9-13, 32-28; 4. 11-15, 28-23; 5. 13-17, 21-18; 6. 5-9, 18-14; 7. 6-11, 14-10; 8. 9-13, 25-21; 9. 11-14, 23-20; 10. 14-23, 20-11; 11. 7-14, 27-20; 12. 12-16, 20-15; 13. 14-19, 15-11; 14. 19-23, 11-6; 15. 2-11, 21-18; 16. 23-28, 18-9; 17. 11-15, 22-18; 18. 4-7, 18-13; 19. 28-32, 9-5; 20. 15-19, 5-2; 21. 7-12, 26-21; 22. 17-26, 29-15; 23. 12-19, 30-27; 24. 8-12, 2-15; 25. 1-5, 10-1; 26. 19-23, 15-8; 27. 23-30, 13-10; 28. 32-5; 1-23; 29. 30-20; 24-15 G. Pr.

GOLPE N.º 30

1. 10-13, 21-18; 2. 5-10, 23-19; 3. 11-15, 28-23; 4. 6-11, 25-21; 5. 13-17, 31-28; 6. 1-5, 23-20; 7. 10-13, 29-25; 8. 3-6, 28-23; 9. 5-10, 32-28? e as Br. ganham de Golpe!
(Br. 2-4-6-7-8-9-10-11-12-13-15-17 Pr. 18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-30 J. B. G.)

SOLUÇÕES (12.XII.85)

N.º 30 (O. A. L.): 2-6 e 11-20 e 10-13 e 13-29 e 29-25 G. Br.

Golpe (Autor?): 10, 12-16, 19-3; 11, 4-7, 3-12; 12, 8-15 e as Pr. estão perdidas.

■ A. de M. M.